

PROPOSTA

Revista trimestral de debate da FASE • Ano 26 • Setembro/Novembro de 1997 • Nº 74 • Preço: R\$ 6,00

MARCOS ARRUDA

Globalização e Sociedade
Civil

GRAZIELA DE OLIVEIRA

Os Movimentos Sociais
Frente a Reestruturação
Produtiva

DELÚBIO S. DE CASTRO BERNARDO G. MACEDO

O FAT e o Sistema Público
de Emprego

ENTREVISTAS

- Walter Barelli
- Guiba Navarro

REGINA LEITE GARCIA

A Educação numa Plataforma
de Economia Solidária

ANTONIO CARLOS DA SILVA

Currículo Escolar e Formação
de Professores

LIA VARGAS TIRIBA

Cooparj- Cooperativa de
Parafusos do RJ



ECONOMIA SOLIDÁRIA

CONSELHO DELIBERATIVO PRESIDENTE

Ana Clara Torres Ribeiro

VICE-PRESIDENTE

Raimundo J. B. Teixeira Mendes

1ª SECRETÁRIA

Leilah Landim Assumpção

2ª SECRETÁRIA

Márcia Pereira Leite

3ª SECRETÁRIO

Revd. Paulo Pena Schutz

SUPLENTE

Décio Lima de Castro

Fernanda Carísio

Luis Carlos Delorne Prado

Maria Lucia Karan

Paulo Totti

CONSELHO FISCAL

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernardo Vainer

Tito Lívio Lucio de O. Ramos Neto

SUPLENTE

Ricardo de Gouvêa Corrêa

José Moreira Bartholo

ASSOCIADOS EFETIVOS

José Sérgio Lopes • Silvio Caccia

Bava • Bráulio Rodrigues da Silva •

Sérgio Goes de Paula • Rosiska

Darcy de Oliveira • Cândido

Grzybowski • Herbert de Souza •

Otávio Guilherme Cardoso Alves

Velho • Lysâneas Maciel • Otilia

Silva Leite • Luís Eduardo Soares •

Énio Candotti • Uri Gomes

Machado • Alexandre Sgrezia • Lizt

Vieira • Antonio Abreu • Carlos

Nelson Coutinho • Luiz Gonzaga

Ulhoa Tenório • Renato Sérgio

Maluf • Ricardo Peret • Pe. Adelar

Pedro de David • Lícia Valadares •

Wanda Engel Aduan • Peter Collins

Cona

DIRETOR EXECUTIVO

Jorge Eduardo Saavedra Durão

DIRETOR DA ÁREA TRABALHO E RENDA

Pedro Claudio Cunha

Bocayuva Cunha

DIRETORA DA ÁREA MEIO AMBIENTE

E DESENVOLVIMENTO

Maria Emilia Lisboa Pacheco

DIRETORA DA ÁREA POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

Orlando Alves dos Santos Junior

FASE - educando para a cidadania e o desenvolvimento

Fundada em 1961, a FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - teve seu ponto de partida no trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e cooperativo.

Durante o período militar-autoritário, a FASE dedicou-se ao apoio à atividade de organização de base e aos processos de construção da democracia e da cidadania.

A partir da década de 80, a FASE concentrou suas ações na busca de alternativas para a crise do atual modelo de desenvolvimento que vem contribuindo para uma maior concentração de renda, tem levado grandes parcelas da população à exclusão social e aumentado a escalada da violência.

A FASE é uma organização não-governamental de educação e de desenvolvimento, sem fins lucrativos, que atua em 8 estados da Federação. A FASE no Brasil é associada à ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e internacionalmente à ALOP e ao El Taller.

Com 35 anos de atuação, a FASE é reconhecida como uma instituição de marcante presença na trajetória das lutas da sociedade brasileira, enraizada nos principais movimentos sociais e políticos das últimas três décadas. Presença esta que se consolida ainda pela eficácia e eficiência de seus projetos demonstrativos de resultados duradouros para grupos específicos, além da produção de elementos atuantes para a construção de uma alternativa de desenvolvimento.

Na esfera internacional, a FASE mantém um diálogo com agências internacionais no sentido da construção de plataformas e ações comuns. Participa de redes e campanhas internacionais pela democratização das políticas dos organismos multilaterais.

Na esfera nacional, a FASE realiza convênios com órgãos públicos para avaliação, elaboração, monitoramento e fiscalização de projetos. Desenvolve parcerias com universidades, institutos e outras entidades, buscando estimular e socializar a produção de conhecimento através de estudos e pesquisas, e da publicação de cartilhas, livros e da Revista PROPOSTA, e da promoção de ações coletivas, tais como campanhas, seminários, palestras e debates.

A FASE é inteiramente independente de governos e partidos políticos. Seu orçamento provém de contribuições individuais e de agências internacionais de solidariedade aos povos do Terceiro Mundo.

MISSÃO

- Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na democracia, na justiça social, em um desenvolvimento sustentável e na ampliação da esfera pública.

- Apoiar, com visão e atuação próprias, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento através de ações educativas e de projetos demonstrativos.

Objetivos no próximo trienal:

- Promover a cidadania lutando por melhores condições de participação dos cidadãos na vida social, política e econômica.

- Promover melhores políticas públicas mediante intervenção junto à opinião pública e aos órgãos governamentais.

- Contribuir para impedir a deterioração das condições de trabalho e renda dos assalariados e o aumento da exclusão social. Trabalhar com associativismo e cooperativismo.

- Promover o debate público sobre temas relacionados com o poder local, através de projetos demonstrativos, urbanos e rurais, e da organização da população.

Estratégia

Para o triênio 96/98, a FASE terá como estratégia para a sua atuação nas cinco regiões brasileiras, três temas com a preocupação permanente de focar a questão dos jovens e das relações homem-mulher:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Compatibilização da preservação do meio ambiente com o desenvolvimento.

Trabalho e Renda Melhoria das condições de trabalho, geração de renda e erradicação da violência nas cidades e no campo.

Cidadania, Políticas Públicas e Questão Urbana Participação popular na definição das políticas públicas.

ECONOMIA SOLIDÁRIA I

Editorial	5
Globalização e Sociedade Civil: <i>repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa</i>	
Marcos Arruda	6
Os Movimentos Sociais Frente a Reestruturação Produtiva Graziela de Oliveira	18
O FAT e o Sistema Público de Emprego: <i>a visão dos trabalhadores</i> Delúbio Soares de Castro/ Bernardo Gouthier Macedo	24
Entrevistas <i>Walter Barelli</i>	33
<i>HeiguiBERTO Guiba Della Bella Navarro</i>	38
A Educação Numa Plataforma de Economia Solidária Regina Leite Garcia	42
Currículo Escolar e Formação de Professores: <i>algumas reflexões</i> Antonio Carlos da Silva	58
Cooparj: <i>cooperativa de produção de parafusos do Rio de Janeiro</i> Lia Vargas Tiriba	64

FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel.: (021) 286-1441
 Fax: (021) 286-1209
 Telex: 2134201 foas BR
 E-mail: fase@ax.apc.org

FASE-ABAETETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
 Caixa Postal 25
 68440-000 - Abaetetuba - PA
 Tel./Fax: (091) 751-1181

FASE - BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329 - Umarizal
 66055-080 - Belém - PA
 Tel.: (091) 242-0318
 Fax: (091) 241-5310

FASE - CÁCERES

Rua 06 Quadra 03, Casa 18
 Monte Verde
 78200-000 - Cáceres - MT
 Caixa Postal 10
 Tel.: (082) 223-4615

FASE - CAPANEMA

Av. Presidente Médici, 1992
 68700-050 - Capanema - PA
 Tel./Fax: (091) 821-1716

FASE - ITABUNA

Rio Barão do Rio Branco, 93 -
 Califórnia
 45600-000 - Itabuna - BA
 Tel./Fax: (073) 211-4498

FASE - MACEIÓ

Rua do Comércio, 41/Sala 105
 Edifício Santa Terezinha - Centro
 57020-000 - Maceió - AL
 Tel.: (082) 221-0667

FASE - MARABÁ

Folha 27 - Quadra 07, Lote 07 - Nova
 Marabá
 68509-160 - Marabá - PA
 Caixa Postal 73
 CEP 68508-970
 Tel.: (091) 322-1591
 Fax: (091) 322-1558

FASE - RECIFE

Rua Viscondessa do Livramento, 168 -
 Derbi
 52010-060 - Recife - PE
 Tel./Fax: (081) 423-3826

FASE - RIO DE JANEIRO

Av. Pres. Wilson, 113/1302 - Centro
 20030-020 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel.: (021) 220-7198
 Fax: (021) 262-2565

FASE - SÃO PAULO

Rua Loeffgren, 1651 - Casa 6 - Vila
 Clementino
 04040-032 - São Paulo - SP
 Tel.: (011) 549-3888
 Fax: (011) 549-1307

FASE - VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pv.
 29015-530 - Vitória - ES
 Tel./Fax: (027) 223-7436

**FASE**

Federação de Órgãos para Assistência
 Social e Educacional
 Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ

PROPOSTA

Nº 74-setembro/novembro de 1997
 Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejia
 Ana Clara Torres Ribeiro
 Angela de Carvalho Borba
 Clarice Melamed
 Grazia de Grazia
 Haroldo Baptista de Abreu
 Jean-Pierre Leroy
 João Ricardo Dornelles
 Jorge Eduardo Saavedra Durão
 Leandro Valarelli
 Luis César de Queiroz Ribeiro
 Marcelo Paixão
 Márcia Leite
 Maria Emília Lisboa Pacheco
 Orlando dos Santos Júnior
 Paulo Gonzaga
 Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
 Ricardo Salles
 Ricardo Tavares
 Rosemary Gomes
 Sandra Mayrink Veiga
 Virgínia Fontes

Assessora de Comunicação
 Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável

Luis Antonio Correia de Carvalho

Subeditor

Ricardo Salles

Organização nº 74

Marcos Arruda
 Cunca Bocayuva
 Sandra Mayrink Veiga

Assistente de Publicações

Silvia Helena Matos Brandão

Foto de Capa

R.J. Ripper/Imagens da Terra

Fotos

R.J. Ripper/Imagens da Terra

Ilustrações

Marta Strauch

Capa

Editoração/Diagramação
 Pedro Veiga

Projeto Gráfico

Amauri Queiroz

Informações e Vendas

Redação
 Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ
 Telefone: (021) 286-1441
 Fax: (021) 286-1209

Todas as opiniões emitidas nos
 artigos assinados são
 de inteira responsabilidade
 de seus autores.

Economia Solidária. Este é o tema deste e do próximo número de Proposta realizados em parceria entre **FASE** e **PACS** – Políticas Alternativas para o Cone Sul. Trataremos das questões relativas às transformações financeiras, tecnológicas e gerenciais em curso na economia, da globalização e das novas faces do desenvolvimento econômico. Isto tendo como perspectiva as alternativas que se constroem de geração de trabalho e renda.

Já se tornou lugar comum, mesmo entre seus defensores mais incondicionais, que as transformações econômicas atuais geram desemprego e precarização do trabalho. Se antes, tais mazelas do capitalismo eram mais visíveis nos momentos de recessão econômica, agora, elas aparecem num momento de impulso do sistema. As transformações do trabalho industrial, acarretando a drástica redução numérica da classe operária; a diminuição de seu poder de barganha, ou pelo menos a colocação da defesa de seus interesses num patamar ainda não completamente entendido por suas lideranças históricas; o crescimento sem precedentes do setor de serviços e de sua ponta informal (alguns talvez prefiram o eufemismo de não formal); o fim da polarização internacional ideológica entre as duas grandes potências, com o fim do socialismo real e a ofensiva neoliberal sobre as conquistas sociais e direitos históricos dos trabalhadores acumulados ao longo do século, tudo isso cria uma situação sem precedentes de precarização do trabalho. Ao menos se levarmos em consideração os últimos 150 anos de história. Talvez, pudéssemos buscar um paralelo histórico para o momento atual nos acontecimentos que marcaram a Primeira Revolução Industrial até meados do século passado. Então, transformações tecnológicas e sociais sem precedentes rompiam com violência e rapidez estruturas econômicas tradicionais, comportamentos culturalmente arraigados, direitos seculares. Num lapso de tempo curtíssimo, o mundo parecia de ponta-cabeça: indústrias de negras chaminés, trabalho mecânico e repetitivo, extensas e extenuantes jornadas laborais, trabalho infantil, urbanização acelerada, disparidade de riquezas, mercantilização de todos os aspectos da vida social, planetarização do comércio... E novas formas de organização, resistência e luta dos trabalhadores: fundos de ajuda mútua, caixas de auxílio para funeral, sindicatos, uniões sindicais, partidos políticos.

É possível, portanto, que também hoje, novas formas de organização social e econômica estejam se forjando em inúmeros experimentos que se multiplicam: novas propostas de luta e reivindicações sindicais, cooperativas e associações e outras formas associativas de produção e prestação de serviços. **Proposta 74** trata destes temas e visa contribuir para a reflexão sobre a gestação de uma plataforma de economia solidária.

A questão de fundo das transformações econômicas e sociais em curso é tratada pelos artigos de Marcos Arruda e Graziela de Oliveira.

Delubio Soares de Castro e Bernardo Macedo abordam a disputa política e as iniciativas que se dão em torno do FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador. Lia Tiriba nos remete à experiência exitosa dos trabalhadores da Fábrica de Parafusos Águia que, organizados em cooperativa, passaram a controlar e a tocar a indústria depois desta ter sido levada à bancarrota por seus antigos donos.

As entrevistas de Walter Barelli, Secretário do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, e Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro, Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, mostram com perspectivas eventualmente distintas o que pode, o que se deve e o que se tem feito a respeito do mundo do trabalho atualmente.

A questão da educação, também uma unanimidade entre críticos e arautos das transformações globalizantes, é objeto de análise mais detalhada por Regina Leite Garcia. e Antonio Carlos da Silva.

Esperamos que este primeiro número de **Proposta** sobre Economia Solidária enriqueça nossos leitores e desperte ainda mais seu interesse para nosso próximo número.

GLOBALIZAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL REPENSANDO O COOPERATIVISMO NO CONTEXTO DA CIDADANIA ATIVA*

Marcos Arruda**



Teresa Guilhon/Maria Lucia Braga

* - Extraído do texto preparado para apresentação na Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de Pesquisas da ONU para o Desenvolvimento Social, Genebra, 9-11 de dezembro de 1996.

** - Economista e educador, Coordenador do PACS (Rio de Janeiro), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do ICVA (Conselho Internacional de Agências Voluntárias, Genebra), e sócio do Instituto Transnacional (Amsterdã).

GLOBALIZAÇÃO COMPETITIVA E DESENVOLVIMENTO

Os aspectos potencialmente positivos da globalização como se dá atualmente, podem ser assim resumidos¹:

- a globalização baseia-se em sistemas de produção de escalas mais reduzidas e flexíveis, que necessitam cada vez mais de conhecimento em vez de trabalho manual²;

- inovações na organização produtiva facilitam a utilização da capacidade criativa dos trabalhadores, em vez de mantê-los reduzidos a tarefas meramente repetitivas;

- inovações nas esferas da informática e da robótica reduzem o dispêndio de tempo e energia humanos nas tarefas ligadas à produção e à mera sobrevivência;

- exigem trabalhadores mais bem informados e formados, operando de maneira flexível e menos monótona, com maior controle e menor hierarquia no espaço em que atuam;

- manifestam tendência a sistemas de co-gestão e até de co-propriedade;

- aumentam o potencial de libertação do trabalho humano em relação ao emprego assalariado, e de valorização do trabalho enquanto práxis comunicativa e criativa, núcleo do desenvolvimento efetivamente humano³;

- os avanços na esfera da telemática geram o potencial de democratização da comunicação, das relações não apenas mercantis entre pessoas, comunidades e nações, do intercâmbio de experiências, da complementaridade de potenciais e de

recursos, da solidariedade nas aspirações e nas lutas, da expansão da Consciência de Espécie que agrega e unifica a diversidade sem sacrificá-la⁴;

- enfim, a globalização fornece a base material para que, afinal, se torne possível aos trabalhadores do mundo inteiro unir-se, em vez de digladiar-se, por uma humanidade responsável e solidária.

A GLOBALIZAÇÃO COMPETITIVA SONEGA, EM VEZ DE AMPLIAR, VÁRIOS DIREITOS DOS TRABALHADORES, ENTRE ELES O DIREITO DE POSSUIR E GERIR RECURSOS PRODUTIVOS E O DIREITO DE IR E VIR.

A atual globalização, porém, por estar centrada numa competição que só poupa os grupos econômicos que têm maior poder e controle de capital e de mercados, envolve riscos e ameaças não só aos trabalhadores, mas à humanidade como um todo, tais como:

- reduzindo o trabalho humano a uma mercadoria, estende as cadeias de subordinação do trabalho assalariado à escala global⁵; privados da propriedade e do controle sobre a empresa, os empregados não têm o direito de participar das decisões sobre o que e como produzir e como dividir os ganhos da produtividade; por outro lado, são presa da velocidade e do caráter não

planejado da reestruturação industrial, que está provocando o desemprego maciço; os funcionários públicos também estão sendo demitidos à medida que os governos locais e nacionais se conformam em adotar reformas neoliberais destinadas a promover a globalização. O resultado final tem sido o desemprego em massa, aberto e oculto, e os empregos marginais e sub-remunerados numa economia informal cada vez mais extensa; e condições de trabalho e de vida cada vez mais precárias como resultado dos cortes nas despesas públicas e das mudanças da legislação que eliminam direitos reconhecidos dos trabalhadores. Outro motivo de séria preocupação é a evidência de uma concentração cada vez mais aguda da renda e da riqueza⁶;

1- Sobre este tema ver Marcos Arruda, 1992; 1994a; 1994b; 1995a, 1996a e 1996b na Bibliografia.

2- Robin, 1994, pp. 38-47

3- Gorz, 1991, pp. 101-121; 124-138. Aurobindo, 1949, 56-65. Frigotto, 1986, 180-227.

4- Teilhard de Chardin, 1945, pp. 157-176; 1936, pp. 75-88.

5- Gorz, 1964, pp. 56-60. Beaudrillard, 1973, pp. 11-40. Arruda, 1995a, p. 7.

6 - Segundo o jornal *International Herald Tribune* (3/3/96), a renda familiar nos EUA entre 1980 e 1995 despencou em 11%. Os 10% mais pobres perderam 21% e os 10% mais ricos ganharam 22%. A concentração da renda na Grã Bretanha é a segunda maior entre os países ricos, depois da Nova Zelândia. Cerca de 30% das crianças inglesas nascem em famílias que recebem benefícios sociais do governo, ou estariam na miséria absoluta. Em 1979, quando Margaret Thatcher chegou ao poder, havia um milhão de crianças em famílias que dependiam de ajuda oficial. Em 1992, segundo o Partido Trabalhista, esse número aumentou para três milhões (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1/12/96, p. 21).

- aprisiona o conceito de desenvolvimento, identificando-o a crescimento econômico e a modernização e eficiência produtiva a nível da empresa, tomada abstratamente de forma isolada; a interação entre os agentes econômicos, em consequência, é concebida como relação entre agentes isolados que interagem a partir dos seus interesses meramente individuais, numa disputa de vida ou morte, chamada competição⁷;

- estende a todo o mundo um conceito e uma prática de desenvolvimento exógeno e centrífugo, ou “de cima para baixo” e “de fora para dentro”, que toma como parâmetros os elementos culturais dominantes nas economias altamente industrializadas (valores, atitudes, comportamentos, aspirações e modos de relação) e como atores hegemônicos os grupos econômicos e financeiros transnacionais, que são predominantemente originários nos países ricos⁸; esta prática aliena porque afasta pessoas, povos e nações de suas potencialidades mais profundas; sacrifica a diversidade e a soberania, e globaliza às custas do nacional, do local, do diferente, do singular⁹;

- subordina as economias nacionais, e suas respectivas superestruturas políticas, às estratégias e aos interesses corporativos das empresas e grupos transnacionais, cuja lógica é predominantemente econômica e mercantil e cuja motivação principal é a ampliação dos seus ganhos, da sua produtividade e da sua competitividade e não o desenvolvimento de povos, nações e regiões do mundo¹⁰. Há ampla

evidência de que a compatibilidade entre ambos é contraditória e frequentemente negativa, sobretudo quando povos e nações perdem o poder soberano de definir, gerir e controlar seu próprio desenvolvimento;

- força os agentes econômicos a apropriar-se virtualmente de todo o ganho de produtividade em detrimento dos trabalhadores e do emprego, assim concentrando sempre mais capital e/ou poder de decisão num número reduzido de pessoas e empresas/grupos econômicos, marcando os mercados nacionais e mundiais com a tendência ao monopólio e ao cartel. Tais estruturas promovem relações economicamente excludentes e politicamente totalitárias. Sob o prisma do desenvolvimento, essa tendência totalitária da globalização competitiva se expressa na abolição de todo projeto de desenvolvimento que não seja centrado no mercado e no capital, e de parcelas crescentes de poder nacional de regulação sobre fluxos comerciais, recursos, invenções e até de investimentos. “Lançados uns contra os outros, trabalhadores, empresários e governantes travam luta de morte para prevalecer mediante a subordinação ou eliminação do outro.



Um tal sistema de relações, quanto menos regulado e mais

7 – “Conduzida pela competição selvagem, esta floresta comercial não é outra coisa que o canibalismo convertido numa instituição, onde o homem civilizado, para defender-se, se torna selvagem entre os selvagens” (Herbert Spencer, *Essays on Progress*, 1886).

8- Korten, 1995, pp. 51-203; pp. 308-312.

9- Fromm, 1968, pp. 28-33.

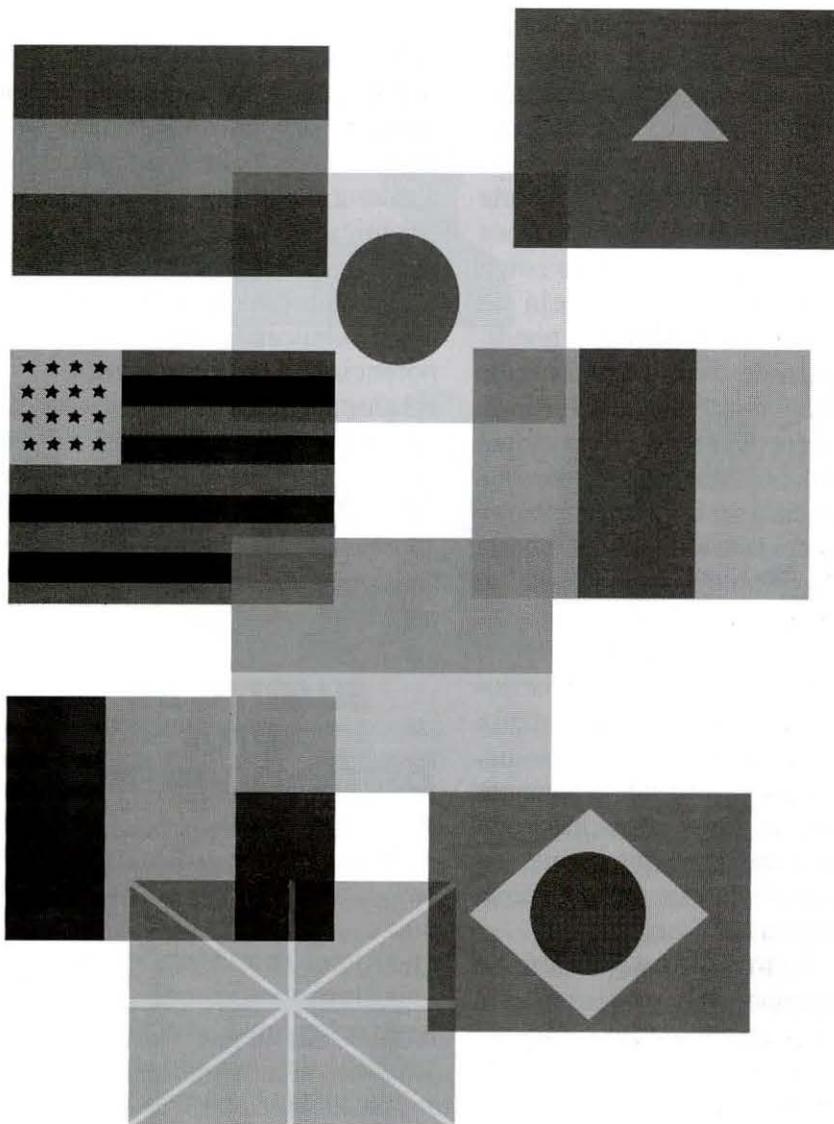
10- UNRISD, 1995, Cap. 10, pp. 153-168. Dussel, 1987, pp. 162-173. Em meados de 1996 nos EUA, a notícia de que a criação de novos empregos na economia havia caído em 13,3% de junho para julho gerou uma onda de euforia em Wall Street, expressa por um aumento de 70 pontos no mercado Dow Jones. Os preços de alimentos aumentaram 1,6% e as vendas a varejo caíram 0,2%, enquanto as taxas de juros dos títulos do Tesouro aumentavam (*Le Monde Diplomatique*, set. 1996).

deixado ao sabor dos interesses dominantes, mais concentrador e mais destruidor se revela”¹¹;

- beneficia e faz crescer o setor privado às custas da Sociedade e do Estado através deste conjunto de políticas chamadas de “ajuste estrutural”, que incluem privatização, desregulação e abertura de mercados, estabilização e crescimento, transferência do poder de decisão e do debate macroeconômico dos Estados nacionais para as instituições multilaterais e estabilidade política fundada na máscara do consenso;

- ao globalizar a mercantilização dos seres humanos e da Natureza, torna também globais as formas de exploração e de dominação de ambos, e com elas as ameaças de rupturas sócio-políticas e ambientais;

- adota medidas apenas compensatórias e corretivas dos problemas, crises e catástrofes eco-sociais geradas por aquelas políticas, sem buscar ir às suas raízes. O sem-número de programas governamentais para aliviar o desemprego e a marginalização dos trabalhadores emerge ao lado do reforço do aparato de controle e repressão social, que não logra conter as ondas crescentes de violência urbana que afloram nas metrópoles do Hemisfério Sul e do Norte. Em resumo, quanto mais riqueza e poder concentrados, mais desigualdade e maior o potencial de desordem e de caos social.



GLOBALIZAÇÃO COOPERATIVA E AUTO- DESENVOLVIMENTO

Haveria dois caminhos para se pensar em alternativas à globalização competitiva. O caminho “de fora para dentro” e “de cima para baixo”, que implica em atuações exteriores ou marginais ao sistema de mercado oligopolista e à democracia individualista predominantes; e o caminho “de baixo para cima” e “de

dentro para fora”, que parte da diversidade das pessoas, comunidades, povos, culturas, nações para construir uma globalidade enraizada na diversidade e na complementaridade dos seus componentes.

Em biologia, desenvolvimento tem a ver com transformar em realidade atual os potenciais inerentes a um organismo. No plano humano e histórico, igualmente, a referência do desenvolvimento são os potenciais escondidos em cada pessoa, comunidade,

11- Marcos Arruda, 1995a, p. 6

povo, nação e região¹². Na natureza, à riqueza desses potenciais chamamos biodiversidade, e colocamos sua defesa como condição para a sobrevivência do próprio Planeta. Na história humana porém, ainda estamos longe de ter a mesma consciência da importância de defender e fomentar a biodiversidade, como um princípio de Vida e de Evolução da própria Espécie Humana. Este princípio está fundado no fato de que nenhum ser humano, nenhuma capacidade individual, se basta e se completa isoladamente: só reconhecendo esta solidariedade inerente à condição de todos os seres, em particular dos seres humanos, e fomentando a complementaridade, a sociabilidade e a irmandade entre nós é que conseguiremos progredir no sentido em que aponta, na Espécie Humana, a Evolução da própria Natureza¹³.

Retomemos, portanto, o caminho “de baixo para cima” e “de dentro para fora”. Não será ele o que maior viabilidade apresenta nesta virada de século e de milênio? Não se esconderá nele o potencial de arrancar do interior mesmo da pessoa, da comunidade, da empresa, da nação a força motriz para impulsar o desenvolvimento, concebido não mais somente como crescimento econômico, mas como o desabrochar de todos os potenciais do ser individual e coletivo?

Pensar que cada pessoa pode ser concebida como centro gerador do desenvolvimento de si mesma e das coletividades a que pertence, e pensar cada comunidade humana e nação nesta mesma perspectiva nos

permite acenar para uma globalização diferente, que se constrói de baixo para cima, e que se expande com base noutra lógica e noutro movimento: cresce a partir da concepção orgânica de biodiversidade, tomando a eficiência do sistema orgânico como um todo como objetivo, buscando maximizar os potenciais de complementaridade, de sociabilidade e de irmandade entre as pessoas, as comunidades, as empresas em redes de relação e de intercâmbio a todos níveis. Este é o sentido que damos ao termo autodesenvolvimento.

SUJEITOS DO AUTO- DESENVOLVIMENTO

Os desafios do desenvolvimento próprio passam, então, a ser trabalhados nos vários níveis da realidade humana:

• **dimensão pessoal** - Trata-se de desenvolver os potenciais próprios de cada um de nós. Cada pessoa é um ser em construção. Há dois vetores que predominam no processo existencial, um, de natureza genética e hereditária, o outro de natureza cultural e societária. A ciência tem focalizado estes dois processos em pesquisas e debates ainda inconclusos. Mas o certo é que o ser humano também está em processo de Evolução, tanto como indivíduo quanto como espécie. E, diferentemente de qualquer outro ser conhecido deste Planeta, o ser humano é o único que tem faculdades que lhe dão a capacidade de visualizar, projetar, atuar, transformar cons-

cientemente. Mas a pessoa humana é um ser contraditório, pois sua própria unidade é feita de diversidade. As várias dimensões que nos constituem, corpo

12- Hegel, na sua Filosofia da História, esboça o que ele chama de “princípio do desenvolvimento”, mencionando dois aspectos definidores: 1) a capacidade real de mudança, e mudança para melhor, um impulso de perfectibilidade; 2) um germe latente de ser - uma capacidade ou potencialidade lutando por realizar-se. Portanto, o desenvolvimento não resulta de mudanças externas, mas do desdobramento de “um princípio interno imutável; uma simples essência - cuja existência, i.e., como um germe, é primordialmente simples - mas que em seguida desenvolve uma variedade de partes que se envolvem com outros objetos e, conseqüentemente, vivem num processo contínuo de mudanças”. Ele deixou de lado o termo indispensável: no sentido de crescente complexidade. Ver Teilhard de Chardin, 1936, pp. 67-114.

13 - O testemunho de um antropólogo e pesquisador de renome, Richard Leakey (1978), deve ser mencionado. “Em síntese, portanto, a noção de que os seres humanos são inerentemente agressivos simplesmente não pode ser sustentada. Não podemos negar que os humanos do século 20 apresentam um alto grau de agressividade, mas não podemos apontar para o nosso passado evolutivo seja para explicar nossas origens, seja para escusar-nos... (p. 221) Não deveríamos procurar nos nossos genes as sementes da guerra... Uma ironia biológica suprema se oculta em todo o debate sobre a guerra organizada nas sociedades modernas - a natureza cooperativa dos seres humanos (*ênfase minha*). Ao longo de nossa história evolutiva recente, particularmente desde a emergência do modo de vida caçador, deve ter havido pressões seletivas extremas em favor da cooperação, da consciência de grupo e da identificação (enquanto Espécie). Foi tão forte e o período no qual ela agiu foi tão extenso (pelo menos três milhões de anos e provavelmente mais tempo), que é improvável que ela tenha deixado de inserir-se em algum grau na nossa configuração genética” (p. 223).



e suas várias partes, mente, psiquê, alma, se desenvolvem por vias e ritmos diversos, em processos que às vezes são contraditórios e complexos. Educar-nos para desenvolver tão harmoniosamente quanto possível as várias dimensões que constituem nosso ser pessoal de forma autônoma e solidária, eis o desafio. Por outro lado, ao agir, ao fazer, ao construir, o ser humano se faz e se constrói simultaneamente, contribuindo deste modo para a evolução dos seus sentidos materiais e não materiais, do seu conhecimento, da sua consciência, do seu espírito, e também, sinergicamente¹⁴, com a evolução dos da Espécie Humana como um todo¹⁵. O desafio do auto-desenvolvimento consiste em que cada pessoa, por meio da ação sobre o mundo e os outros, da educação, da pesquisa e da reflexão sobre si própria e suas relações, se construa sempre mais como sujeito consciente e ativo do seu próprio desen-

volvimento. Educar-se passa a ser assumir a responsabilidade de fazer progredir cada aspecto, qualidade, atributo, faculdade, da própria pessoa, enquanto ser que só existe em relação com as várias dimensões de si própria com o Outro - pessoas e coletividades - e com a Natureza;

• **dimensão da comunidade**

- A outra dimensão do indivíduo são as diversas comunidades a que pertence. O indivíduo, portanto, é *ao mesmo tempo* um todo em si próprio e parte viva e ativa de todos mais abrangentes. A visão do auto-desenvolvimento da pessoa aplica-se necessariamente também à comunidade humana, seja ela a família, seja comunidades de trabalho, de fé, de atividades recreativas e outras. Levanta-se, já nesta dimensão, o desafio de valorizar sempre mais as potencialidades de cada participante da comunidade - o que significa cultivar a *noodiversidade* - enquanto se busca, *ao mesmo tempo*, construir

unanimidades em torno de objetivos, projetos e estratégias comuns de ação e de relação¹⁶. Na busca de auto-desenvolvimento da comunidade, portanto, há que estimular tanto o desabrochar das capacidades individuais, quanto aquelas que resultam da complementaridade e da sinergia gerada pelo pensar e agir em comum dos participantes. O ponto de partida é a diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é colocá-las em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver o quanto possível os talentos, capacidades e competências coletivas. O desafio da democracia e da participação

14- Sinergia, em grego, significa "energia posta em comum", ou "conjugação de energia", ou "cooperação, ação em comum".

15 - Teilhard de Chardin, 1936, pp.67-114.

16- Teilhard de Chardin, 1948, pp.314-316.

começa neste nível. Trata-se, como no caso de cada pessoa, de desenvolver a comunidade no sentido de tornar-se sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento. Coloca-se aí a questão da partilha da propriedade e da gestão dos bens comunitários como essência mesma da prática democrática. Nesta partilha se supera a “democracia individualista” do capitalismo e também os igualitarismos artificiais que têm predominado em muitas experiências de “socialismo”.

A empresa e as unidades políticas – o município, o estado e a nação – são também comunidades. O enlace natural entre os diferentes níveis da existência humana se faz de fato de baixo para cima, tendo por unidade primeira a pessoa, mas não a pessoa abstrata e isolada, senão no seu contexto de *relações essencialmente humanas*. O trabalho é o mediador destas relações, ou a capacidade humana de transformar, criar e comunicar. É também o fator ontológico, porque através dele nos tornamos seres deste mundo. Entretanto, a cultura dominante, por estar centrada nas relações econômicas e comerciais, as reduz a meras *estruturas*, em que predominam relações despersonalizadas, ou coisi-

ficadas, ao passo que os seres humanos que as compõem são vistos apenas sob o prisma das funções que ocupam nelas – como “mão-de-obra”¹⁷ assalariada, como vendedor ou comprador, ou como contribuinte.

Repensar, portanto, o mercado como uma relação social entre seres humanos apenas *mediada* por dinheiros e produtos; repensar a empresa e as instituições como comu-

PENSAR QUE
CADA PESSOA
PODE SER CONCEBIDA
COMO CENTRO GERADOR
DO DESENVOLVIMENTO
DE SI MESMA
E DAS COLETIVIDADES
A QUE PERTENCE,
E PENSAR CADA COMUNIDADE
HUMANA E
NAÇÃO NESTA MESMA PERSPECTIVA
NOS PERMITE ACENAR
PARA UMA
GLOBALIZAÇÃO DIFERENTE.

nidades humanas; deslocar o eixo da existência humana do ter para o ser; identificar e cultivar a capacidade de cada pessoa e comunidade de ser sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento, estes são alguns dos grandes desafios ligados ao renascimento da humanidade no milênio que se avizinha¹⁸.

Se estas proposições estão corretas, podemos concluir que desenvolvimento pensado e praticado “de cima para baixo”, “de fora para dentro” não é desenvolvimento genuíno, mas

outra coisa. A modernização que experimenta o Brasil nesta segunda metade de século segue, na sua essência, a via “de cima para baixo” e “de fora para dentro” – o modelo e grande parte da tecnologia e dos investimentos vêm dos países ricos do hemisfério norte. Mesmo o governo Fernando Henrique Cardoso, que se elegeu sob a bandeira de um projeto “social-democrático”, renunciou a ter um projeto de desenvolvimento nacional próprio do Brasil¹⁹. A globalização competitiva tem como eixo ideológico o projeto de adoção do mesmo modelo de organização social e econômica, através dos mesmos agentes econômicos – essencialmente os grandes grupos transnacionais –, para todos os outros países e

regiões do Planeta. Este é um projeto homogeneizador. Se há diversidades, elas ocorrem no interior deste projeto e são inescapavelmente determinadas por ele.

A reflexão sobre o mundo de hoje nos leva à convicção,

17- Este termo revela com ênfase a coisificação do trabalhador pela cultura centrada no Capital.

18 - Coraggio, 1991, pp. 357-358; pp. 297-299. Aurobindo, 1949, pp. 195-207; pp. 208-217.

19- Pinho, 1969, Capítulos IV e VII. Xico Lara, 1993, pp. 2-7. Uhl, 1980, 105-236. Nove, 1989, Parte IV.

primeiro, de que o problema não é a globalização, mas esta globalização é, segundo, que uma outra globalização, de caráter essencialmente cooperativo não apenas é possível, mas já está em gestação no interior desta. Diríamos que a economia é uma dimensão de atividades que está voltada predominantemente para as necessidades materiais, ou inferiores, do ser humano - faz parte da Bio-História da humanidade. Ela se concentra na geração de produtos úteis ou comerciáveis e de dinheiro. O desafio é começar, no interior de um mundo dominado pela economia, uma transição para um mundo que esteja organizado em torno das necessidades superiores do ser humano, que implicam na produção de conhecimento, de beleza, de bem-estar, de comunicação, de interação e no desenvolvimento de suas relações de solidariedade com a Natureza e com todos os seres, dos seus sentidos de ética, de estética e de comunhão com cada outro ser humano e com a espécie, e do equilíbrio dinâmico entre seu lado masculino e feminino. O masculino tem a ver com a exterioridade, a ação, a conquista, e o feminino, com a interioridade, o cuidado e o respeito à vida e ao mistério do mundo. O desafio é passar da Bio-História para a Noo-História. É visualizar e pôr em marcha uma estratégia para a transição, já anunciada, da era em que a economia é a atividade

principal da maioria dos seres humanos – o reino das necessidades – para a era em que são as atividades superiores do ser humano que ocuparão a maior parte do nosso tempo e das nossas energias – o reino da liberdade. Liberdade de ser E de criar, individual E coletivamente. Liberdade para ser plenamente Eu-E-Nós *ao mesmo tempo*.

O CAMINHO COOPERATIVO



A superação da cultura da reivindicação e da delegação é uma tarefa não apenas cultural. Ela é essencialmente política, e tem na dimensão econômica seu inescapável embasamento. Para os trabalhadores e seus sindicatos, trata-se de preencher algumas condições indispensáveis para que se estabeleça um “meio ambiente propício” para que eles se constituam em su-

jeitos conscientes e ativos do seu próprio desenvolvimento:

1. Ocupar o espaço econômico-isto implica em abandonar a postura apenas reivindicativa e delegadora e partir para:

1.1. a gradual apropriação dos bens produtivos já existentes - buscando ampliar formas de co-propriedade e co-gestão das empresas em que trabalham. Isto pode ser facilitado mediante programas educativos dos trabalhadores que incluam os aspectos técnicos e profissionais

ligados à gestão empresarial; os aspectos políticos relacionados com a cultura da autonomia solidária e mediante a criação de fundos sindicais para apoiar as aquisições das empresas pelos trabalhadores e sua transformação em empresas associativas e cooperativas;

1.2. a constituição de novas empresas cooperativas dos próprios trabalhadores, geridas e controladas por eles;

1.3. o desenvolvimento de competência empreendedora e profissional para fazer que suas cooperativas se-jam altamente eficientes para competir no mercado capitalista com vantagens comparativas de que o setor privado carece;

1.4. a construção de um movimento cooperativista autogestionário, solidário e popular, cuja estratégia seja ir tecendo pouco a pouco os fios de relações cooperativas e solidárias

OS SINDICATOS
ESTÃO LENTAMENTE
GANHANDO CONSCIÊNCIA
DE QUE URGE
QUE ENCONTREM UM
NOVO PAPEL A
DESEMPENHAR NO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E QUE ESTABELEÇAM
PONTES DE COLABORAÇÃO
COM OUTROS GRUPOS
DE CIDADÃOS QUE
DESENVOLVEM FORMAS
ALTERNATIVAS DE TRABALHO
E COMÉRCIO
NO INTERIOR DO SISTEMA
DE MERCADO DOMINANTE.

não apenas na esfera do consumo, mas também nas esferas produtiva, comercial e financeira, com vistas a “transsubstituir” a economia do Capital numa economia cooperativa e solidária²⁰;

1.5. estabelecer um sólido e permanente processo de educação dos trabalhadores, a fim de que se apropriem da visão, dos conhecimentos e dos instrumentos aptos para a transformação de si próprios em trabalhadores-empresendedores autônomos e solidários, e de suas empresas em cooperativas, ao mesmo tempo, em comunidades plenamente humanas.

2. Ocupar o espaço político - o embasamento concreto do poder político é o poder econômico. O Mundo do Trabalho só poderá compartilhar o poder político com as elites, e

só poderá alcançar a hegemonia se tiver poder econômico. Enquanto assalariado isto não se dará jamais. A reconstrução necessária do movimento trabalhador, sindical e social exige diversos movimentos simultâneos:

2.1. incluir no trabalho sindical - organizativo e educativo - não apenas os trabalhadores, mas também suas famílias enquanto comunidades humanas e trabalhadoras;

2.2. ampliar o trabalho sindical para incluir os trabalhadores que vão sendo excluídos do mercado de trabalho da categoria;

2.3. ir além da ação reivindicativa em torno de emprego e salário, introduzindo na ação sindical e nas negociações com empresas e governo as questões políticas que servem de contexto para as

reivindicações e as questões de políticas macroeconômicas que afetam diretamente os trabalhadores;

2.4. em colaboração com outras forças populares, estabelecer uma estratégia de luta pela democratização e, simultaneamente, de gradual ocupação do Estado a fim de transformá-lo de agente dominante aliado ao setor privado, sobretudo ao grande capital, em agente apenas regulador, orquestrador e fiscalizador do interesse comum, subordinado à supervisão e às decisões da Sociedade democraticamente organizada em todas as esferas.

3. Ocupar o espaço informativo, comunicativo e cultural - trata-se do desafio de neutralizar o poder hegemônico dos agentes da globalização competitiva mediante o estabelecimento de meios de comunicação alternativa e de uma educação voltada para o desenvolvimento integral das pessoas e das comunidades humanas, inclusive das associações e cooperativas de trabalhadores.

Do ponto de vista dos movimentos populares e sindicais, estes podem ser três aspectos essenciais de uma estratégia de transformação que tenha como diretriz principal a ocupação de espaços e o aproveitamento das oportunidades abertas no interior mesmo do sistema centrado na competição e no mercado capitalista. Esta estratégia de ação em muitas frentes exige que paremos de esperar o momento de os trabalhadores tomarem o poder do Estado para, só então, começarmos a construir uma economia popular e uma so-

20- Coraggio, *Del Sector Informal a la Economía Popular*, pp. 1-2.

cidade solidária. O novo brota de dentro do velho, das sementes aí presentes e das unidades abertas pelas contradições que latejam no seu interior.

NA ESFERA
POLÍTICA E
CULTURAL,
AS
ORGANIZAÇÕES
DA
SOCIEDADE
CIVIL TÊM
ATUADO DE
FORMA CADA
VEZ MAIS
ARTICULADA E
EFICAZ PARA
PRESSIONAR
OS CENTROS
DE PODER,
SEJAM
CORPORATIVOS,
SEJAM ESTATAIS,
NO
SENTIDO
DE
MUDANÇAS
DEMOCRATIZADORAS.

Nas esferas econômica e financeira, as iniciativas são múltiplas. Lado a lado com o sistema cooperativo “tradicional”, que envolve cooperativas grandes e médias operando dentro do mercado capitalista e em economias de planejamento centralizado²¹, diversas iniciativas centradas no interesse popular estão em marcha: associações e bancos de microcrédito já existem nos três continentes “em desenvolvimen-

to” e formaram uma associação internacional. Elas tornam o crédito acessível a milhões de empreendedores pobres. Grupos de produção, associações e cooperativas de trabalhadores estão se multiplicando em regiões rurais deprimidas, mas também nas megalópoles afligidas pela explosão da “informalização” e da terceirização do trabalho²²; empregados também estão assumindo o controle de um número crescente de empresas; organizações de consultoria e advocatícias estão voltando sua atenção para a situação crítica de milhões de desempregados em todo o mundo e para o desafio de um desenvolvimento ecologicamente sustentável²³. Os sindicatos estão lentamente ganhando consciência de que urge que encontrem um novo papel a desempenhar no desenvolvimento social e que estabeleçam pontes de colaboração com outros grupos de cidadãos que desenvolvem formas alternativas de trabalho e comércio no interior do sistema de mercado dominante²⁴.

Na esfera política e cultural, as organizações da Sociedade Civil têm atuado de forma cada vez mais articulada e eficaz para pressionar os centros de poder, sejam corporativos, sejam estatais, no sentido de mudanças democratizadoras. As pressões sobre os governos nacionais e sobre o Banco Mundial, o FMI e os Bancos Regionais de Desenvolvimento por crescente transparência, por reformas internas, por efetiva participação da sociedade e dos principais beneficiários, os setores pobres e por modificações profundas na

concepção e na prática do desenvolvimento por parte dessas entidades têm produzido resultados evidentes. Tanto as entidades sociais representativas quanto as de assessoria e advocatícias, atuando em redes e coalizões de alcance nacional, regional e global e utilizando-se dos meios telecomunicativos, estão desempenhando um papel relevante na busca teórica e prática de alternativas à globalização competitiva e à cidadania passiva e submissa que esta tende a engendrar.

21- A política empresarial de demissões maciças tem tido um sem-número de desdobramentos: desemprego estrutural, que empurra os trabalhadores que desanimam de procurar emprego para o chamado “setor informal”; companhias e agências de governo, compelidas a cortar custos e pessoal, estão estimulando seus empregados a demitir-se, formar uma microempresa e assinar um contrato com o antigo empregador, livrando-se estes dos riscos e dos encargos sociais.

22- O Relatório de 1996 da OIT avisa que a situação dos trabalhadores em ambos os hemisférios está piorando. Há um bilhão de desempregados e subempregados em todo o mundo, sendo 34 milhões nos países ricos (*O Globo*, 26/11/96, p. 23, Rio de Janeiro).

23- A publicação da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, *Trabalho, Terceirização e Cooperativismo*, Porto Alegre, outubro de 1996, oferece um bom exemplo desta consciência em expansão no meio sindical. Mas existe também muita resistência a ser superada, sobretudo por parte das lideranças.

24 - O Relatório de 1996 da OIT avisa que a situação dos trabalhadores em ambos os hemisférios está piorando. Há um bilhão de desempregados e subempregados em todo o mundo, sendo 34 milhões nos países ricos (*O Globo*, 26/11/96, p. 23, Rio de Janeiro).

O DESAFIO
É FAZER DA
GLOBALIZAÇÃO
UM PROCESSO
QUE
DEMOCRATIZE
NÃO APENAS
O DIREITO À
OPINIÃO, MAS
OS DIREITOS
E DEVERES
DA PLENA
CIDADANIA
PARA TODOS
OS MEMBROS
DAS SOCIEDADES
NACIONAIS
E DA
SOCIEDADE
GLOBAL.

CONCLUSÃO

Trata-se, em resumo, de constituir a Sociedade, definida como a totalidade de cidadãos e cidadãs, cuja maioria consiste em pessoas que vivem do seu trabalho, como novo sujeito da História e do seu próprio desenvolvimento, subordinando às suas prioridades os agentes privados e dando ao Estado e às agências multilaterais um conteúdo realmente público e democrático. Os desafios essenciais são:

a) promover a autoorganização e autogestão das comunidades e sociedades em torno de planos próprios de desenvolvimento;

b) articulá-los de forma complementar com outras comunidades e sociedades, negociá-los com as autoridades

públicas, absorvendo a contribuição de empresas e de setores governamentais sem perder o controle do seu próprio projeto;

c) redefinir o papel do Estado, tornando-o cada vez menos o principal agente político, e cada vez mais um simples orquestrador do desenvolvimento do conjunto da economia e da sociedade;

d) papel semelhante seria atribuído às agências multilaterais nas suas respectivas esferas geopolíticas.

No plano da governabilidade, o liberalismo oferece maior liberdade para a expressão da opinião de uma proporção maior das populações. Mas os seus fundamentos - direito de discordar e alternância de representação - são insuficientes o projeto de poder do povo em todas as esferas. E mesmo esses direitos estão hoje ameaçados pela compulsão do consenso e da estabilidade política a qualquer preço. O resultado é o fortalecimento da ameaça de um totalitarismo que equaciona razão de Mercado com razão de Estado, produz novas divisões sociais, alimenta conflitos étnicos ou territoriais e amplifica a corrupção estatal e empresarial.

O desafio é fazer da globalização um processo que democratize não apenas o direito à opinião, mas os direitos e deveres da plena cidadania para todos os membros das sociedades nacionais e da sociedade global. Gerar processos de participação que, por um lado, estabeleçam a cada pessoa e comunidade humana sua condição de sujeito do seu próprio desenvolvimento e, por outro, cultivem e integrem a diversidade das capacidades,

desejos e aspirações num movimento que redirecione os mercados, atribua um conteúdo democrático ao Estado e reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional.

BIBLIOGRAFIA

Albert, Michael and Hahnel, Robin, 1978, *UnOrthodox Marxism: An essay on Capitalism, Socialism and Revolution*, South End Press, Boston.

Albert, Michael and Hahnel, Robin, 1981, *Socialism Today and Tomorrow*, South End Press, Boston, sobretudo Parte Dois: *Socialism Today* (pp. 55-264) e *Socialism Tomorrow* (pp. 265-364).

Arruda, Marcos, 1992, *Transformações Globais e o Desafio da Construção da Democracia*, PACS, Rio de Janeiro.

Arruda, Marcos, 1994a, *A Nova Ordem Mundial: Crise de Ética e de Racionalidade*, PACS, Rio de Janeiro. Publicado nos Anais de 1995 da Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília.

Arruda, Marcos, 1994b, *The New World Order, the Dominant Development Model and Democratic Alternatives*, PACS, Rio de Janeiro.

Arruda, Marcos, 1995a, *Globalização e Ajuste Neoliberal: Riscos e Oportunidades*, Revista "Tempo e Presença", Koinonia, Rio de Janeiro, dezembro.

Arruda, Marcos, 1995b, *Building Strategies on the International Financial Institutions*, PACS, Rio de Janeiro.

Arruda, Marcos, 1995c, *Educação da Práxis: Sinergia de Ação e Conhecimento*, PACS, Rio de Janeiro.

Arruda, Marcos, 1996a, *Brasil e Globalização: Oportunidades e Desafios*, PACS, Rio de Janeiro e CESE, Revista "Debate", n. 5, Ano VI, julho 1996, Salvador, BA.

Arruda, Marcos, 1996b, *Neo-Liberal Adjustment and Globalization: A Southern Perspective*, in *Trócaire Development Review*, Dublin, pp. 15-32.

Aurobindo, 1949, *The Human*

Cycle, em "Social and Political Thoughts", All India Books, Pondicherry, Índia (1985).

Aurobindo, 1949, *The Ideal of Human Unity*, em "Social and Political Thoughts", All India Books, Pondicherry, Índia (1985).

Aznar, Guy, 1993, *Trabalhar Menos Para Trabalharem Todos*, Editora Página Aberta, São Paulo (1995).

Beaudrillard, Jean, 1973, *Le Miroir de la Production ou l'Illusion Critique du Matérialisme Historique*, Casterman, Paris, I.

Boff, Leonardo, 1996, *Por un Siglo XXI Con Mayor Esperanza*, em "Signos de Vida", CLAI, Ecuador.

Boff, Leonardo e Arruda, Marcos, 1995, *Educação e Desenvolvimento na Perspectiva da Educação Integral*, PACS, Rio de Janeiro, 1995. Também publicado em alemão, com o título *Bildung und Entwicklung im Hinglick auf die integrale Demokartie*, no livro "Entwicklung mit menschlichem Antlitz: Die Dritte und die Erste Welt im Dialog", C.H.Beck Editors, Munique, Alemanha.

Calmy-Rey, Micheline, 1995, *Le Partage du Travail: Une Utopie? Village Alternatif*, Genève.

Capra, Fritjof, 1982, *The Turning Point: Science, Society and the Rising Culture*, Bantam Books, New York.

Coraggio, José Luis, 1991, *Ciudades sin Rumbo: Investigación Urbana y Proyecto Popular*, Ciudad-Siap, Ecuador.

Dussel, Enrique, 1987, *Ética Comunitária*, Vozes, Petrópolis.

Frigotto, Gaudêncio, 1986, *A Produtividade da Escola Improdutiva*, Cortez e Autores Associados, São Paulo.

Fromm, Erich, 1968, *The Revolution of Hope: Toward a Humanized Technology*, Bantam Books, New York.

Gramsci, Antonio, (1990), *Poder, Política e Partidos*, Brasiliense, São Paulo.

Gorz, André, 1964, *Stratégie Ouvrière et Néocapitalisme*, Seuil, Paris.

Gorz, André, 1991, *Metamorfosis del Trabajo - Busca del Sentido, Crítica de la Razón Económica*, Editorial Sistema, Madrid.

GTONG, 1994, *The Challenge of Poverty Eradication*, documento de trabalho, Genebra.

Howard, M.C. and King, J.E., 1976, *The Economics of Marx: Selected Readings of Exposition and Criticism*, Penguin, London.

International Labor Organization (ILO), 1993, *Multinationals and Employment: The Global Economy of the 1990s*.

IPPUR/Federal University of Rio de Janeiro, 1995, *Como Anda o Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro.

Khalil Gibran, Gibran, 1923, *The Prophet*, Alfred A. Knopf, New York, ed. 1951.

Korten, David, 1995, *When Corporations Rule the World*, Kumarian Press&Barret Koehler, New York.

Leakey, Richard E. and Lewin, Roger, 1978, *Origins*, E.P. Dutton, New York.

Luxemburg, Rosa, 1899, *Réforme Sociale ou Revolution*, em "Rosa Luxemburg - Textes", 1982, Mésidor/Editions Sociales, Paris.

Mill, John Stuart, 1848, *Principles of Political Economy*, London, Longmans (1929).

Nicolaus, Martin, 1968, *The Unknown Marx*, em "The New Left Reader", ed. Carl Oglesby, Grove Press, New York, 1969.

Nove, Alec, 1989, *A Economia do Socialismo Possível - Lançando o Desafio: Socialismo com Mercado*, Editora Ática, São Paulo.

Núñez S., Orlando, 1996, *La Economía Popular Asociativa y Autogestionaria*, Cipres, Managua.

Pinho, Diva Benevides, 1966, *A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista*, Pioneira Editora, São Paulo.

PNUD, 1992, *Human Deve-*

lopment Report, Nova York.

PNUD-IPEA, 1996 *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*, Brasília, DF.

Razeto Migiáro, Luis, 1985, *Economía de Solidaridad y Mercado Democrático*, Programa de Economía del Trabajo, Academia de Humanismo Cristiano, Santiago.

Rifkin, Jeremy, 1995, *The End of Work - The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era*, Tarcher/Putnam, New York.

Robin, Jacques, 1994, *Quand le travail quitte la société post-industrielle: 2/Le travail à l'épreuve des transformations socio-culturelles*, GRIT, Paris.

Schlesinger, Sergio, 1995, *Ajuste e Plano Real: Um Caminho Sem Fim?*, PACS, Rio de Janeiro.

Stein, Eduardo y Arias Peñate, Salvador (coord.), 1992, *Democracia sin Pobreza: Alternativa de Desarrollo para el istmo Centroamericano*, DEI, San José, Costa Rica, especialmente Chapter IV, "Las Tareas Futuras del Estado, Frente al Mercado y la Sociedad Civil, en el Istmo Centroamericano", by Franz Hinkelammert.

Teilhard de Chardin, Pierre, 1936, *Esquisse d'un Univers Personnel*, in "L'Energie Humaine", Seuil, Paris.

Teilhard de Chardin, Pierre, 1938, *Héritité Sociale et Progrès*, in "L'Avenir de l'Homme", Seuil, Paris, 1959.

Teilhard de Chardin, Pierre, 1945, *La Planétisation Humaine*, in "L'Avenir de l'Homme".

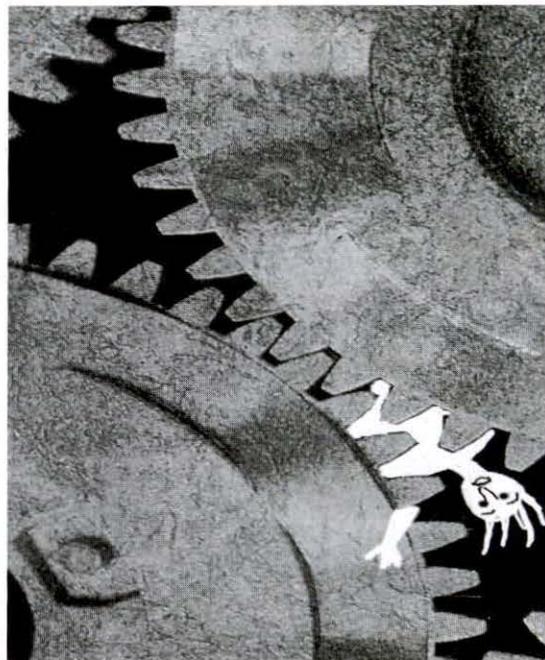
Teilhard de Chardin, Pierre, 1947a, *Le Rebondissement de l'Evolution*, in "L'Avenir de l'Homme".

Teilhard de Chardin, Pierre, 1947b, *La Formation de la Noosphère*, in "L'Avenir de l'Homme".

Teilhard de Chardin, Pierre, 1948, *L'Essence de l'Idée de la Démocratie*, in "L'Avenir de l'Homme".

Uhl, Petr, 1980, *Le Socialisme Emprisonné*, Stock-La Brèche, Paris.

UNRISD, 1995, *Estados de Desorden: Los Efectos Sociales de la Globalización*, Genebra.



OS MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Graziela de Oliveira*



* Professora aposentada da UFPB.

A REESTRUTURAÇÃO E O TRABALHADOR

O reordenamento da gestão da produção provocado pela globalização e pela reestruturação produtiva exerce impactos diretos sobre o mercado de trabalho, onde se destacam novas formas de relação de trabalho.

Com a terceirização, contingentes de trabalhadores perdem a relação de trabalho formal, tornam-se autônomos ou assalariados sem contrato de trabalho e, como consequência, sem direitos trabalhistas e previdenciários.

O efeito líquido desta forma de progresso técnico e econômico no mercado de trabalho é o aumento do desemprego, o rebaixamento salarial e a precarização das relações de trabalho.

No Brasil, a reestruturação produtiva enquanto tal é recente e localizada, ou seja, ainda não se constitui num processo. Está restrita a algumas indústrias, como a eletro-eletrônica, metal-mecânica, petroquímica, confecções e calçados (cf. Carleial, 1996:9). Geograficamente as regiões Sudeste e Sul concentram as novas tecnologias de produção, onde São Paulo detém 70% das máquinas de controle numérico (MCN). As indústrias inseridas no comércio internacional são as que reestruturam primeiro. As mudanças técnicas são pontuais; no setor automotivo, um dos mais automatizados, apenas 5% das operações são automatizadas, concentradas na soldagem e na

pintura (cf. idem). Em lugar de mudanças técnicas na produção, no Brasil ocorre mais as mudanças organizacionais. A esse respeito, afirma Vicente Paulo da Silva:

“A marca mais característica da reestruturação produtiva no país é a predominância das inovações organizacionais e gerenciais. Ainda é pouco expressiva a incorporação das novas máquinas e equipamentos de base microeletrônica. Na maioria dos casos de reestruturação, as empresas alteram a organização da produção e do trabalho mantendo as mesmas máquinas e equipamentos.” (Silva, 1996:14).

O REORDENAMENTO DA GESTÃO DA PRODUÇÃO PROVOCADO PELA GLOBALIZAÇÃO E PELA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EXERCE IMPACTOS DIRETOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO, ONDE SE DESTACAM NOVAS FORMAS DE RELAÇÃO DE TRABALHO.

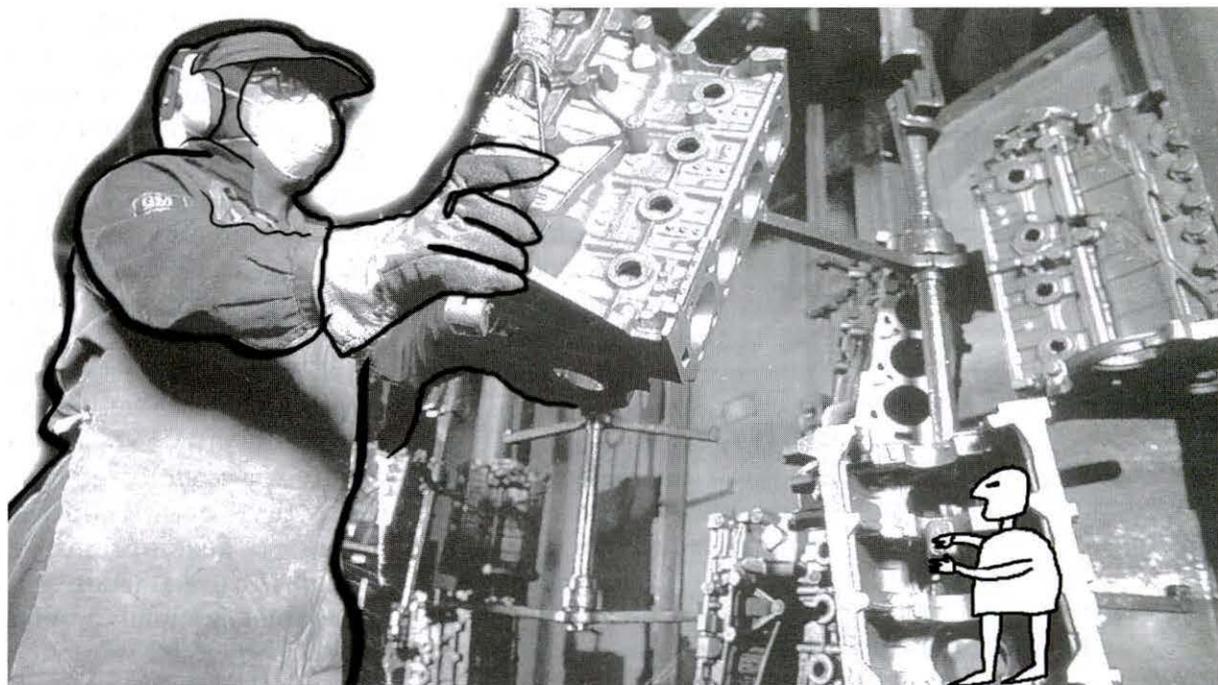
No setor bancário, em função da informatização, de mudanças organizacionais e da recessão, desde 1983, nove bancos privados já demitiram 141.568 bancários (cf. Quinzena, 1996c:10). As causas que levam ao desemprego são diversas.

Contudo, a automação do trabalho bancário é responsável pela produtividade no setor, observada, por exemplo, no número de cheques compensados. Em 1983 um funcionário compensava 26,9 cheques. Em 1993, a relação cheque/funcionário aumentou para 107,8, do que se deduz um aumento de 300% de ganho de produtividade (cf. Quinzena, 1996^a:10). Este ganho positivo para o trabalho bancário teve como contrapartida o desemprego de milhares de trabalhadores.

No setor automotivo, entre 1989 e 1995, 30.000 postos de trabalho desapareceram, enquanto a produção física subiu de 1,2 milhão para 1,7 milhão de unidades por ano. A produtividade passou de 9,5 veículos por trabalhador para 15,7 veículos/trabalhador ano (cf. Quinzena, 1996^a:10-11).

Em São Paulo, a reestruturação produtiva no ramo têxtil no contexto da política de abertura econômica e redução das tarifas protecionistas provocou, entre os anos de 1992 e 1995, uma diminuição generalizada nos quadros hierárquicos em todos os níveis. As profissões técnicas e científicas tiveram queda de 26,2%, enquanto os empregos administrativos foram reduzidos em 22%. Destes, a da chefia intermediária foi de 50% e a de gerentes e diretores foi de 38%.

Dos trabalhadores da produção, os postos de mestres e contramestres foram reduzidos em 30,2%. Com a reorganização da gestão e da produção, os postos melhor remunerados desapareceram. Na



relação entre contramestres admitidos e demitidos, a média salarial dos admitidos em 1995 foi de R\$ 538,00, enquanto a dos demitidos foi de R\$ 592,00. Para os mestres, no mesmo ano, enquanto a média salarial dos admitidos foi de R\$ 730,00, a dos demitidos foi de R\$ 946,00 (cf. DIEESE, 1996b:5-11).

No que tange aos efeitos da terceirização sobre o mercado de trabalho, a Petrobrás é um bom exemplo a ser citado. Vários setores da empresa foram terceirizados e há dez anos a Petrobrás não contrata ninguém. Os trabalhadores terceirizados, além de enfrentarem condições de trabalho perigosas para as quais não foram qualificados, são temporários e não têm os mesmos direitos que os petroleiros. Na realidade, há várias empresas operando dentro da Petrobrás, o que fragmenta a categoria e enfraquece o seu poder de reivindicação (cf. Quinzena, 1996b:4).

Na Paraíba, a Telpa - Com-

panhia Telefônica da Paraíba – terceirizou a venda e a instalação de aparelhos telefônicos, enquanto a CAGEPA (Companhia de Águas e Esgotos da PB) terceirizou a limpeza de galerias fluviais (cf. Teixeira, sd:6).

NOVOS DESAFIOS PARA OS TRABALHADORES

A globalização da economia e o processo de articulação dos blocos econômicos colocam novos desafios para os trabalhadores. Para enfrentar o capital que se reestrutura e se reorganiza mundialmente, eles precisam superar as barreiras locais e nacionais e também organizar-se em termos internacionais.

No âmbito do NAFTA (Mercado Comum do Norte), por exemplo, esta argumentação mostra sua validade. Na falta de articulação entre os sindicatos do México, Estados Unidos e

Canadá, a indústria americana transfere produção para o México, onde o salário e a proteção do trabalhador são menores, deixando o trabalhador americano sujeito ao desemprego e à desvalorização. Enquanto nos Estados Unidos a General Motors paga US\$25,00/hora, sem contar os benefícios, no México ela paga US\$5,00/hora sem direito a benefício (cf. DIEESE, 1996a:14).

O impacto das mudanças no mundo do trabalho tem encontrado pouca compreensão e uma fraca resistência por parte dos trabalhadores individuais e organizados. Em parte, porque o desemprego e a informalização reduzem as fileiras do movimento sindical, deixando pouco protegidos os trabalhadores empregados e sem nenhuma proteção aqueles à margem do mercado de trabalho.

As mudanças recentes na economia afetam, contudo, todas as sociedades e não apenas os trabalhadores. No

Brasil, a onda do ideário neo-liberal nos anos 90 aprofunda a posição subordinada e desprivilegiada do país na divisão internacional do trabalho, sob o controle do FMI e do Banco Mundial.

**A GLOBALIZAÇÃO
DA ECONOMIA
E O PROCESSO
DE ARTICULAÇÃO
DOS BLOCOS
ECONÔMICOS
COLOCAM NOVOS
DESAFIOS
PARA OS
TRABALHADORES.
PARA ENFRENTAR
O CAPITAL
QUE SE
REESTRUTURA
E SE REORGANIZA
MUNDIALMENTE,
ELES PRECISAM
SUPERAR
AS BARREIRAS
LOCAIS E
NACIONAIS
E TAMBÉM
ORGANIZAR-SE
EM TERMOS
INTERNACIONAIS.**

Elementos de ordem estrutural e conjuntural condicionam a desestruturação de amplos segmentos do sistema produtivo nacional. A partir dos anos 90, a importação de produtos a preços e custos inferiores aos praticados no Brasil causa a desativação de segmentos produtivos, do que decorre o de-

semprego de camadas expressivas da força de trabalho.

Segundo Maria da Conceição Tavares e Gerson Gomes, dados do IBGE apontam um crescimento da taxa de desocupação aberta de 3,7% em 1990 para 4,4% em janeiro de 1995 e 5,1% em outubro do mesmo ano. Nos anos de 1990, 1991 e 1992, o índice do emprego caiu mais do que o PIB e, nos anos seguintes, apesar da recuperação da economia, com aumento de 10,1% do PIB real, o emprego permaneceu baixo. Nos anos de 1993-94, com o aumento das importações, o impacto do crescimento da economia sobre o emprego foi pequeno, ou seja, o emprego cresceu apenas 0,4% de setembro de 1994 a maio de 1995 (cf. Tavares e Gomes, 1996:33).

Na realidade, o desemprego é resultado de um complexo de causas. Contudo, como os dados não estão disponíveis de forma desagregada, as causas não podem ser analisadas separadamente.

No caso da Grande São Paulo, por exemplo, observa-se que em maio de 1995, havia 1.113.000 desempregados. Em maio de 1996, o total de desempregados alcançou a cifra de 1.363.000, com um aumento, portanto, de 22,46% no número de desempregados. A taxa de desemprego que, segundo o DIEESE, foi de 13,4%, em maio de 1995, em maio de 1996 já era de 16,1% (cf. DIEESE, 1996c:27)

Ainda segundo o DIEESE, apenas no mês de maio do corrente ano, a indústria paulista desativou 42 mil postos de

trabalho. As demissões destacaram-se nas áreas química e da borracha (7,3%), alimentação (7,4%) e metal-mecânica (1,2%) (cf. DIEESE, 1996c:29).

Quanto aos fatores conjunturais, a política de manutenção de altas taxas de juros para captação de capital no mercado internacional para cobrir o déficit da balança de pagamentos e manutenção das reservas do Tesouro, entre outras razões, aumenta a especulação e desestimula o investimento em produção.

Recentemente, a política de aumentar a competitividade por meio da redução de direitos do trabalho acirra a discussão sobre qual é o verdadeiro impacto dos encargos sociais sobre a folha de pagamentos. A estimativa que inclui até salários diretos e indiretos como encargos é outra tentativa de reduzir ainda mais a participação do trabalhador na riqueza por ele produzida.

O aumento da população desempregada/desocupada, o crescimento da informalização e dos segmentos excluídos dos direitos ao trabalho e à reprodução dignos fazem emergir com maior nitidez a importância dos movimentos sociais. As novas formas de acumulação capitalista limitam hoje, mais do que nunca, as condições de vida de amplas camadas da sociedade e não apenas dos empregados.

**A TAREFA QUE
CABE AOS
MOVIMENTOS
SOCIAIS**

A idéia de que o desempregado por motivos de flexibilização ou

terceirização pode construir o seu próprio negócio não se concretiza para a maioria dos dependentes da venda de força de trabalho ou de mercadoria simples. Isso se deve, entre outros fatores, ao fato de que o capital somente não domina os espaços econômicos que são de baixa ou nenhuma rentabilidade.

Assim, em face a reestruturação produtiva e a redução das oportunidades de emprego formal, a geração de emprego e renda fica na dependência da pressão que os movimentos sociais possam exercer no sentido de exigir do Estado investimentos crescentes em infra-estrutura econômica e social. Desta forma, além de ir de encontro às necessidades da população em serviços de saúde, educação, saneamento, vias de comunicação, entre outros, os investimentos nestas áreas expandirão o mercado de trabalho, gerando emprego e renda, em um círculo virtuoso de desenvolvimento.

A longo prazo, cabe aos movimentos sociais, junto com partidos políticos, num movimento contraditório, questionar o próprio mercado de trabalho enquanto momento de compra e venda da mercadoria força de trabalho. A força de trabalho e seu dono, o cidadão, somente terão chances de desenvolver-se plenamente fora da condição de mercadoria.

Os diversos movimentos sociais aglutinam segmentos da sociedade que vivem diferentes condições de vida e de trabalho. Mesmo no interior da classe trabalhadora, os diferentes segmentos e grupos experimentam diversas condições de

produção e reprodução material de suas vidas. Diferenças raciais, religiosas, de gênero e ideológicas segmentam a classe trabalhadora em interesses supostamente específicos e às vezes conflitantes, que mascaram a unidade social da classe em relação ao capital (cf. Oliveira, 1991:457).

Os movimentos sociais que contestam a (des)ordem econômico-social estabelecida são produtos do sistema de valores dominante e da imposição dos interesses do capital à sociedade. Não são facilmente analisados com a categoria classe social, pois aglutinam pessoas de diversas e diferentes condições sociais. Contudo, os objetos que os movem e aglutinam são produtos do sistema capitalista e de sociedades baseadas em relações de privilégio e discriminação.

Os movimentos de proteção à natureza, por exemplo, ocupam-

se dos resultados impactados no ambiente pela indústria poluente e pela especulação imobiliária. São, portanto, resultados da produção voltada exclusivamente para o lucro, cujas deseconomias são socializadas e, quando assumidas pelo Estado, na forma de medidas de despoluição, são custeadas por toda a sociedade.

Um dos movimentos sociais de grande importância hoje para a luta dos trabalhadores por maior participação na riqueza do Brasil é, sem dúvida, o Movimento dos Sem Terra (MST).

O papel do MST tem sido importantíssimo, no sentido de mostrar à sociedade a necessidade de se lutar organizadamente para a realização de legítimos interesses do uso produtivo e social da terra. Sem a luta do MST, a sociedade, o Estado e o Congresso Nacional não estariam discutindo e buscando solução para um



problema que não é apenas da população do campo, mas também da cidade. Com o aumento da produção de culturas de alimentos, é possível a redução do preço dos produtos, do que pode decorrer uma visível melhoria nos indicadores sociais de nutrição, mortalidade, além do aumento do poder aquisitivo tanto da população urbana quanto da rural. Os efeitos do assentamento da população no campo serão enormes, tanto no campo quanto na cidade. Nesta, parte da violência poderá ser reduzida, pois ela se radica, em parte, na falta de emprego e de cidadania; crianças e adolescentes, hoje abandonados, poderão frequentar escolas rurais ou urbanas, preparando-se para um futuro produtivo consciente.

As possibilidades apontadas pela Reforma Agrária, contudo, necessitam da mobilização da sociedade para a sua concretização. Somente a força e o empenho dos diversos movimentos sociais poderão mudar o rumo da economia e da sociedade brasileira para uma sociedade mais justa, onde cada um e cada qual terá o direito a ser um cidadão pleno.

Quanto à reestruturação produtiva, a discussão sobre o seu caráter contraditório precisa ser deslançada para que o progresso técnico e econômico possa vir a ser usufruído pelos trabalhadores e a maioria da sociedade.

A reestruturação produtiva demonstra a capacidade do sistema capitalista de desenvolver e usar a tecnologia para a redução de custos e desperdícios com aproveitamento racional dos recursos.

Técnicas de produção que permitem a redução de custos e o aumento da produtividade são benéficas para o enriquecimento de qualquer sistema econômico. O problema que a sociedade capitalista coloca para os trabalhadores é o de como produzir para poder repartir o produto de forma a suprir as necessidades da maioria.

A necessidade cada vez mais reduzida da força de trabalho aponta para a possibilidade de redução da jornada de trabalho com conseqüente aumento das horas de lazer, as quais os trabalhadores poderiam usar para estudar e aumentar a sua qualificação geral. A demanda reduzida de trabalho com aumento da produção indica a capacidade que o sistema desenvolveu de aumentar a produtividade e estar tecnicamente apto a suprir as necessidades básicas de toda a população. O desemprego deixará de ser problema, na medida em que a sociedade se concentrar na produção ampliada dos meios que satisfazem as necessidades da maioria, em lugar dos meios que satisfazem as necessidades do capital.

Por que então toda essa capacidade técnica, organizacional e econômica não é revertida para o bem da sociedade e dos cidadãos individualmente?

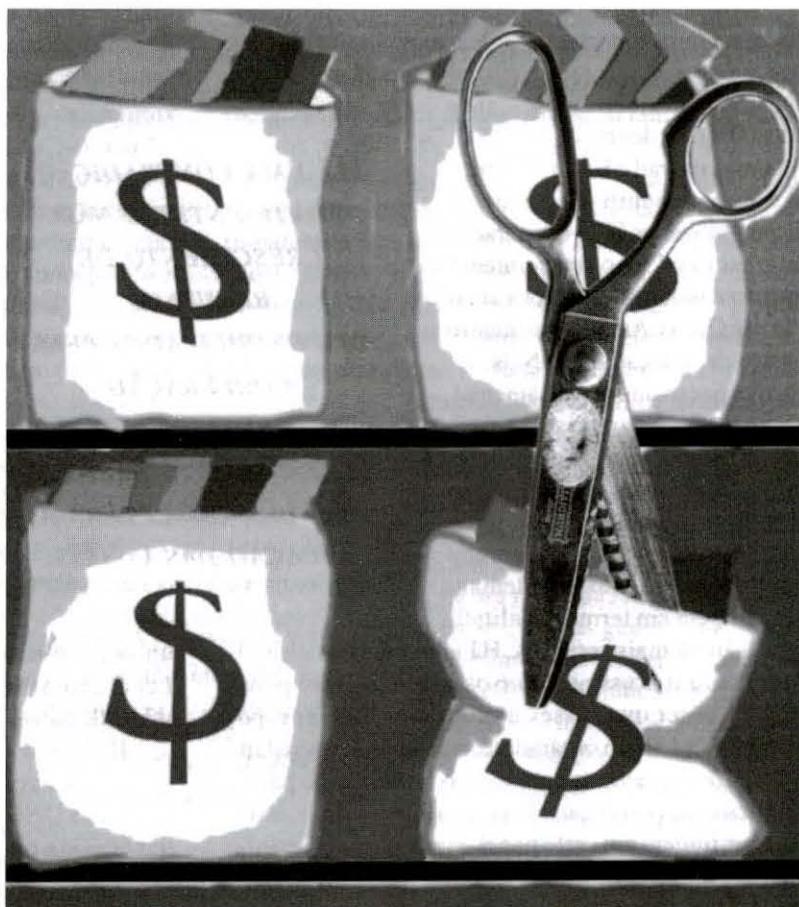
Por que, no lugar da luta defensiva contra os prejuízos trazidos aos trabalhadores pelas mudanças econômicas e em lugar da acomodação do destino individual, os trabalhadores não se debruçam sobre questões de como reverter para o bem-estar geral os ganhos do progresso técnico e econômico?

BIBLIOGRAFIA:

1. CARLEIAL, Liana M. F. *Globalização, transformação tecnológica e territorialidade. implicações a partir do mercado de trabalho brasileiro*. I Congresso Europeu de Latinoamericanistas, Salamanca, 1996, mimeo.
2. COUTINHO, Luciano. O Brasil face à globalização. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06.08.95.
3. Estados Unidos: aspectos do panorama sindical. In: *Boletim DIEESE*. São Paulo: DIEESE, n. 181, abr. 1996^a, p.12-18
4. Perfil setorial da indústria têxtil. In: *Boletim DIEESE*. São Paulo: DIEESE, n. 181, abr. 1996^b, p. 5-11
5. Desemprego recua apenas em uma região metropolitana. In: *Boletim DIEESE*. São Paulo: DIEESE, jul. 1996c, p.26-33
6. LABINI, P. Sylos. *Nuevas tecnologías y empleo*. México: Fondo de Cultura, 1993
7. OLIVEIRA, Graziela de. Crise econômica e subjetividade revolucionária. *Revista Cult. Vozes*. Petrópolis, n. 4, jul-ago 91, p. 452-459
8. Combate ao desemprego e seus dilemas. Avanços tecnológicos conduzem à "morte do trabalho e ameaçam desagregar a classe trabalhadora, que apresenta suas alternativas. *Quinzena*. São Paulo, n.228, 30.04.1996^a
9. Reestruturação produtiva, a saída selvagem do capitalismo. *Quinzena*. São Paulo, n. 228, 30.04.1996b
10. Uma profissão ameaçada. *Quinzena*. São Paulo, n.234, 30.07.1996c
11. SILVA, Vicente Paulo da. A CUT e o desemprego. IN: *O desemprego no país do real*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 1996, p.13-22
12. TAVARES, M.C. e GOMES, Gerson. Modernidade neoliberal e desemprego. IN: *O (des)emprego no país do real*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, abr. 1996, p. 32-36.
13. TEIXEIRA, Anderson Alves. *Uma abordagem introdutória da Flexibilidade no processo de produção*. João Pessoa: UFPB, s.d.,

O FAT E O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO: A VISÃO DOS TRABALHADORES

Delúbio Soares de Castro*
Bernardo Gouthier Macedo**



*Presidente no Codefat, representando a Central Única dos Trabalhadores.

** Representante da CUT no Grupo de Apoio Permanente - GAP/Codefat.

O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO COMO PEÇA DO ESTADO DO BEM-ESTAR

A montagem de um Sistema Público de Emprego remonta ao ambiente do pós-guerra, quando, no chamado mundo desenvolvido, ganhou força hegemônica a idéia de que a obtenção de uma situação de pleno emprego — cara ao ideário keynesiano — seria um dos principais nortes das políticas públicas.

...AS POLÍTICAS EMANADAS DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO ERAM APENAS UM ELO — AINDA QUE CENTRAL — DE UM CONJUNTO DE AÇÕES PÚBLICAS NO CAMPO SOCIAL QUE VIERAM A CONSTITUIR O CHAMADO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.

Essa idéia foi consubstanciada na Convenção 88 — da qual o Brasil é signatário — da Organização Internacional do Trabalho-OIT, uma das instituições multilaterais criadas naquele mesmo ambiente e imbuída daquele ideário. Dentro

do arranjo social ali gestado, prosperou a convicção de que os problemas do mundo do trabalho deveriam ser preferencialmente tratados em organismos de caráter tripartite, nos quais as organizações de trabalhadores e empresários atuariam, em conjunto com representantes dos governos, de forma a se alcançar políticas negociadas (mas não necessariamente consensuais). Propunha-se, portanto, uma distinção entre o caráter público e o estritamente governamental das políticas, cabendo à fórmula tripartite um papel democratizador caro aos agentes envolvidos e ao espírito da época.

A própria OIT era uma instituição desse tipo e propunha aos governos nacionais, através da resolução supracitada, a constituição de organismos similares para lidar com as políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho. Dentre essas, caberia centralidade aos mecanismos do seguro-desemprego, da intermediação de mão-de-obra, da formação, qualificação e requalificação profissionais, às pesquisas e informações sobre o mercado de trabalho, etc, preferencialmente integradas num Sistema Público de Emprego-SPE.

Esse concerto social ganhou força principalmente na Europa Ocidental, onde sua eficácia pôde ser aferida pela ocorrência, ao longo de vários anos, de taxas muito baixas de desemprego. É importante, contudo, ressaltar que as políticas emanadas do SPE eram apenas um elo — ainda que central — de um conjunto de ações públicas no campo social que vieram a

constituir o chamado Estado de Bem-Estar Social. Era a solidariedade entre as diversas ações — nos campos da política industrial, comercial, fiscal, salarial, etc. — que conferia tal eficácia ao sistema, que permitiu àquele momento da história ficar conhecido como os “Anos Dourados” (The golden age) — que hoje, sob a hegemonia neoliberal, parecem cada vez mais distantes.

OS ECOS NO BRASIL: CORPORATIVISMO E NEGLIGÊNCIA SOCIAL

Como se sabe, verificou-se no Brasil — como de resto em quase todos os países do chamado Terceiro Mundo — uma pálida sombra do Estado de Bem-Estar. No pós-guerra, as políticas públicas privilegiaram a industrialização acelerada, negligenciando por completo a área social. Marca registrada de nossa sociedade desde os tempos coloniais, a extrema desigualdade de condições de vida permaneceu intocada — senão agravada — ao longo de todo o período em que transitamos velozmente de uma economia com base agrária para a constituição de uma nação urbana e industrial.

No campo das políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho, sua implantação deu-se sob a égide corporativa getulista. As idéias de tripartismo, de autonomia de representação, de democracia, enfim, eram estranhas a esse corpo doutrinário, que, sob a capa do paternalismo e do populismo,

centralizou no Estado todas as iniciativas. Ademais, estava ausente mesmo um arremedo de algo que se pudesse chamar um sistema público de emprego, a começar pelo próprio seguro-desemprego.

**MARCA
REGISTRADA
DE NOSSA
SOCIEDADE
DESDE
OS TEMPOS
COLONIAIS,
A EXTREMA
DESIGUALDADE
DE
CONDIÇÕES
DE VIDA
PERMANECEU
INTOCADA —
SENÃO
AGRAVADA.**

Seu embrião surgiu tão tardiamente entre nós quanto em 1986, quando, na esteira do Plano Cruzado, implantou-se de forma muito precária o seguro-desemprego. Apenas em 1988, a nova Constituição passou a prever de forma mais abrangente a implantação de um sistema público de emprego nos moldes propugnados pela Convenção 88 da OIT, editada e assinada pelo Brasil com mais de trinta anos de anterioridade. Sua regulamentação e implantação definitivas deveriam ainda aguardar mais: somente em 1990, o Congresso aprovou a lei que instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador — o FAT.

**O FAT: SUA
CONSTITUIÇÃO,
FONTE E
DESTINAÇÃO DE
RECURSOS**

O FAT é um fundo contábil de natureza financeira, segundo a lei que o instituiu, destinado a custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial (14º salário para os trabalhadores de baixa renda) e o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, estes últimos através do BNDES.

Para gerir os programas e os recursos do FAT, foi constituído o Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), órgão composto de forma tripartite e paritária, com nove membros, sendo três de centrais sindicais de trabalhadores (CUT, Força Sindical e CGT-Confederação), três de confederações patronais (CNI, CNC e CNF) e três representantes do governo federal (Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência e BNDES). Trata-se, portanto, de um organismo moldado conforme as prescrições da Convenção 88 da OIT e que introduz no âmbito das políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho um aspecto novo (entre nós) e democratizante.

Sua fonte básica de recursos são as contribuições do PIS e do Pasep, recolhidas pelos empregadores através da alíquota de 0,65% sobre o faturamento bruto das empresas. Para que se tenha uma idéia dos valores envolvidos, o fluxo de recursos do PIS/Pasep alcançou em 1996 cerca de R\$ 7,2 bilhões.

Inicialmente, a totalidade desses recursos era canalizada para o FAT. No entanto, após a instituição em 1994 do chamado Fundo Social de Emergência — e seu sucedâneo, o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) —, cerca de 25% da arrecadação do PIS/Pasep passaram a ficar retidas no Tesouro Nacional, com destinação livre. Embora o pretexto inicial tenha sido o de proporcionar um arranjo fiscal temporário para permitir melhor administração das finanças públicas, enquanto não se implementava uma verdadeira reforma tributária, o fato é que esse fundo — cuja vigência está para ser novamente prorrogada, aguardando apenas sua aprovação pelo Senado — tornou-se permanente, liberando recursos para que o governo, segundo sua orientação atual, privilegie os gastos financeiros em detrimento dos sociais.

**O FAT É
UM ORGANISMO
MOLDADO
CONFORME
AS PRESCRIÇÕES
DA CONVENÇÃO
88 DA OIT E
QUE INTRODUZ
NO ÂMBITO
DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS
VOLTADAS PARA
O MUNDO
DO TRABALHO
UM ASPECTO
NOVO (ENTRE NÓS)
E
DEMOCRATIZANTE.**

Portanto, em 1996, a parcela efetivamente destinada ao FAT foi de apenas R\$ 5,4 bilhões. Mas, o repasse final foi ainda menor: R\$ 4,8 bilhões (ou 2/3 da arrecadação total do PIS/Pasep), tendo ocorrido uma retenção adicional pelo Tesouro (apoiada em medida provisória), novamente visando utilizar recursos da área social para facilitar a administração de caixa do governo federal — cujos gastos estão inflados, na verdade, pela conta de juros. Desses R\$ 4,8 bilhões, uma parcela de R\$ 1,6 bilhão foi carreada para o BNDES, a partir da determinação constitucional que impôs essa destinação para 40% dos recursos do FAT. Restaram, assim, para o financiamento das políticas do programa do seguro-desemprego apenas R\$ 3,2 bilhões — consumidos em sua

totalidade, em 1996, com o próprio pagamento desse benefício aos segurados.

Dessa forma, o FAT apresentou no ano passado um déficit de R\$ 940 milhões — que se soma ao déficit de R\$ 740 milhões alcançado em 1995. Ou seja, desde a instituição do Fundo Social de Emergência e do FEF, o governo federal vem impondo

déficits ao FAT, minando o alcance de suas políticas e privilegiando os gastos financeiros em detrimento da área social.

Esse déficit necessitou ser coberto com outros recursos do FAT, derivados dos rendimentos financeiros referentes ao patrimônio que vem

de desenvolvimento econômico promovidos por aquela instituição. Outros R\$ 3,2 bilhões estão em poder do Banco do Brasil, por conta da intermediação dos empréstimos ao Inamps e ao Ministério da Saúde, ambos impostos ao FAT por medida provisória. Há também R\$ 4,5 bilhões depositados junto ao Banco Central, que representam a reserva mínima de liquidez e recursos livres do FAT.

O restante do patrimônio, cerca de R\$ 3,3 bilhões, refere-se a recursos do FAT disponibilizados para as diversas agências financeiras federais (BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal e Finep) e destinados às linhas de financiamento do Programa de Geração de Emprego e Renda — o Proger.



se acumulando desde sua criação. Esse patrimônio alcançava, em abril deste ano, um montante da ordem de R\$ 29 bilhões. Desse total, mais da metade (R\$ 17,5 bilhões) representam recursos emprestados ao BNDES, de acordo com a determinação constitucional de que 40% do fluxo anual de ingressos do FAT sejam destinados a programas

PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - PROGER

Este programa, criado por iniciativa do Codefat em 1994, tem caráter pioneiro no país e destina-se ao financiamento de um público cujo acesso ao

sistema financeiro, privado ou oficial, é extremamente restrito, seja por conta das taxas de juros muito elevadas, seja por conta da completa ausência de interesse demonstrada pelas instituições financeiras em operações consideradas pouco lucrativas. Trata-se aqui de priorizar micro e pequenos empreendimentos, o setor informal, as cooperativas e formas associativas de produção, a agricultura familiar (através do Pronaf), os microcréditos, etc. A meta que apresentamos para o próximo período é a de pelo menos triplicar os recursos hoje direcionados para o Proger, buscando atingir um montante global de R\$ 10 bilhões para suas linhas de financiamento.

**DESDE A
INSTITUIÇÃO
DO FUNDO
SOCIAL DE
EMERGÊNCIA
E DO FEF,
O GOVERNO
FEDERAL
VEM IMPONDO
DÉFICITS AO
FAT, MINANDO
O ALCANCE
DE SUAS
POLÍTICAS E
PRIVILEGIANDO
OS GASTOS
FINANCEIROS EM
DETRIMENTO DA
ÁREA SOCIAL.**

Encontra-se também no âmbito do Proger um programa gerido pelo BNDES, com recursos casados do FAT,

recursos próprios do Banco e de instituições multilaterais. Trata-se do Pro-emprego, destinado basicamente ao financiamento de infraestrutura urbana, especialmente os metrô e o transporte de massa em geral.

No seu início, e até 1995, o Proger encontrou diversas dificuldades para deslançar. A agência financeira que conferiu maior

celeridade ao programa e, mais rapidamente, conseguiu implementá-lo e transformá-lo em prioridade da instituição foi o Banco do Nordeste, que casa os recursos do FAT com os do Fundo Constitucional do Nordeste, barateando assim os juros e aumentando a abrangência e o alcance de suas linhas de financiamento.

O mesmo não pode ser dito do Banco do Brasil, que atravessava séria crise quando o programa foi iniciado e demonstrou muita lentidão e uma quase inaptidão para sua operação. Muitas vezes as resistências vinham dos gerentes de cada agência e das próprias superintendências locais, preocupadas em reduzir a inadimplência dos créditos em poder do banco e, portanto, relutando muito em aceitar como cliente um público que tinha dificuldades em apresentar garantias reais para o empréstimo oferecido pelo Proger.



Hoje, o BB opera melhor com o programa, mas ainda há muito por ser feito para que se possa afirmar que a instituição está na direção correta. Na verdade, é necessário cada vez mais reforçar a pressão política sobre o BB em todos os níveis (local, nacional e nas próprias agências), de forma a tornar sua operacionalização ágil e compatível com os objetivos almejados pelo Codefat.

Um aspecto fundamental do Proger, e que hoje se estende na verdade a todos os programas operados com os recursos do FAT, é a descentralização pelas unidades subnacionais — estados e municípios. Essa diretriz, determinada pelo Codefat, consubstancia-se na criação, em todo o país, de comissões estaduais e municipais de emprego, compostas de forma tripartite e paritária, à semelhança do próprio Codefat.



AS COMISSÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Aproveitando o ensejo da implementação do Proger, o Codefat determinou que cada estado, a partir das respectivas Secretarias de Trabalho, deveria criar comissões tripartites e paritárias para gerenciar, fiscalizar e acompanhar todos os programas articulados com recursos do FAT. Compete a essas comissões, hoje implantadas em todos os estados e no Distrito Federal, determinar as prioridades da ação pública, avaliar projetos de interesse local, realizar as articulações necessárias entre trabalhadores, empresários e governos, etc.

As atribuições dessas comissões são amplas, embora em cada caso específico encontre-

se resultados muito diversos, dependendo da capacidade de articulação política alcançada entre os diversos atores envolvidos. Paulatinamente, o conflito vem sendo substituído pela negociação, que não elimina o desacordo, mas permite fazer com que as ações dali emanadas sejam mais eficientes e eficazes. Ao mesmo tempo, trata-se de um poderoso instrumento de democratização das políticas públicas, à medida que faz

sentarem-se à mesma mesa os diversos agentes da sociedade civil em busca cada qual de resultados que permitam trazer melhoras às condições do mundo e do mercado de trabalho em cada estado. Os diversos interlocutores passam a reconhecer-se mutuamente como parceiros, sem que isso implique a eliminação dos conflitos e dos dissensos — ao contrário, partindo deles para projetar políticas negociadas.

A partir dessas comissões estaduais de emprego, vêm sendo criados organismos correlatos em âmbito municipal, que aos poucos, vêm se disseminando por todo o país e que se constituem em peças fundamentais para a política de descentralização e democratização das políticas públicas de emprego propugnadas a partir do Codefat.

A criação das comissões municipais, contudo, ainda é muito desigual nos diversos estados da União. À parte o Distrito Federal, apenas na Bahia e na Região Sul, pode-se dizer que esse processo realmente deslanchou e encontra-se priorizado na agenda dos governos (estaduais e municipais) e das comissões estaduais. No restante do país, ainda há muito por ser feito, e compete principalmente às representações dos trabalhadores, por sua capilaridade e representatividade e por sua capacidade de mobilização social, contribuir politicamente para que as comissões municipais tornem-se realidade e uma força atuante no conjunto do território nacional.

Com esse objetivo, e também o de buscar nivelar e socializar as informações mais relevantes sobre os programas do FAT, o Codefat, por iniciativa da bancada dos trabalhadores, realizou nos últimos meses onze seminários estaduais e regionais, envolvendo todas as comissões estaduais e, em vários casos, representantes de comissões municipais. Para além da troca de experiências entre os diversos atores envolvidos nessa rede, que hoje tem capilaridade em todo o país, firmou-se clara a mensagem de que, no espírito da diretriz descentralizante, compete às diversas representações das comissões estaduais e municipais trabalhar politicamente no sentido de garantir que as amplas atribuições que lhes foram conferidas pelo Codefat viabilizem-se na prática, resolvendo-se, através de negociações em âmbito local, a maior parte dos desafios hoje postos para o deslanche das políticas públicas de emprego.

O PROGRAMA DE FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O intenso processo de reestruturação produtiva por que passam as economias industriais tem provocado em todos os lugares crescimento do desemprego estrutural: postos de trabalho, outrora protegidos por diversas regras formais, vêm sendo substituídos aceleradamente pelo inchaço do chamado setor informal — o que, quase sempre, representa uma degradação das condições de trabalho e a piora das condições de vida do trabalhador. As fórmulas são conhecidas: *downsizing*, *terceirização*, etc.

Nesse processo, ganharam grande visibilidade as políticas de requalificação profissional, especialmente importantes e alardeadas nos Estados Unidos, que visam melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho em rápida transformação, seja melhorando a qualificação dos trabalhadores, seja preparando-os para novos tipos de ocupação.

Essa preocupação é recente no Brasil e o Codefat, especialmente através da bancada dos trabalhadores, tem procurado impulsionar essas políticas. Trata-se, evidentemente, de políticas cujo alcance e eficácia são limitados pelas condições adversas do conjunto da economia, pois sem crescimento sustentado o máximo que se poderá conseguir será formar um conjunto de desempregados

mais bem qualificados. São, contudo, iniciativas relevantes, ainda mais pelo fato de colocarem em destaque o desleixo com que a formação profissional vem sendo tratada no país, sob a égide do “Sistema S”. Portanto, quanto maior for a capacidade do Codefat, sob um ambiente tripartite, de alavancar essas políticas, maior será a possibilidade de se constituir alternativa ao sistema oficial, gerido exclusivamente pelas entidades patronais e de cujo arcaísmo não sobram dúvidas.

**NA VERDADE,
É NECESSÁRIO
CADA VEZ
MAIS REFORÇAR
A PRESSÃO
POLÍTICA SOBRE
O BANCO DO
BRASIL EM TODOS
OS NÍVEIS
(LOCAL, NACIONAL
E NAS
PRÓPRIAS
AGÊNCIAS),
DE FORMA
A TORNAR
SUA
OPERACIONALIZAÇÃO
ÁGIL E
COMPATÍVEL COM
OS OBJETIVOS
ALMEJADOS PELO
CODEFAT.**

Desde 96, o impulso às políticas de formação profissional tem ganhado força no âmbito do Codefat, quando foram aplicados pouco menos

de R\$ 300 milhões em projetos os mais diversos, inclusive patrocinados por sindicatos de trabalhadores, que devem cada vez mais disputar esse espaço, pois o público natural desses programas deve demonstrar a capacidade de, ele próprio, prover sua aplicação.

Para 97, o orçamento do FAT destinado a esses programas foi ligeiramente aumentado, mas ainda há muito por ser feito. Nossa meta é alcançar no próximo período pelo menos o público alvo mais imediato e óbvio: os beneficiários do seguro-desemprego. Em termos quantitativos, trata-se de treinar, qualificar e requalificar 4 milhões de trabalhadores/ano, para o que seriam necessários recursos da ordem de R\$ 1 bilhão no próximo orçamento. Para que isso seja possível, é fundamental que todos os sindicatos e associações de movimentos populares, ONGs, etc. habilitem-se e apresentem programas que, segundo critérios próprios, estimulem a demanda sobre os executivos municipais, estaduais e federal, especialmente através das comissões estaduais e municipais de emprego.

A INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Este talvez seja o elo, hoje, por todos considerado o mais fraco de todo o ainda embrionário Sistema Público de Emprego. O Sistema Nacional de Emprego-Sine, em suas diversas agências estaduais conveniadas às respectivas secretarias de trabalho, encontra-se praticamente desmantelado e incapaz a atender as demandas

dos trabalhadores. E a demanda básica do desempregado não é a de receber o seguro-desemprego, benefício temporário e exíguo, mas sim a de conseguir nova ocupação condizente com a que ocupava anteriormente.

Para isso, deveria funcionar adequadamente o sistema de intermediação, que teria os postos dos Sine's como cadastro de vagas e de trabalhadores em busca de nova ocupação. Mas, como se sabe, o sistema Sine consegue hoje reinserir no mercado de trabalho parcela ínfima dos demitidos e sua baixa credibilidade faz com que as empresas praticamente o desconheçam quando precisam fazer operações de recrutamento.

A tarefa de reconstruir esse sistema é prioritária, caso se tenha como horizonte a implementação de um sistema público de emprego digno desse nome. A crise financeira na qual os estados estão imersos é parcialmente responsável por esse estado de coisas, mas há combinado muita ineficiência e irresponsabilidade administrativa, como fica demonstrado pelo fato de a maioria dos estados ter tido enormes dificuldades para celebrar convênios com o Codefat para as diversas atividades de responsabilidade dos SINE'S; dificuldade maior ainda para despende os recursos e cumprir

as metas dos convênios. Faz-se necessário aqui uma profunda rediscussão do sistema, para a qual, novamente, é fundamental a participação da sociedade civil organizada, especialmente dos sindicatos, diretamente e através das comissões estaduais e municipais do trabalho.



AS INFORMAÇÕES E PESQUISAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

Outra peça-chave do Sistema Público de Emprego é a pesquisa e disponibilização de informações sobre o mercado de trabalho, tanto maior quanto mais se fazem presentes e velozes as transformações. Sem informações básicas, seja do

mercado de trabalho (quem são os desempregados, qual o seu perfil, quantos são, que ocupações vêm demonstrando maior capacidade de crescimento, quais estão minguando, etc.), seja das economias regionais e locais (apontando as vocações e oportunidades econômicas em cada ambiente), será virtualmente impossível trabalhar adequadamente o sistema por nós almejado.

Destaque-se, nesse particular, o papel fundamental desempenhado pelas PEDs — Pesquisa de Emprego e Desemprego — elaboradas em oito regiões metropolitanas através de convênios entre o Dieese e organismos estaduais de pesquisa (a Fundação Seade, pioneira, em São Paulo, a Fundação João Pinheiro em Belo Horizonte, etc.). Com metodologia inovadora e moderna, capaz de captar *nuances* e particularidades que escapam às pesquisas oficiais do IBGE (as PMEs), as PEDs vêm sendo fundamentais, mesmo que ainda pouco exploradas, para viabilizar a ação, seja do Codefat, seja das comissões estaduais e municipais de emprego. O apoio do Codefat, político e financeiro, vem sendo fundamental para essa bem sucedida experiência proveniente do meio sindical, mas com os olhos voltados para toda a sociedade.



EM BUSCA DE UM SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO INTEGRADO: OS DESAFIOS E A AGENDA DO PRÓXIMO PERÍODO

Seguro-desemprego, Proger, requalificação profissional, intermediação, pesquisa e informação: tais são as peças do sistema que buscamos construir. Encontram-se ainda frágeis, mas em franco fortalecimento. Esses programas, contudo, ainda estão longe de se constituir em um sistema, dada a desintegração em que operam. Fundamental, portanto, para o próximo período, ao longo do qual a bancada dos trabalhadores, assumindo a presidência do

Codefat desempenhará papel central, é desenhar a integração dessas partes. É preciso fortalecê-las, cada uma delas (buscando, por exemplo, atingir a meta de R\$ 10 bilhões para as linhas de financiamento do Proger e a meta de 4 milhões de treinandos com gastos de R\$ 1 bilhão nos programas de requalificação), mas principalmente buscando alavancar sua sinergia. E, para tal, o instrumento básico são as comissões estaduais e municipais e a ação direta da sociedade civil organizada: somente dessa forma, descentralizada e democrática, alcançaremos um modelo capaz de assemelhar-se ao construído nos países desenvolvidos há tanto tempo.

É óbvio que, ainda que ambiciosas, tais metas revelam-se limitadas se contrastadas com o ambiente francamente adverso em que hoje se vê imerso o mundo do trabalho. Cabe res-

saltar, portanto, mais uma vez, que tais políticas de emprego devem estar em consonância com as demais políticas públicas, em todos os âmbitos: política industrial, política de comércio exterior, política agrícola e agrária, política fiscal, políticas de redistribuição de renda, etc. Essa convergência decisiva em prol da propulsão do crescimento econômico e da democratização das políticas públicas encontra-se hoje longe da agenda do governo, mais preocupado em responder ao canto da sereia da globalização e das políticas neoliberais. Mas, ainda assim, o esforço despendido para a gestão do Sistema Público de Emprego terá se revelado proveitoso à medida que proporciona canais fundamentais através dos quais a demanda por democracia e crescimento poderá fluir e contribuir para colocar em xeque o modelo atualmente em vigor.

ENTREVISTA WALTER BARELLI*

* Ex- Ministro do Trabalho. Atual Secretário do Trabalho do Estado de São Paulo.



Proposta – Na sua gestão como Ministro do Trabalho, foram lançadas as bases para a construção de políticas nacionais de geração de trabalho e renda. O Sr. poderia fazer um balanço preliminar das continuidades e descontinuidades dessas políticas no plano nacional?

Barelli - Cada ministro dá seu cunho peculiar ao trabalho, isso é natural e é democrático. No caso específico das políticas de geração de trabalho e renda, o projeto está existindo e inclusive está sendo até melhorado com a inclusão da CEF nos empréstimos para o recém formado. Uma coisa que eu não consegui deixar pronto, e agora com a morte do Betinho me vem à lembrança, era a idéia de você retirar os encargos das empresas que admitissem novos trabalhadores, quer dizer, cada novo trabalhador, durante um ano, não se pagaria o encargo sobre o salário dele. Na época, eu me lembro que a consultoria jurídica dizia que era inconstitucional, porque discriminava forma de pagamento, e não pagamento e eu estava tentando resolver isso, que seria uma maneira de aliviar os encargos.

Seria uma política inteligente de aumentar o número de empregos. Agora, nessa parte talvez se devesse fazer muito mais. Por exemplo, nós temos o programa de autoemprego, que é um programa que nós estamos fazendo no Estado de SP para formar, nas comunidades mais carentes, organizadores de produção de empresas populares cooperativas. Esse programa é um programa que eu gostaria de expandir nos 27 Estados do país. Pelo menos em SP, já está bem adiantado, já está numa terceira experiência deste programa.

Proposta – São Paulo tem sofrido de maneira mais direta os efeitos do ajuste estrutural e da reestruturação empresarial e produtiva. Qual o quadro oficial de referência tomado pela Secretaria para orientar as suas políticas?

Barelli – São Paulo foi muito beneficiado pela política de substituição de importações. Nesse período, o estado que tinha uma indústria, atraía outras indústrias e foi a partir disso que se deu a concentração industrial no estado de São Paulo.

Com a política de abertura as suas taxas de aglomeração não são tão importantes e São Paulo

tende a ter um desemprego maior e muitas vezes não é o estado que vai receber todos os investimentos, como foi no passado. Para atender a isso, a Secretaria está trabalhando com as chamadas câmaras paulistas de desenvolvimento, que são câmaras setoriais ou regionais. Nós temos oito câmaras funcionando. Três na área principalmente da agricultura ou agroindústria, que é cana-de-açúcar, citricultura e florestal. Duas em setores muito afetados por esse processo de globalização e abertura, que são os calçados e tecidos. E duas que eu considero estruturais, que são a dos portos e das comunicações. Através das comunicações, nós podemos gerar os empregos que as outras indústrias estão perdendo. Tanto em SP como de resto o Brasil inteiro não tem ainda um sistema de comunicação adequado a estes tempos. Então, é importante que nós saíamos na frente, pois isso significa manter principalmente muitas atividades na área de serviços. A questão do porto também é relevante porque o porto de Santos ainda é o mais importante porto brasileiro e a transformação das condições de trabalho, e principalmente das condições de competitividade, vai servir para um grande programa de empregabilidade no estado de São Paulo, fundamentalmente na chamada baixada santista.

Proposta – Na sua prática frente a Secretaria, como vem se combinando a dupla face do sistema público de emprego: o sentido clássico voltado ao trabalho formal e o sentido complementar dado ao trabalho informal e micropopular?

Barelli - Nós não fazemos essa diferença. Praticamente, eu acho que até o setor formal é pouco atendido, isto é, ele é bem atendido nas câmaras paulistas de desenvolvimento como eu disse anteriormente. Agora, o PROJER atende o formal e o informal. O PAE atende principalmente uma organização que muitas vezes no início é informal, organização popular, nas periferias, nas cidades dormitórios, no Vale do Ribeira, e agora no Pontal do Paranapanema, e tudo isso é feito de forma tripartite. Todos nossos programas têm participação das entidades sindicais, das entidades empresariais, além do governo. Então, é um sistema público que está sendo implantado.

Proposta – Quais são as suas impressões sobre o debate em torno da economia social, solidária e popular?

Barelli - Certamente cada uma dessas expressões, economia social, economia solidária e economia popular, tem suas conotações e eu não me arriscaria aqui a partir para a definição de cada uma delas. O que nós estamos trabalhando é no sentido de haver um pouco mais de justiça nesse país e na atividade econômica. Para isso, nos dedicamos à área social, buscamos que haja muita solidariedade, que é a verdadeira virtude social. O grande problema do desemprego ocorre principalmente entre as pessoas de menor escolaridade, que têm menor escolaridade exatamente porque são mais pobres. Então, todos os investimentos que são feitos na área popular respondem a isso.

Proposta – No plano da atividade direta, que peso possuem nas estratégias de concessão de crédito para os micro-empresendimentos e cooperativas as metodologias de capacitação e educação?

Barelli - O grande problema não é o microempresendimento ou as cooperativas. O grande problema é que, na concessão de créditos hoje, é difícil ao pequeno e ao popular dar o aval, dar as garantias que os bancos exigem. Então, nós estamos trabalhando agora com o BNDES e o governo do e estado, buscando a criação de um fundo de aval para viabilizar esses empreendimentos. Nós vemos que os microempresários têm muito mais facilidades que as cooperativas, que o pessoal que tem baixa escolaridade. Nós temos convênios com organizações que trabalham principalmente no campo popular para que estas entidades ONG's dêem assessoria a essas pessoas que têm dificuldade de fazer um projeto.

As metodologias de capacitação e educação estão se aperfeiçoando, e no estado de São Paulo, nós fazemos isso também de maneira tripartite. Nós temos três grandes projetos: um de um observatório de situações de emprego e trabalho e formação profissional, que é para pesquisar para onde está indo esse mercado de trabalho, que tipo de profissional deve ser formado, que metodologia está disponível; um outro que é uma reflexão sobre

metodologias de habilidades específicas e de gestão. O terceiro projeto é de um centro experimental público de formação profissional, cujo primeiro modelo está sendo feito numa escola da Vila Formosa, com participação tripartite, com participação da comunidade, em que essas metodologias, essas formas novas de aprender e de ensinar estão sendo testadas. Mas não como se fosse um laboratório e sim a partir da experiência todos aqueles que trabalham na área de formação: as Centrais, os famosos cinco "S" SENAI, SENAC etc, as escolas técnicas, as escolas de educação básica do governo do estado e do município e ONGs locais.

Proposta – Como o ex-Ministro se coloca em relação aos temas da mudança nas bases dos contratos de trabalho a partir do enfoque da flexibilidade, tendo em vista o empenho do governo FHC de modificar a CLT?

Barelli - Bem, é difícil dar uma resposta ampla. O governo federal fez muito pouco nesta área da flexibilidade. Tem o discurso da flexibilidade, mas hoje todo mundo sabe que o mercado de trabalho no Brasil é um dos mais flexíveis. Qualquer trabalhador é demitível, bastando olhar feio para o seu empregador. Não há garantia de emprego. Então, eu acho que é um engano ficar falando em flexibilidade, mas efetivamente você tem que mudar. O que você tem? Uma estrutura legal trabalhista que foi feita para um tempo até anterior à segunda revolução industrial, que está consolidada na CLT. Tudo isso não existe mais, então há necessidade de construir um novo sistema. Quando Ministro, deixei tudo publicado em livro com tudo que precisava ser mudado. E isto construído através de um fórum, onde participavam todas as forças interessadas, desde o governo aos sindicatos empresariais e de trabalhadores. Saber o que já precisa ser montado nós sabemos desde 94, quando esse fórum organizado pelo Ministério do Trabalho, na minha gestão, apontou isso. Agora é preciso ter vontade política, que não é só do governo. Hoje, se fala muito pouco em mudança das relações trabalhistas com um modelo novo, um sistema democrático de relações de trabalho. Infelizmente quando se trata desse assunto, só se trata para retirar, quando o necessário é criar um outro sistema.

Proposta – Qual o papel das secretarias de estado na formulação e construção de estratégias de emprego e renda na sua relação com as demais políticas públicas?

Barelli - As secretarias, tanto aqui no estado de SP, como no Paraná, são secretarias do emprego. Elas já trazem no nome um novo enfoque no que se refere a políticas públicas. Mas hoje, todas as secretarias do campo, as tradicionais do trabalho, de relações do trabalho, de ação social e trabalho, cada estado tem suas nomenclaturas específicas, todas elas já incorporaram uma pauta nova. Todos os secretários, pelo menos nos nossos encontros, mostram programas que estão fazendo, principalmente na área de qualificação de mão-de-obra, na área do PROJER, além de iniciativas locais que são diferentes de estado para estado. Aqui em São Paulo, nós temos o programa de auto emprego. Em outros estados, têm outros tipos de programas. Mas eu acho o novo em política social hoje, e não defendo isto para o estado de São Paulo, estou defendendo isto para os vinte e sete Estados da Federação, é o que está se fazendo nos governos estaduais através das suas secretarias da área do trabalho.

Proposta – Como estão construídas as políticas e programas da Secretaria de Estado do Trabalho de São Paulo na sua articulação com prefeituras, comissões paritárias e tripartites de emprego (FAT), sindicatos de trabalhadores e representações empresariais?

Barelli - Nós só trabalhamos dessa maneira. Temos as comissões municipais, temos uma cobertura hoje de quinze milhões de trabalhadores no estado, que já são representados por comissões municipais de emprego. Isso representa quase 50% da população final. Nós não temos ainda a comissão da capital e temos onze milhões de trabalhadores na capital. Nós já pulamos aí para vinte e seis milhões num estado que tem trinta e dois milhões de habitantes. Vinte e cinco por cento dos municípios já têm comissões municipais de emprego, onde se articulam empresários, sindicatos dos trabalhadores e prefeituras, além do governo do estado. Hoje, estas comissões estão partindo para construir, a partir do município, um diagnóstico do tipo de profissional que está

faltando para que os programas de educação profissional se concentrem nesta área, e também definir um perfil de empresa que o município quer receber, quer desenvolver, graças a sua vocação particular para o caso dos programas de geração de emprego e renda.

Estamos partindo agora para um grande programa de reuniões regionais com as comissões tripartite. Essas comissões têm que começar a olhar o emprego no futuro, senão ficarão pensando só olhando para o próprio umbigo. Face às carências, qualquer emprego é bom, mesmo o emprego de baixa qualidade, mas é uma forma de sobrevivência, e nós não queremos isso. Todos têm que ter uma oportunidade de trabalhar, mas se as comissões começarem a olhar para a frente, para o futuro, nós certamente teremos nos diversos municípios, desde os mais pobres no Vale do Ribeira, no Pontal do Paranapanema, aos mais ricos na região de Campinas e Ribeirão Preto, nós teremos atividades que vão ter como objetivo o mercado dos quatro países do Mercosul. Ou seja, começar a pensar maior, a pensar em termos de uma atividade mais firme, alguns municípios já estão fazendo isso. Eu sempre cito o caso do pessoal de Melinguê, que é uma cidade calçadista de São Paulo que fez uma feira em Buenos Aires. Vendeu todos os calçados que tinha e além disso trouxe de lá duas ou três *joint-venturies* com empresas argentinas. E Melinguê é uma cidade onde a “ação da cidadania” tem vários comitês e muitos deles organizados em cooperativas ou empresas populares da produção de calçados. Portanto, é uma cidade que precisa ser melhor conhecida no mapa das cidades que encontram soluções.

Proposta – Qual o futuro do trabalho no Brasil diante de um cenário de ajustamento estrutural prolongado, com baixas taxas de crescimento e precarização/informalização das formas contratuais e dos modos de ocupação?

Barelli - A pergunta é boa para diagnóstico. Efetivamente nós não confiamos no emprego do passado como característica do futuro. Nós estamos trazendo para o estado de São Paulo duas empresas japonesas: a Honda e a Toyota. As duas juntas vão produzir oitocentos empregos diretos. Só a secretaria de emprego nesta gestão já criou cerca de setenta mil empregos diretos, o que dá

em termos de emprego total cerca de trezentos mil empregos. Fizemos mais do que vão fazer as duas automobilísticas japonesas que estavam faltando no quadro automobilístico de São Paulo.

Então hoje, o emprego é de outra ordem. Por isso que é preciso apoiar todas as iniciativas estatais e devem ser elogiadas porque, recolhidas todas essas experiências populares e suas experiências recolhidas. Durante um período, me lembro isso entre 93 e 94, é uma coisa importante que a FASE fez, para mostrar que hoje a saída não está na grande empresa. Não que ela deva ser evitada, ela deve vir também. Que venham todas as que quiserem vir. Agora, nós temos uma população que precisa de emprego, então precisamos olhar o emprego de uma outra maneira. E aí, uma coisa que principalmente o pessoal da minha geração

deixou de lado que era não acreditar no emprego, no autoemprego, na organização de novas empresas. Preferiu trabalhar como assalariado e hoje o emprego assalariado está em queda. Uma coisa que precisa ser mudada é isso, nós precisamos de uma geração de pessoas que organizem novas atividades. A “ação da cidadania” é uma forma da cidadania organizar a população em torno dos seus interesses, criando novas empresas, e a idéia é essas empresas comecem a se “articular”, porque aí você passa a ter, como por exemplo num país como Honduras, que a segunda maior empresa exportadora é uma cooperativa das organizações populares dos agricultores de Honduras. Por que no Brasil só grande pode exportar? À medida que organizarmos isso, teremos emprego e teremos renda para essa população.

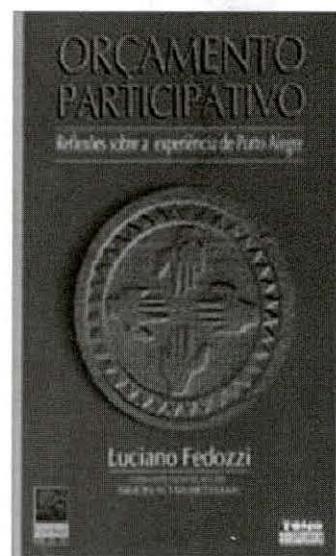
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre

Luciano Fedozzi

FASE/Tomo Editorial. 1997.

Este livro traz pela primeira vez sob o olhar sociológico, uma análise de modo abrangente e rigoroso de uma das mais emergentes experiências do processo de democratização da sociedade brasileira - o Orçamento Participativo de Porto Alegre.



DIREITO MORADIA

Instrumentos e Experiência de Regularização Fundiária nas Cidades Brasileiras.

Betânia de Moraes Alfonsin

FASE/GTZ/IPPUR-UFRJ/Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal. 1997.

Este livro sistematiza as experiências desenvolvidas em seis cidades brasileiras mapeando as suas especificidades, indicando os avanços e as limitações de cada administração.

HEIGUIBERTO GUIBA DELLA BELLA NAVARRO

Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM-CUT) e vice-presidente para a América e Caribe da Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas.



Proposta – A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT¹ acaba de lançar uma estratégia de construção de um contrato coletivo da categoria como resposta às atuais estratégias de reestruturação e realocação desse setor da indústria. Quais são as novidades características dessa proposta e como ela pode operar num contexto de precarização das relações de trabalho?

Guiba – A reivindicação do contrato coletivo de trabalho não é nova. Há pelo menos 10 anos, lançamos esta proposta. Até agora, as entidades empresariais não se sensibilizaram para discutir o assunto, mas consideramos que o momento é mais que propício. Em primeiro lugar, porque se o nosso país quer, de fato, estar inserido no cenário econômico mundial, ele não pode continuar convivendo com as disparidades de direitos trabalhistas tão grandes como as existentes entre os diversos estados. Além disso, com a globalização da economia e o lançamento de produtos mundiais – como os carros, por exemplo – não é justo que os trabalhadores brasileiros tenham relações de trabalho tão inferiores em relação às de países de primeiro mundo. Afinal, eles deverão ter necessariamente a mesma qualificação que os operários europeus ou americanos. É dentro deste contexto, que a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT voltou a reivindicar o contrato coletivo de trabalho para os 900 mil trabalhadores que representa no país. A pauta do contrato foi entregue à Confederação Nacional da Indústria em abril e estamos pressionando o seu presidente, senador Fernando Bezerra, a negociá-la com a CNM-CUT. É bom lembrar que o contrato coletivo já existe em praticamente todos os países da Europa e estabelece direitos mínimos nacionais para os assalariados de um mesmo ramo de produção. Portanto, está na hora do empresariado brasileiro investir na modernização da relação capital-trabalho para acabar com a desigualdade de direitos em nosso país. É inadmissível, por exemplo, continuar havendo diferenças salariais tão grandes: enquanto, no ABC, o salário médio do metalúrgico é de R\$ 1.300,00, no restante do Brasil, ele chega a R\$ 350,00. Por isso, estamos querendo, com o contrato coletivo, igualar direitos sociais e estabelecer um piso salarial nacional de R\$ 500,00, entre outras reivindicações.

Proposta – Quais são os rumos do sindicalismo cutista diante dos cenários ligados ao processo de abertura e internacionalização de caráter neoliberal?

Guiba – Sem dúvida nenhuma, a CUT e seus sindicatos devem agir com firmeza para impedir que a abertura de mercado e o processo de globalização da economia continuem trazendo efeitos tão nocivos para os trabalhadores brasileiros. Até agora, esta onda neoliberal só provocou desemprego e agravou a crise social no Brasil e em diversos outros países. É por isso mesmo que, além de unificar a ação das diversas categorias profissionais em nosso país, a CUT deverá, estreitar necessariamente os laços com as entidades sindicais internacionais, traçando uma estratégia de luta comum entre os trabalhadores dos diversos países.

Proposta – Qual o lugar e o peso das chamadas câmaras setoriais, uma vez que o governo abriu mão de formas amplas de negociação e estratégia para os complexos industriais setoriais?

Guiba – A experiência da Câmara Setorial do Setor Automotivo, que foi implantada em 1992 por pressão dos sindicatos cutistas, abriu um importante espaço para o debate da política industrial no Brasil. Na época, conseguimos estancar a onda de demissões no setor e recuperar os salários dos trabalhadores. Do ponto de vista do Estado, a experiência também foi extremamente positiva, pois, com o aumento da produção, houve um sensível crescimento na arrecadação de impostos. No entanto, o governo FHC – ao abrir espaço para a ofensiva neoliberal – praticamente desativou as Câmaras Setoriais que estavam sendo estruturadas em vários setores, e deixou ao deus-dará a política industrial brasileira. Para a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, a reativação destes fóruns é fundamental para que os trabalhadores possam, efetivamente, voltar a interferir na política de produção. Inclusive, no 3º Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em agosto de 1995, o tema foi

1- A CNM-CUT entidade que representa 900 mil metalúrgicos da base de 91 sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores.

amplamente debatido e decidimos reivindicar a reestruturação das Câmaras Setoriais do nosso ramo de produção, com a efetiva participação de representantes dos trabalhadores, para discutirmos, entre outras coisas: a elevação do nível de emprego, a implantação do contrato coletivo de trabalho, o reconhecimento do direito de organização dos metalúrgicos em seu local de trabalho, a mudança do mix de produção para priorizar os bens de consumo popular e a discussão de todas as novas tecnologias introduzidas nas empresas.

Proposta – Quais são as posições e propostas da CUT em relação ao contrato temporário de trabalho e a reformulação da CLT?

Guiba – A CUT é totalmente contrária a qualquer tentativa de flexibilização de direitos dos trabalhadores. Se compararmos as relações de trabalho no Brasil com a de outros países, já notamos enormes disparidades. Assim, não podemos admitir que o assalariado perca ainda mais. O contrato temporário significa o mesmo que acabar com toda e qualquer garantia existente nos acordos coletivos das categorias profissionais. A reformulação da CLT trilharia o mesmo caminho. Por isso, desde que a idéia do contrato temporário foi lançada, a CUT e suas entidades filiadas se posicionaram de forma contrária.

Proposta – Em recente seminário da CNM, no contexto do Projeto Integrar – que contou com cerca de mil pessoas –, desenvolveu-se uma abordagem na direção de temas e propostas inovadoras como a da Economia Solidária e as questões de cooperativismo. Quais foram os resultados desse processo e quais as principais experiências em curso?

Guiba – A Confederação tem realizado uma série de visitas para conhecer de perto a experiência de empresas de autogestão, entre outras fontes alternativas de trabalho. As propostas surgidas no Seminário estão sendo estudadas por uma equipe de especialistas coordenada pela CNM para avaliar a viabilidade econômica, as formas e os custos de implantação, a partir da análise do mercado. Além disso, estamos também realizando seminários regionais

com os alunos dos 13 núcleos do Programa Integrar para aprofundar esta discussão de alternativas para a geração de emprego e renda. Está sendo uma experiência muito rica tanto para a entidade como para os 720 alunos no Estado de São Paulo, que são trabalhadores desempregados. O *Integrar* está sendo muito importante para estes trabalhadores, na medida em que, além de estarem se qualificando para a nova realidade do mundo do trabalho, eles também estarão, ao final do curso, recebendo o certificado de conclusão do 1º grau.

Proposta – Podemos afirmar que a CNM está inaugurando uma estratégia bifronte: de disputa da reestruturação produtiva, através do contrato coletivo, e de uma política de geração de trabalho e renda através de uma mobilização por formas associativas e cooperativas de produção e serviços?

Guiba – Acredito que o movimento sindical tem que estar preparado para enfrentar a nova realidade imposta pelo modelo neoliberal e pela globalização da economia. Hoje, as entidades não podem continuar exercendo o papel de apenas estar à frente dos trabalhadores da ativa e somente mobilizá-los nas campanhas salariais. As transformações decorrentes da reestruturação produtiva estão alterando drasticamente o cotidiano das empresas, e têm como reflexo imediato o desemprego e a tentativa de precarização das relações de trabalho. Por isso, o movimento sindical deve propor um novo modelo de ação para que os trabalhadores possam interferir na formulação das políticas industriais. Para a CNM, o contrato coletivo, assim como as Câmaras Setoriais, estão inseridos neste novo modelo. Por outro lado, as entidades sindicais não podem fechar os olhos para esta grande parcela de trabalhadores desempregados. Elas, de alguma forma, têm que continuar a representá-los e formular propostas para que eles voltem a se inserir no mercado de trabalho. Assim, estamos aproveitando a experiência do *Programa Integrar* para a busca de alternativas concretas para a geração de emprego e renda. Com isso, estamos também pressionando o governo para que ele formule uma política clara a respeito.

Proposta – Você considera a atual crise de liderança da CUT uma crise de crescimento ou a expressão de disputas mais profundas em relação aos modelos de conflito e negociação para enfrentar a vaga neoliberal?

Guiba – Não considero que haja crise de liderança no interior da CUT. O que os meios de comunicação veicularam no período que antecedeu o 6º Congresso da Central refletiu, mais uma vez, a pluralidade de idéias e concepções existente no interior da entidade. E este sempre foi o espírito que norteou as nossas ações. Ou seja, no interior da CUT há democracia de verdade, onde cada sindicalista, cada trabalhador tem espaço real para expor as suas posições. Apesar das divergências, todas as entidades filiadas à nossa Central sabem que a luta dos trabalhadores tem um objetivo único: impedir os ataques do neoliberalismo e o avanço do caos social em nosso país. Não é à toa que, em apenas 14 anos de existência, a CUT tenha se transformado na maior central sindical da América Latina e na quinta do mundo. Só nos últimos três anos, por exemplo, o número de trabalhadores representados pela CUT saltou de 14,5 para 20 milhões, apesar do desemprego.

Proposta – Para a FASE, o movimento sindical, e a CUT em particular, poderia pensar o seu poder de ingerência nas políticas e estruturas ligadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador de forma integrada e ampla para:

a) pressionar as agências de desenvolvimento, como o BNDES, por uma estratégia e

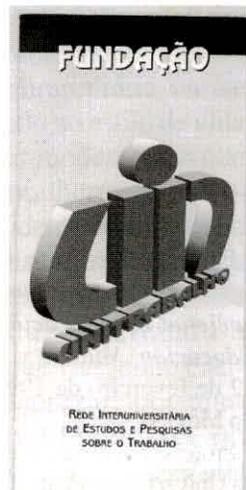
uma política industrial que ampliasse e defendesse o emprego; b) para a consolidação de um sistema público de emprego, que combata a vulnerabilidade crescente dos trabalhadores empregados; c) para gerar uma plataforma de economia popular e solidária, capaz de gerar contratendências nos contextos de trabalho precário e autônomo. Gostaríamos de saber a sua opinião a respeito disso.

Guiba – A CNM tem defendido o comprometimento das estruturas do Estado, tais como o BNDES, para a viabilização de linhas de financiamento que permitam a geração de emprego e renda. A Confederação e as demais estruturas da CUT têm ainda pressionado o governo para que ele elabore políticas industriais capazes de ampliar o nível de emprego em nosso País. Queremos que o governo FHC deixe claro que o país não abrirá o mercado de forma indiscriminada, em detrimento do nível de emprego. Uma das formas de se debater este assunto e traçar estas diretrizes é a retomada das Câmaras Setoriais por ramo de produção. Ao mesmo tempo, a Confederação, com este salto de qualificação que está implementando com o *Programa Integrar*, também aponta alternativas concretas de geração de emprego e renda para responder às necessidades imediatas dos excluídos do mercado formal de trabalho. Com este programa, temos mostrado que os recursos do FAT, por exemplo, podem e devem ser usados de forma séria e comprometida com a realidade do mercado de trabalho no Brasil.



INFORME-SE E PARTICIPE

R. Cardoso de Almeida, 1005 casa 07
Perdizes. Cep: 05013-001. So Paulo/SP.
Tel: (011) 873-6965/263-2156. Fax (011)
65-9096. E-MAIL: unitrab@vol.com.br



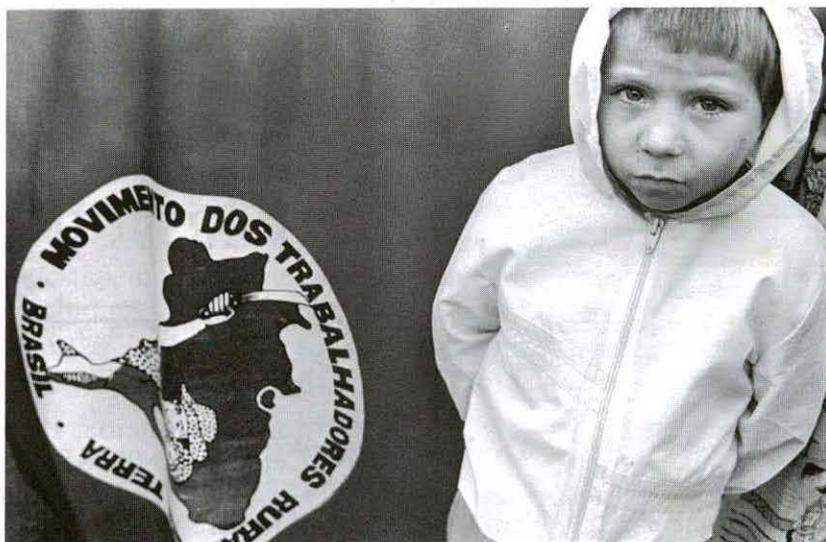


A EDUCAÇÃO NUMA PLATAFORMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA*

Regina Leite Garcia**

* Este texto é parte do trabalho apresentado na *Cumbre Internacional de Educación no painel Educación, Valores y Cultura* em 12 de fevereiro de 1997 na cidade do México.

** Professora Titular em Alfabetização na Universidade Federal Fluminense.



A TELEVISÃO,
A MÚSICA,
A DANÇA,
O CINEMA, A
PINTURA, A
MODA, A
INDÚSTRIA
EDITORIAL, A
PROPAGANDA SE
TORNAM MAIS E
MAIS
REPRODUTORAS
DO QUE É GERADO
NOS PAÍSES
CENTRAIS, A
CHAMADA
METRÓPOLE
DOS TEMPOS
COLONIAIS, SEJA
NO CONTEÚDO,
SEJA NA FORMA.

Muito se tem denunciado os efeitos da globalização econômica e política, mas é importante destacar que a hegemonia e a dominação acontecem também no campo cultural. Os interesses transnacionais se manifestam tanto em seus aspectos econômicos quanto em seus aspectos culturais. A informação que circula no mundo hoje é cada vez mais hegemonizada pelos interesses de grupos transnacionais que atuam no sentido de formar/deformar consciências submissas aos valores neoliberais que necessitam o consenso em torno do individualismo, da competição, do consumismo, indispensáveis ao sucesso de um projeto que se apresenta como “única alternativa” no mundo contemporâneo.

A televisão, a música, a dança, o cinema, a pintura, a moda, a indústria editorial, a propaganda se tornam mais e mais reprodutoras do que é gerado nos países centrais, a chamada Metrópole dos tempos coloniais, seja no conteúdo, seja na forma. Frequentemente, o que se apresenta como produção nacional nada mais é do que a mimetização do que, na verdade, foi criado fora e simplesmente importado, sem sequer ter sido traduzido, pois cada vez mais a “língua oficial” vai se tornando o inglês. Isto é tão forte que um conhecido jornalista brasileiro chegou a afirmar que o conceito de analfabeto havia mudado, uma vez que, hoje, “ser analfabeto é não saber inglês”. A linguagem do computador é o inglês, a linguagem da economia é o inglês, a linguagem do tênis (tão em moda desde o sucesso do Guga) é o inglês, a linguagem da propaganda é o inglês, o chamado cinema nacional vai se dizendo na busca do mercado internacional e se tornando assim um cinema americano de má qualidade. Os discos são gravados fora, os filmes são gravados fora, os livros são produzidos fora e, sob a justificativa, talvez verdadeira, de que a qualidade americana é melhor do que a brasileira e que o custo é mais baixo do que no Brasil, nossos artistas vão contribuindo para acabar com a incipiente indústria nacional.

Neste final de século, em qualquer lugarejo da América Latina, os jovens se vestem como os jovens novaiorquinos ou europeus, ouvem as mesmas músicas, vêem os mesmos filmes, assistem os mesmos programas

de televisão, recebem as mesmas informações, têm os mesmos hábitos, incorporam em sua linguagem cotidiana palavras que muitas vezes não compreendem sequer o sentido, fazem a propaganda em suas camisetas ou calças jeans das mesmas marcas e da mesma ideologia. Muitos “amam Nova York”, sem jamais a terem conhecido e sem saberem o que afinal significa aquela grande maçã vermelha que carregam pelas ruas em seus corpos.

AS PESSOAS
SAEM DAS
RUAS ONDE
CONVIVIAM COM
A COMUNIDADE
E SE REFUGIAM
NOS *SHOPPING*
CENTERS, ÍCONES
DO CONSUMO,
ONDE, SE
NÃO PODEM
COMPRAR, SE
SATISFAZEM
EM CONSUMIR
COM OS OLHOS.

Tudo isso faz parte do processo de “alfabetização” para que se tornem “modernos”.

A vida comunitária vai se transformando no estilo de vida narcísico pós-moderno, em que homens e mulheres vão perdendo a sua identidade nacional, local e familiar, sem chegarem a adquirir a desejada identidade cosmopolita. Rejeitando a identidade que vão sendo ensinados a desprezar, por anacrônica, condenam-se, ou melhor, são condenados aos

frágeis elos de pertencimento a uma civilização cibernética global, incorporando um estilo de vida e padrões de consumo das minorias burguesas internacionais, das quais só se aproximam em suas fantasias e em sua negação de si mesmos.

Afastam-se mais e mais das sábias palavras de José Martí, de que:

“A su pueblo ha de ser fiel, porque de su pueblo recibe las condiciones con que brilla. Y el

Martí, seriam indispensáveis para a construção de um projeto emancipatório.

A mimetização do dominador vai homogeneizando o mundo, fazendo de todos consumidores em potencial, rompendo laços de pertencimento na medida em que todos passam a competir com todos, ainda que tenham sido um dia companheiros ou mesmo irmãos. As pessoas saem das ruas onde conviviam com a comunidade e se refugiam nos

passagem de um cometa, comenta a última roubaheira dos políticos, mostra as bundas das mulatas no carnaval do Rio de Janeiro. O apresentador não muda sequer a sua expressão facial ou a entonação de sua voz quando veicula a notícia da miséria ou da luxúria, dos massacres das classes populares ou dos que lutam pela liberdade, dos grandes “acontecimentos” do mundo da moda ou do descaso do chamado Mundo Civilizado em relação à



que de su pueblo reniegue, de las propias alas, de su cerebro y entrañas de su entendimiento sea, como un ladrón, privado.”

O terrível sentimento de negação de si mesmo, de sua cultura, de seus valores, de sua nacionalidade é indispensável para o processo de globalização. No entanto, a afirmação de sua própria cultura, de seus próprios valores, de sua nacionalidade, a fidelidade a seu povo, conforme

shopping centers, ícones do consumo, onde, se não podem comprar, se satisfazem em consumir com os olhos.

O convívio familiar vai sendo substituído pela televisão, que traz o mundo para dentro de cada casa, embora impeça que este mundo seja pensado, compreendido, criticado. O mesmo noticiário que apresenta o massacre de populações no Terceiro Mundo anuncia a

miséria de populações na África ou na América Latina, do nascimento de um boto no Zoológico de Londres ou do buraco de ozônio que ameaça a sobrevivência do planeta Terra, da implosão de um prédio numa grande metrópole para ser substituído por outra construção mais moderna ou do problema do desemprego no mundo.

As notícias são rápidas, superficiais, fragmentadas, alternando coisas sérias com

frivolidades, naturalizando o que deveria provocar a reflexão e a revolta. É preciso produzir o que Noam Chomsky denomina *the making of consent*. Para isto é necessário distrair o povo, e não, educá-lo.

HÁ ESCOLAS
NO BRASIL
QUE RECEBERAM
COMPUTADORES
SEM QUE
OS PROFESSORES
E PROFESSORAS
TIVESSEM
RECEBIDO
O TREINAMENTO
PARA UTILIZÁ-LOS,
ESCOLAS QUE
DEVERIAM
ENTRAR
NA INTERNET
MAS QUE
NÃO POSSUEM
TELEFONE.

Houve tempo em que ao povo era dado pão e circo. Hoje basta oferecer a televisão e deixá-lo devanear, alienando-se de sua própria existência miserável, tornando-se impotente para reagir ao processo de dominação e exploração do qual é vítima.

As pesquisas nos mostram que, nas zonas mais pobres da América Latina, há um número muito maior de aparelhos de televisão do que de telefones. Nada surpreendente, pois é mais interessante para o *establishment* que o povo se informe (a informação que convém

aos que detêm o poder, naturalmente) do que se comunique (o que poderia contribuir para a sua organização e potencialização para a luta emancipatória).

O processo de globalização se dá, portanto, não apenas através do domínio econômico e político, mas, fortemente, pela penetração cultural, onde se situa o papel da escola, enquanto elemento de consolidação da hegemonia.

Face a esta situação, a pergunta que se coloca é - para que escola, se as populações estão sendo "educadas" pela televisão?

E uma segunda, embora não menos importante questão - por que interesses divergentes produzem o mesmo discurso da importância da escola, seja em seus reflexos nas vidas de cada pessoa, seja no que se refere à sociedade da qual cada pessoa é parte? Será que o proclamado valor da escola tem o mesmo significado para os que exploram e para os que são explorados?

O discurso da modernidade vem sendo insistentemente acompanhado pelo discurso da valorização da educação. A educação seria *conditio sine qua non* para que os países do Terceiro Mundo possam sair do subdesenvolvimento. Desenvolvimento humano sustentável e melhoramento do capital humano tornam-se palavras de ordem que, partindo do Banco Mundial, são incorporadas ao discurso oficial e ao discurso empresarial, divulgadas pelas *mass media*, chegando às escolas, onde são defendidas pelos professores e professoras "modernos".

Estes professores e professoras não sabem que uma das mais enfáticas recomendações do Banco Mundial é de uma profunda reforma do sistema docente na América Latina, que, sem dúvida, os penalizará. As universidades latino-americanas já sentem na carne o que significa esta reforma do sistema docente, com a perda de seus recursos econômicos nos últimos anos.

Hoje, um professor universitário argentino, por exemplo, no ápice de sua carreira, com o título de doutor, recebe quinhentos dólares por mês, menos do que um operário sem qualificação nos Estados Unidos. Hoje, uma professora brasileira de escola fundamental recebe por hora de trabalho menos de três dólares e, em muitas regiões, o seu salário mensal é menor do que o salário mínimo oficial.

O MESMO
NOTICIÁRIO
QUE APRESENTA
O MASSACRE
DE POPULAÇÕES
NO TERCEIRO
MUNDO, ANUNCIA
A PASSAGEM
DE UM COMETA,
COMENTA A
ÚLTIMA
ROUBALHEIRA
DOS POLÍTICOS,
MOSTRA AS
BUNDAS DAS
MULATAS NO
CARNAVAL DO
RIO DE JANEIRO.



No entanto, as escolas latino-americanas estão sendo informatizadas, equipadas com televisores e vídeos, e começam a receber kits pedagógicos comprados de empresas transnacionais ou dos grandes conglomerados nacionais como a Fundação Roberto Marinho ou a Fundação Victor Civitas no Brasil. Ted Turner da CNN veio ao Brasil com sua bela e outrora progressista mulher, Jane Fonda, seus cachorros de estimação e seus guarda-costas, para cobrar o seu quinhão. Ele sabe o montante que está sendo gasto para “modernizar” as escolas brasileiras.

Já correm como piadas de mau gosto, embora algumas vezes os noticiários televisivos mostrem (talvez por descuido, talvez por interesses contrariados) não ser piada, mas realidade, o que vem acontecendo nas escolas brasileiras com a chegada da “modernidade”. Há escolas no Brasil que receberam computadores sem que os professores e professoras

tivessem recebido o treinamento para utilizá-los, escolas que deveriam entrar na Internet mas que não possuem telefone, escolas que recebem toda a parafernália e não têm sequer onde colocar o “presente”.

Toda a vi quando a crise se manifesta, o discurso de prioridade por

educação se mostra com suas verdadeiras garras. Foi o que se viu no México com a crise de dezembro de 1994. O economista-chefe do Banco Mundial para o México foi mudando o seu discurso, revelando a sua verdadeira prioridade - o pagamento da dívida externa voltou a ser a prioridade maior, postergando as questões do meio ambiente e da educação.

Uma coisa é clara: o projeto educativo proposto, seja pelo Banco Mundial, seja pelos governos neoliberais e pelas classes empresariais latino-americanas, se pauta na afirmação da educação como um dos fatores efetivos do progresso e crescimento dos países e que, portanto, deveria estar afinado com as demandas econômicas, sociais, políticas e culturais. Só assim estes países teriam condições de atingir os desejados níveis de produção e competitividade internacional. Os teóricos deste enfoque, que se pauta na teoria do capital humano, chegaram a considerar que o

problema do desemprego nos países subdesenvolvidos seria responsabilidade deles próprios já que, pelo fato de sua população não atingir os altos níveis de escolaridade requeridos, os capitais se deslocariam para outros países, onde os níveis de escolaridade fossem mais favoráveis, lá gerando novos empregos. Para estes teóricos, gastos em educação são inversão de capital e fator de equidade e de desenvolvimento.

É correto, sem dúvida, afirmar que a educação seja um fator de mobilidade social individual e grupal (a bem dizer, de uns poucos) na América Latina, mas carece de fundamento defender a educação como alavanca para o desenvolvimento coletivo de uma sociedade.

HOUVE TEMPO
EM QUE AO
POVO ERA
DADO PÃO E
CIRCO. HOJE
BASTA OFERECER
A TELEVISÃO
E DEIXÁ-LO
DEVANEAR,
ALIENANDO-SE
DE SUA PRÓPRIA
EXISTÊNCIA
MISERÁVEL,
TORNANDO-SE
IMPOTENTE
PARA REAGIR
AO PROCESSO
DE DOMINAÇÃO
E EXPLORAÇÃO
DO QUAL É
VÍTIMA.

O PROCESSO
DE GLOBALIZAÇÃO
SE DÁ NÃO
APENAS ATRAVÉS
DO DOMÍNIO
ECONÔMICO
E POLÍTICO,
MAS, FORTEMENTE,
PELA
PENETRAÇÃO
CULTURAL, ONDE
SE SITUA O
PAPEL DA ESCOLA,
ENQUANTO
ELEMENTO
DE CONSOLIDAÇÃO
DA HEGEMONIA.

É interessante notar que apesar dos discursos, em que o Banco Mundial exalta o valor da educação e afirma orgulhoso haver apoiado a educação no continente nos últimos vinte anos e estar preparado para ajudar na superação das dificuldades que enfrenta a América Latina em seu desenvolvimento educativo, os índices de analfabetismo continuam dos mais altos do mundo (cerca de 42,5 milhões de adultos na América Latina não sabem ler ou escrever), o acesso à universidade continua limitado para a classe trabalhadora, para os negros, indígenas e mestiços, e no caso do Brasil, a escolaridade média de um trabalhador continua a ser de três anos e meio. É insignificante o número de negros e indígenas que entram na escola, nela têm sucesso e dela saem com um título universitário.

**IMPASSE DA
EDUCAÇÃO NA
AMÉRICA LATINA**

Discutir seriamente educação na América Latina implica enfrentar o problema da educação das classes populares, constituída de indígenas, negros e mestiços. São os indígenas, que já estavam nas terras quando aqui chegaram os primeiros europeus, são os descendentes dos africanos, que para aqui foram trazidos como escravos pelos europeus, são os que descendem da miscigenação de europeus, indígenas e africanos. São estes os que fracassam na escola, os mesmos que mais tarde irão fracassar na sociedade. A escola antecipa o fracasso social através do processo de seleção, rotulação, discriminação e exclusão, apesar de seu discurso democratizante. O fracasso escolar vem sendo o primeiro degrau da escalada para o fracasso social e para a manutenção do *status quo*.

Na verdade, a escola é uma instituição hegemônica pela cultura branca, patriarcal, ocidental, cristã. Os professores e professoras são formados/as a partir desta lógica, os livros didáticos divulgam a mesma lógica e tudo o que foge à lógica hegemônica é considerado irracional, crendice, ignorância.

Quando uma criança branca de classe média ou burguesa entra na escola, traz consigo o capital cultural indispensável para o sucesso escolar. Ela traz também a certeza de que terá sucesso na escola, pois esta é a expectativa de sua família, de seu grupo sócio-econômico-cultural,

da sociedade global. O dito do senso comum de que “quem é bom já nasce feito” se aplica àqueles que já “nascem feitos” por sua condição de classe, etnia e raça. Esta criança aprende a ler e a escrever e vai, no decorrer de sua escolaridade, aprendendo tudo aquilo que é necessário para que venha a se tornar dirigente, ou melhor dito, no imaginário da sociedade global, é aceito como natural que um filho de burguês aspire a se tornar dirigente e, efetivamente, a sua condição de classe, etnia e raça o prepara objetiva e subjetivamente para poder vir a sê-lo.

HOJE, UMA
PROFESSORA
BRASILEIRA
DE ESCOLA
FUNDAMENTAL
RECEBE POR
HORA DE
TRABALHO
MENOS DE
TRÊS DÓLARES
E, EM MUITAS
REGIÕES, O
SEU SALÁRIO
MENSAL É
MENOR DO
QUE O
SALÁRIO MÍNIMO
OFICIAL.

Em contrapartida, a criança mestiça, negra ou indígena de classe popular, quando consegue entrar na escola, pois muitas delas sequer conseguem matrícula, já entra com o estigma do fracasso de sua classe social e de seu grupo sócio-cultural. Entra



humildemente, quase pedindo licença para entrar, pois nunca lhe disseram que este seria um direito seu. Aliás, ela já aprendera não ter direitos muito antes do momento de entrada na escola. A cada momento de sua vida, a sociedade vai lhe ensinando, especialmente através das relações de trabalho, e pela ideologia veiculada pela mídia, que “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Quando vence o medo de um ambiente tão pouco acolhedor e tão diferente daquele em que vive, e ousa abrir a boca para falar, enfrenta a reação da professora, que a corrige dizendo que ela fala errado. Frequentemente ela se cala e não mais fala. Aprende que a escola é um lugar de silêncio, em que só a professora deve e pode falar.

É interdito às crianças compartilhar as suas descobertas e dúvidas. No jargão

escolar isto é “cola”, o que provoca a punição das crianças e as faz sentirem-se culpadas. Ao simples compartilhar de conhecimentos, quando aquele que já sabe ensina a quem ainda não sabe, é dada uma conotação moral, o que sobretudo para crianças de classes populares é impossível compreender, pois uma das formas de sobrevivência entre elas é exatamente a solidariedade. Não é preciso dizer que, quando assim o faz, a escola ignora o que Vygotski denomina zonas de desenvolvimento proximal, deixando de contribuir para que as crianças façam hoje, ajudadas pelos/as colegas que já sabem, o que amanhã poderão fazer sozinhas, tornando-se mais autônomas intelectualmente. Ainda que não houvesse a pesquisa de Vygotski, que coisa terrível que a curiosidade e a generosidade sejam punidas, pois a criança que pergunta à

colega que sabe o que ela ainda não sabe está mostrando querer saber, ter curiosidade por saber o que ainda não sabe, enquanto a criança que ensina à outra que lhe pergunta está generosamente compartilhando o seu conhecimento. Será que a interdição e punição a esta troca de saberes se deve à competição, valor tão caro ao capitalismo?

A professora, única que tem o direito à palavra na escola, fala de coisas diferentes numa “língua diferente”; ensina muita coisa, mas não ensina para que servem “aquelas coisas”. É por isso que tantas crianças passam pela escolaridade de oito anos, que é obrigatória no Brasil embora a obrigatoriedade não seja atendida, sem chegarem a compreender a própria razão de ser da escola.

Algumas crianças vão à escola apenas para comer, pois as escolas oferecem merenda para todas as crianças das

escolas públicas. Aliás, no Brasil, a propaganda oficial televisiva vem reforçando a idéia da merenda como atrativo escolar, ao mostrar um belo prato de comida, dizendo em *voice off*:

“Criança que vai à escola, tem de comer”.

Será que só precisa comer, a criança que tem o privilégio de ir à escola?

Será que numa sociedade decente, uma criança que fica apenas quatro horas na escola, precisaria comer um prato de comida? No Brasil, e na América Latina de um modo geral, precisa, porque as crianças não têm o que comer em suas pobres casas, apesar do presidente brasileiro ter anunciado orgulhoso que “os pobres agora podem comer frango e iogurte no Brasil”. Naturalmente, ele não se referia aos 40 milhões de miseráveis que parecem não incomodá-lo.

Ao invés de fazer propaganda do que diz estar sendo feito pelo governo (para isto são gastas verbas altíssimas pelo governo), a televisão deveria estar sendo usada para educar o povo, para mostrar a importância da escola e do que nela se ensina ou deveria ser ensinado, para mostrar porque é tão importante aprender a ler e a escrever, para ensinar aos pais e às crianças e jovens a função social da escrita, o que nem sempre a escola sabe ensinar. Talvez, se a propaganda oficial mostrasse adultos e crianças em situação de uso da

linguagem escrita, as crianças estariam mais interessadas em aprender a ler e a escrever e, desejando aprender, o fizessem efetivamente. Pois, todos sabemos que só se aprende aquilo que tem sentido para nós, aquilo em que está posto o nosso desejo, aquilo que tem valor para nós.

Em nossa pesquisa, per-

aprendem sobretudo o sentido e o prazer de conhecer. Como podem chegar a descobrir o sentido do conhecimento e o prazer de aprender, quem fracassa na primeira tentativa, que é a alfabetização? Como pode chegar a aprender quem não vê sentido no que insistem em lhe ensinar?

O problema do analfabetismo é um dos mais graves problemas que enfrenta a América Latina, especialmente num país como o Brasil. Segundo as estatísticas oficiais, mais de 20% da população brasileira é constituída de analfabetos. É preciso dizer que no Brasil é considerado alfabetizado quem apenas desenha o seu nome.

E quem são os analfabetos? No Brasil, na América Latina e em todas as partes do

mundo, os analfabetos são sempre os filhos de analfabetos ou semi-analfabetos, filhos daqueles que, ou jamais foram à escola, ou na escola, ao invés de aprenderem a ler, escrever e contar (pelo menos), aprenderam serem incapazes de aprender. São, em suma, filhos e filhas, irmãos e irmãs dos que fracassaram na escola e que na escola aprenderam ser sua a responsabilidade por seu próprio fracasso.

Quantas vezes, em minha história de professora alfabetizadora, me deparei, no primeiro dia de aula, com a ansiedade da mãe que me implorava:

“Puxa pela minha filha, pra ver se esta aprende, pois tudo é cabeça dura lá em casa.”

O ACESSO À UNIVERSIDADE CONTINUA LIMITADO PARA A CLASSE TRABALHADORA, PARA OS NEGROS, INDÍGENAS E MISTIÇOS, E NO CASO DO BRASIL, A ESCOLARIDADE MÉDIA DE UM TRABALHADOR CONTINUA A SER DE TRÊS ANOS E MEIO.

guntando às crianças se consideravam importante a escola e porque lhes parecia importante aprender a ler e a escrever, ouvimos de mais de uma criança:

“Pra fazer dever, ué!”

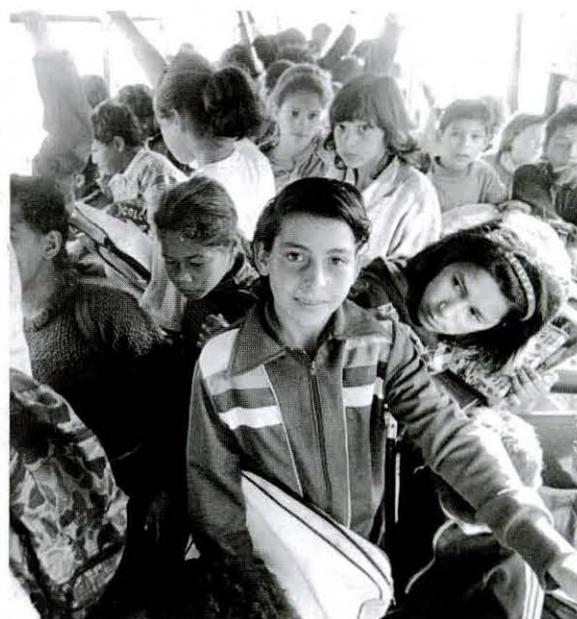
Quando as crianças não compreendem sequer a importância de aprender a ler e a escrever, dificilmente chegarão a compreender o valor do conhecimento. Não terão, por conseguinte, qualquer razão para aprender o que a escola afirma ser tão importante, embora não consiga explicar a razão da importância apregoada.

No entanto, todas as teorias pedagógicas nos dizem ser no início da escolaridade que as crianças aprendem a aprender e

Será que uma criança que cresce ouvindo que “tudo é cabeça dura lá em casa” consegue superar a avaliação da própria mãe de que todos os seus filhos e filhas são incapazes de aprender, e consegue aprender, rompendo o estigma do fracasso escolar de sua família? Será que alguém consegue se perceber como capaz de aprender quando sua própria mãe afirma que ela só aprenderá se a professora “puxar por ela”, mostrando descrença da capacidade de sua filha para aprender? Na avaliação da mãe, só uma professora muito competente (e competência para ela é puxar por sua filha) conseguirá que de uma família de gente pouco inteligente, “cabeça dura”, alguém aprenda. A própria imagem de “puxar” é significativa: é assim como quem puxa um asno que empaca e não sai do lugar. Para que o asno que empaca saia do lugar, se mova e ande para a frente, é preciso que alguém o puxe. Este é o papel que a mãe espera da professora - que ela puxe por sua filha, que empacou como o asno da metáfora.

Todos sabemos da importância dos primeiros anos de es-

colaridade. É aí que se instala a semente da futura relação com o conhecimento e com o mundo, onde se incluem as pessoas, os grupos, a sociedade global e a natureza. É ali que uma ação pedagógica competente porque comprometida com a mudança provoca “a paixão de conhecer o mundo” e a paixão pelo mundo. Aqueles e aquelas que se formam nesta escola se tornarão cidadãos e cidadãs conscientes e comprometidos/as com a construção de um mundo melhor. Ali, se estará construindo, portanto, uma cidadania consciente e comprometida com o coletivo. No entanto, quando a ação pedagógica está vinculada a um projeto excludente como o neoliberal, na escola se constrói a subalternidade consentida ou inconsciente de um lado (o lado das



classes populares) e, de outro, o individualismo possessivo, competitivo e consumista (o lado dos que detêm o poder).

A escola, ainda que se apresente como neutra, é um espaço de luta

por hegemonia, em que os interesses hegemônicos fazem por dificultar, senão impedir, a criação de uma escola de qualidade para as crianças e jovens das classes populares, mas onde, os interesses contra-hegemônicos lutam por instalar uma discussão política sobre o papel da escola e da cultura no movimento emancipatório do qual participam aqueles e aquelas que foram historicamente subalternizados e hegemonzados.

Rediscutir o papel da escola, numa perspectiva emancipatória, nos leva a retornar a Gramsci em sua preocupação de que “a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante”, e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente” nas condições gerais de poder fazê-lo”.

Aí estava delineado o papel de uma escola democrática no tempo de Gramsci, sonho que se mantém até hoje como so-



nho, pois nas sociedades latino-americanas, este ideal está longe de ter sido transformado em realidade.

A ESCOLA
ANTECIPA
O FRACASSO
SOCIAL ATRAVÉS
DO PROCESSO
DE SELEÇÃO,
ROTULAÇÃO,
DISCRIMINAÇÃO
E EXCLUSÃO,
APESAR DE SEU
DISCURSO
DEMOCRATIZANTE.
O FRACASSO
ESCOLAR VEM
SENDO O
PRIMEIRO DEGRAU
DA ESCALADA
PARA O FRACASSO
SOCIAL E
PARA A
MANUTENÇÃO
DO *STATU QUO*.

O que temos hoje é uma escola que prepara uns, uma minoria, para posições de mando, e outros, a maioria, para o papel subalterno, que a sua situação de classe, de raça e etnia lhes anuncia. Assim foi, assim continua sendo, e assim persistirá a educação na América Latina, se não houver um forte movimento da sociedade em defesa da escola pública, gratuita, obrigatória e de qualidade para os que até então foram excluídos da escola e na escola.

As classes hegemônicas sempre souberam o perigo potencial da educação, quando os explorados e dominados pu-

dessem adquirir as armas intelectuais para compreender a sua situação e com estas armas se organizarem e lutarem por sua libertação de um jugo que os impede de se desenvolver, crescer e se levantar para lutar por seus interesses historicamente negados.

O que parece óbvio na atual conjuntura internacional é que o papel destinado à América Latina na divisão internacional do poder não é de produzir conhecimento de ponta, o que a tornaria um perigo latente para a forma em que está organizado o mercado mundial. Se a América Latina se insurgir contra a ordem estabelecida, pode ameaçar o "equilíbrio", o que não interessa aos que definem o que seria equilíbrio na atual conjuntura.

Enquanto os que detêm o poder no mundo conseguirem impedir que toda a população latino-americana se eduque, aqueles e aquelas que se mostram mais talentosos e capazes de produzir inovações científicas e tecnológicas serão puxados para o Primeiro Mundo, onde encontrarão não só melhores condições de trabalho como receberão melhores salários do que qualquer pesquisador na América Latina. Assim sempre aconteceu no mundo. Os países ricos e poderosos atraíram os que se destacavam nos países colonizados para que os conhecimentos por eles produzidos fossem colocados ao serviço da consolidação da hegemonia dos vencedores.

É por isso que, apesar do discurso da necessidade de uma profunda reforma do sistema educativo proferido pelo Banco Mundial, a pergunta que se coloca é:

interessa aos senhores da globalização que os 200 milhões de jovens latino-americanos tenham uma boa e completa educação básica?

O modelo excludente só necessita de poucos, como já sabemos. Os demais só precisam ser adestrados para bem se comportarem, mantendo-se dóceis à dominação. E para isto, nada melhor do que a televisão. Sentados e vendo televisão, na escola e em suas casas, irão aprendendo a disciplina, a obediência, o conformismo, bem como os valores da sociedade neo-liberal - o individualismo, a competição, o consumismo. Aprendem que a violência é direito dos fortes, que o sucesso é decorrência da competência e do esforço, que a beleza é privilégio dos homens e mulheres brancos de origem européia, que a riqueza material é um bem acessível a qualquer um/uma que tenha capacidade. As desigualdades e discriminações sociais vão sendo naturalizadas pelas novelas, pelos noticiários, pelos filmes importados, pelos padrões apresentados.

O DITO DO
SENSO COMUM
DE QUE "QUEM
É BOM JÁ
NASCE FEITO"
SE APLICA
ÀQUELES QUE
JÁ "NASCEM
FEITOS" POR SUA
CONDIÇÃO DE
CLASSE, ETNIA E
RAÇA.

A CRIANÇA
MESTIÇA, NEGRA
OU INDÍGENA
DE CLASSE
POPULAR, QUANDO
CONSEGUE
ENTRAR NA
ESCOLA, POIS
MUITAS DELAS
SEQUER
CONSEGUEM
MATRÍCULA,
JÁ ENTRA COM
O ESTIGMA
DO FRACASSO
DE SUA CLASSE
SOCIAL E DE SEU
GRUPO SÓCIO-
CULTURAL.

Este é o quadro conveniente aos que detêm e querem manter o poder. O desafio que se coloca para os inconformados com o *status quo* é - o que é possível fazer na escola quando se luta para reverter este quadro desolador? O que fazer quando se está comprometido com um projeto emancipatório para a América Latina?

**UM PROJETO
EDUCACIONAL
EMANCIPATÓRIO
PARA A AMÉRICA
LATINA**

Hoje, no Brasil, o movimento social mais importante é, sem dúvida, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Trata-se de um movimento nacional que repercute internacionalmente, cuja capacidade de organização obriga

o governo e as classes dirigentes a tomar conhecimento, ainda que ambos tentem ignorá-lo e muitas vezes as suas polícias prendam e matem os seus líderes. Estes homens e mulheres lutam pelo direito à terra e ao trabalho na terra.

É lastimável que, no final do século, uma sociedade que aspira a ser aceita no grupo dos países ricos e importantes ainda não tenha resolvido o problema da terra, coisa que todas as sociedades desenvolvidas o fizeram.

O que nos interessa aqui, já que estamos tentando pensar um projeto educacional emancipatório para a América Latina, articulado a uma plataforma de economia solidária, é que os Trabalhadores Sem Terra brasileiros, sempre que invadem terras não produtivas e criam assentamentos, imediatamente constroem uma escola para os seus filhos e filhas. Muitos intelectuais das universidades brasileiras estão participando deste novo projeto educativo, e muito têm aprendido, além de, obviamente, colaborar para a educação destas crianças.

O que já podemos inferir deste trabalho político-pedagógico é que ele apresenta características bastante interessantes, provocando mudanças que vão desde a seleção de conteúdos, a escolhas metodológicas, a uso de materiais pedagógicos, e mesmo às relações entre professoras e alunos e alunas. Mas tem algo que nos interessa especialmente aqui. É que é dada grande ênfase aos valores que vão sendo transmitidos e que perpassam todas as atividades desenvolvidas.

Aquelas crianças aprendem o valor do coletivo, da parti-

cipação, da cooperação, da generosidade, da solidariedade, da amorosidade, da compaixão, da coragem. Os líderes do movimento sabem que quando se pretende mudar as relações sociais há que se mudar as relações na escola e na comunidade, para que vão se formando futuros homens e mulheres com outra mentalidade. A sua aspiração não é de tomar o poder, mas de mudar a sociedade.

No dia-a-dia da escola, assim como no dia-a-dia de suas vidas nos assentamentos, as crianças vão aprendendo a respeitar os diferentes, independente da cor de sua pele, de suas crenças religiosas, de seu gênero masculino ou feminino. Elas estão sendo preparadas para construir uma sociedade plural - multiétnica e multiracial - numa escola plural - multiétnica e multiracial.

O PROBLEMA
DO ANALFABETISMO
É UM DOS
MAIS GRAVES
PROBLEMAS
QUE ENFRENTA
A AMÉRICA
LATINA,
ESPECIALMENTE
NUM PAÍS
COMO O BRASIL.
SEGUNDO AS
ESTATÍSTICAS
OFICIAIS, MAIS
DE 20% DA
POPULAÇÃO
BRASILEIRA
É CONSTITUÍDA DE
ANALFABETOS.

Elas aprendem a reconstruir a história de seu país, arrancando os véus que historicamente escondiam o processo de exploração e dominação de que os negros, indígenas e mestiços foram vítimas. O processo de desconstrução é acompanhado de um processo de reconstrução de uma nova história que resgata as lutas contra o colonizador, as lutas contra a escravidão, as lutas contra a discriminação racial e étnica, as lutas contra a exploração da classe trabalhadora, as lutas das mulheres contra a opressão machista. Tantas lutas que a história oficial tenta minimizar ou fazer esquecer. Uma história de lutas que vai sendo reescrita a partir da memória popular destas

lutas e que foi passando de geração em geração através das histórias contadas e cantadas. Vão escovando a história a contrapelo, como enfatizava Benjamin, aí identificando pistas e acumulando forças para a construção do futuro. Retomar as utopias populares é parte da construção de um sentimento de potência coletiva.

As crianças vão aprendendo, tanto na escola quanto em seu cotidiano de lutas, que o que pode parecer derrota, muitas vezes é, na verdade, acúmulo de forças e aprendizagem para futuras lutas e desejadas vitórias.

As professoras que trabalham nas escolas dos assentamentos são tão militantes quanto os trabalhadores e trabalhadoras sem terra, tão comprometidas

quanto os/as demais com a transformação da sociedade.

Se elas sabem, porque constataam no cotidiano do assentamento, a força do coletivo e da solidariedade, as metodologias têm de ser direcionadas para a ação

A ESCOLA, AINDA QUE SE APRESENTE COMO NEUTRA, É UM ESPAÇO DE LUTA POR HEGEMONIA, EM QUE OS INTERESSES HEGEMÔNICOS FAZEM POR DIFICULTAR, SENÃO IMPEDIR, A CRIAÇÃO DE UMA ESCOLA DE QUALIDADE PARA AS CRIANÇAS E JOVENS DAS CLASSES POPULARES.

coletiva e solidária. As crianças são estimuladas a se ajudarem, a trocarem o que sabem e o que não sabem e a compreenderem a temporalidade do “não saber”. O “não saber” é entendido como “ainda não saber” que, no coletivo, vai produzindo novos saberes. O “não saber” perde assim o caráter absoluto que sempre esteve presente nos sistemas de avaliação escolar e que tanto penalizou as crianças das classes populares. A troca de saberes possibilita que todas as crianças se percebam como capazes, como tendo algum saber que nem todas têm, como trazendo também muitos “ainda não saberes” que se tornarão “saberes” na escola. Irão compreendendo que ninguém sabe tudo e que tampouco

alguém nada sabe, chegando a descobrir talvez, um dia, que o “saber” traz no instante imediato à sua formulação os tantos “não saberes” ainda por saber, que algumas vezes o negam e superam, outras vezes o complementam e aprofundam, e outras vezes abrem novos atalhos no caminho sem fim do conhecimento. Para que este rico processo de produção/socialização de saberes se dê em plenitude é preciso que a professora tenha a coragem de, ao se defrontar com a resposta da criança, incompreensível naquele momento para ela, se permita perguntar - por que não? - como num momento de iluminação, Bachelard afirmava ser o caminho

para a construção do novo, coragem filosófica que todos os pesquisadores deveriam ter.

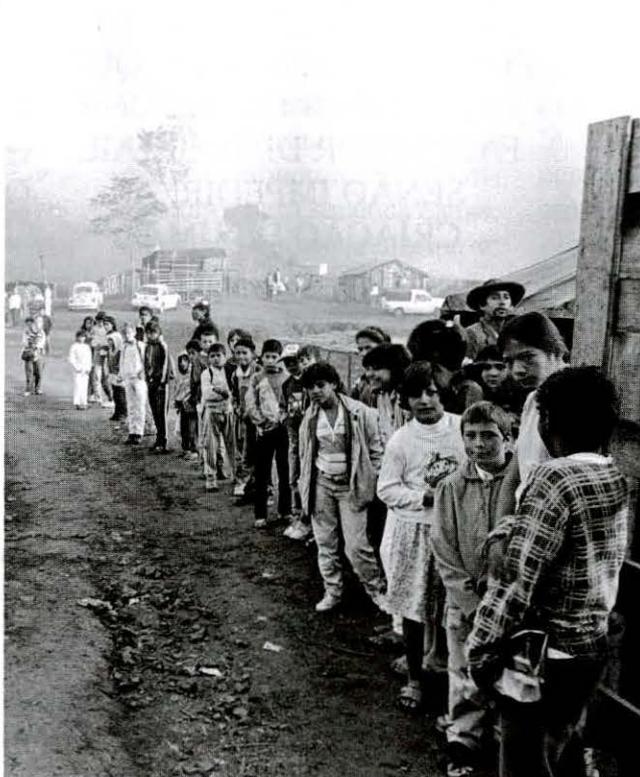
Quando a professora se permite indagar - por que não? - e estimula a criança a recuperar o caminho que percorreu para chegar à resposta que chegou, pode estar abrindo a possibilidade de emergência de novos saberes até então ignorados, inclusive por ela, professora. E como serão necessários conhecimentos novos na construção da sociedade nova sonhada pelos trabalhadores brasileiros sem terra! E como qualquer escola seria mais estimulante e criativa se as professoras fossem ensinadas a se perguntar - por que não? - quando se deparassem com o que foge ao caminho da mesmice dos méto-

dos e técnicas tantas vezes repetidos! Destas escolas, estariam saindo no final da escolaridade, cientistas e artistas, homens e mulheres inovadores, criativos, capazes de reinventar o mundo porque na escola teriam sido ensinados a ousar, a se aventurar pelo mundo fantástico do conhecido e do desconhecido.

A professora sabe que uma das formas de dominação é fazer crer aos subalternizados que eles “nada sabem” e que os dominadores “tudo sabem”. Sabe, portanto, que uma das tarefas fundamentais da escola comprometida com a superação do processo de subalternização é de trabalhar no sentido da recuperação de um auto-conceito positivo, coletivo e individual. Daí que os saberes do grupo e de cada criança sejam valorizados para que cada uma delas e todas elas se percebam como sujeitos do conhecimento. E para que não apareçam “estrelas”, que acreditem brilhar mais do que as demais, o conhecimento deve ser apresentado sempre numa perspectiva de movimento. Cada uma das crianças sabe que sabe alguma coisa e todas sabem que ainda têm muito a aprender, por isso vêm à escola. Todas se sentem capazes por saber e todas têm desenvolvida a humildade por saber o quanto ainda não sabem. Orgulhosas, portanto, do que sabem, sem perder a humildade por tudo o que ainda têm de aprender. O

orgulho de si não pode se transformar em empáfia e prepotência, que esta é a lógica do opressor. A humildade decorrente da consciência de seu “ainda não saber” não pode significar aceitar a humilhação dos poderosos, que só a eles interessa.

Tudo o que é ensinado na escola do assentamento é vivido na prática pelas crianças.



“Para conquistar conocimientos, es preciso participar en la práctica que transforma la realidad. Para conocer el gusto de la pera, es preciso transformarla comiéndola.”

Como dizia um sábio chinês, citado por Colombres. Assim, o que é ensinado não é gratuito, mas fortemente vinculado à realidade vivida pelas crianças. Teoria e prática se articulam, dando sentido a tudo o que é ensinado e aprendido.

O trabalho coletivo é o ponto de partida e é ao trabalho que

tudo que é aprendido retorna, pois se trata de uma educação para trabalhadores e trabalhadoras que têm orgulho de seu trabalho e que se forjam no trabalho coletivo. Trabalhadores e trabalhadoras que lutam pelo direito ao trabalho, através do qual sobrevivem, transformando a terra improdutiva em terra que produz e que devolve, a quem a trabalhou, o alimento, fonte de vida. Neste fazer coletivo, aqueles trabalhadores e trabalhadoras se fazem mais humanos, mais generosos, mais solidários, pois este é o sentido profundo do trabalho quando não é resultado da exploração.

Os problemas apresentados pela professora têm forte vinculação com os problemas enfrentados cotidianamente pelo grupo. Quando se está preparando a terra para o plantio, por exemplo, a cubagem da terra é o problema a ser resolvido pelas crianças e elas vão aprendendo cálculo a partir de situações concretas de suas vidas comuns.

Para se chegar à História do Brasil, se parte das pequenas histórias de vida de cada criança, de sua família, de sua saga até chegarem ao assentamento onde estão e que aproximou as suas histórias anteriores. O global e o particular são colocados em permanente diálogo. Vão aprendendo na prática que o todo está na parte e que a parte está

no todo, ainda que só venham a conceituar muito mais tarde. O conceito é apreendido no processo de tantas aprendizagens.

Os cantos e contos de cada grupo, passados de geração em geração oralmente e trazidos por cada criança, vão se tornando “conteúdos pedagógicos” e estes cantos e contos vão se multiplicando em tantos cantos e contos de outros grupos, de outras culturas, de outros povos. E as crianças vão aprendendo que estes cantos e contos são parte do que é denominado Cultura Universal, patrimônio da Humanidade, da qual elas também são parte. Elas não sabem, mas a professora deve ter aprendido com Amílcar Cabral que a síntese dinâmica da Cultura é o alicerce para a libertação.

**É LASTIMÁVEL
QUE, NO FINAL
DO SÉCULO, UMA
SOCIEDADE
QUE ASPIRA A
SER ACEITA
NO GRUPO DOS
PAÍSES RICOS
E IMPORTANTES
AINDA NÃO
TENHA RESOLVIDO
O PROBLEMA
DA TERRA, COISA
QUE TODAS
AS SOCIEDADES
DESENVOLVIDAS
O FIZERAM.**

A sala de aula é, como deveria sempre ser, um espaço de atividades críticas e criadoras e não de consumo passivo. O

individualismo possessivo, tão fortemente inculcado e internalizado em nossa sociedade, vai sendo substituído por atividades compartilhadas que vão revelando a criatividade coletiva. E é no coletivo que se produzem as subjetividades, pois que são uma produção histórica e social, que se dá num tempo e numa cultura.

Quem vive nas estradas, em acampamentos, viajando sempre sem destino certo, a não ser quando são descobertas terras abandonadas sem vestígios da ação de homens e mulheres que a trabalham, viajando sempre e sempre ameaçado pela violência dos matadores de aluguel ou da polícia defensora da propriedade mesmo que improdutiva, quem convive com a morte em seu cotidiano constrói uma subjetividade diferente das crianças de classe média urbana. Os conflitos são outros, os medos são outros, os sonhos são outros. Enquanto as outras sonham em ir a Disney World ou em ganhar um videogame, estas vivem o sonho da terra, o sonho da casa, o sonho da estabilidade num lugar em que possam viver com sua família. Enquanto as outras brincam com os brinquedos que a propaganda as faz desejar, estas criam jogos e brincadeiras com os ossos que vão encontrando pelo caminho, conforme Sebastião Salgado mostra em seu livro *Terra*. Do que sobra da morte, elas criam a vida das brincadeiras e dos jogos. A própria idéia de *continuum*, segundo alguns, indispensável para não nos perdermos, não se coloca para andarilhos como as crianças do Movimento dos Trabalhadores

Sem Terra, a não ser no andar permanente, na mudança diária do entorno. A organização só é possível a partir da variância de suas vidas, e não da estabilidade que a teoria afirmaria indispensável. Acredito antes que a organização interna se dê a partir da organização externa, do grupo, de um coletivo que sobrevive e se fortalece porque se organiza.

**O QUE TEMOS
HOJE É UMA
ESCOLA QUE
PREPARA UNS,
UMA MINORIA,
PARA POSIÇÕES
DE MANDO, E
OUTROS, A
MAIORIA, PARA
O PAPEL
SUBALTERNO,
QUE A SUA
SITUAÇÃO DE
CLASSE, DE
RAÇA E ETNIA
LHES ANUNCIA.**

As crianças aprendem a força do coletivo quando percebem que a qualidade de seus trabalhos escolares melhora como resultado da ação coletiva e não da ação isolada de uma criança solitária, que frequentemente leva à indesejada, porque anti-social, competição. Esta aprendizagem é reforçada quando, no assentamento, elas aprendem que o trabalho desenvolvido pelo coletivo de homens e mulheres trabalhadores produz melhores resultados do que a ação isolada de apenas um trabalhador ou uma trabalhadora.

OS
TRABALHADORES
SEM TERRA
BRASILEIROS,
SEMPRE QUE
INVADEM TERRAS
NÃO PRODUTIVAS
E CRIAM
ASSENTAMENTOS,
IMEDIATAMENTE
CONSTRÓEM
UMA ESCOLA
PARA OS
SEUS FILHOS
E FILHAS.

Os materiais não são de propriedade individual, mas de uso coletivo. Todas as crianças são responsáveis por todos os materiais. Usam os materiais com parcimônia, pois sabem o valor de cada lápis, de cada folha de papel, de cada livro, assim como seus pais e mães sabem a importância de economizar o pouco que têm para que dure mais tempo e possa ser usado por todos. Ao consumismo a que a mídia convida diariamente, se contrapõe a economia, a redefinição de materiais, o reaproveitamento, a recriação. Assim como suas mães reaproveitam a comida que sobrou do almoço e, no jantar, transformam a batata cozida do almoço em sopa, as crianças aprendem a aproveitar as sobras de tintas de diferentes cores, transformando-as em outra cor, muitas vezes, uma nova cor, até então desconhecida. Assim como seus pais aproveitam a cadeira velha encontrada abandonada por quem tem demais, e, lixando-a

e pintando-a, a transformam em uma cadeira nova, as crianças também aprendem a fazer pincéis com o pedaço de madeira, aparentemente sem uso, e com as barbas do milho plantado por seus pais. Aprendem que se pode recuperar materiais se estes materiais são preparados, lixados, pintados, cuidados, tornando-se belos e úteis.

Quando as crianças se percebem capazes de recuperar o que parecia inútil e aprendem como fazê-lo, vivem um sentimento de potência. Nesta aprendizagem/ação, está presente a realização da coisa em si e dos conhecimentos indispensáveis para realizá-la, mas também está subjacente uma aprendizagem ética e estética. Aprendem a respeitar e a lidar com os materiais, aprendem o sentido ecológico deste reaproveitamento, desenvolvem a sensibilidade para a beleza e a utilidade dos materiais *in natura* e dos objetos criados por cada uma delas.

O reaproveitamento de materiais se contrapõe ao consumismo e possibilita o estabelecimento de novas relações com os materiais e com as pessoas, relações mais amorosas, pautadas na sensibilidade para o outro, seja uma pessoa seja uma coisa, relações em que os sentidos são chamados a participar para melhor conhecer.

As crianças dos assentamentos aprendem a ler e a escrever porque existe um forte desejo coletivo de aprender a ler e escrever, decorrente do que vêem em seu cotidiano e que lhes revela a importância de saber ler e escrever. Elas vêem os folhetos que são

enviados por outros grupos de assentados, ou pelas lideranças que dão notícia do que está sendo feito, das vitórias do movimento, dos conhecimentos técnicos para melhor trabalhar a terra e comercializar o resultado de seu trabalho, das perdas quando os assentamentos são invadidos pelas milícias dos proprietários de terras, das estratégias de luta criadas por alguns grupos que desejam compartilhar as suas descobertas com os demais grupos. Elas assistem à leitura dos jornais e aos comentários feitos pelos adultos, que sabem da necessidade de acompanhar o que diz a imprensa sobre a sua luta. Elas vão aprendendo a importância de saber ler e escrever. Ler e escrever passa a ter sentido para estas crianças. A linguagem escrita é valor em sua comunidade e, portanto, para elas.

AS PROFESSORAS
QUE
TRABALHAM NAS
ESCOLAS DOS
ASSENTAMENTOS
DO MST SÃO
TÃO MILITANTES
QUANTO OS
TRABALHADORES
E TRABALHADORAS
SEM TERRA, TÃO
COMPROMETIDAS
QUANTO OS/AS
DEMAIS COM A
TRANSFORMAÇÃO
DA SOCIEDADE.

O que parece claro para nós é que a experiência das escolas dos assentamentos teria muito a

nos ensinar quando estamos comprometidos com a construção de uma pedagogia que se contraponha à pedagogia oficial, hoje vinculada aos interesses do projeto neoliberal.

Uma pedagogia emancipatória assume a responsabilidade de democratizar a cultura universal, entendida como patrimônio da humanidade, onde, porque todos estão incluídos, sem hierarquias, podem reivindicar o direito de acesso. Mas também tratará de democratizar e universalizar a cultura nacional

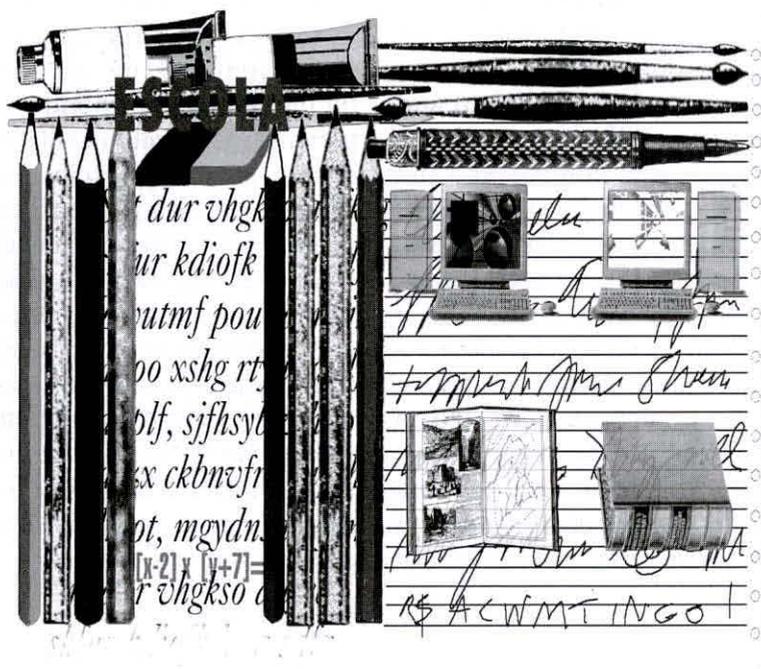
e popular, pois só pode se enriquecer com a cultura universal aquele que mergulhou na sua própria cultura e encharcado neste mergulho se potencializa para, aí sim, confrontar a sua cultura com as demais culturas, ampliando e aprofundando o seu conhecimento particular.

Só pode se abrir para a cultura universal, sem perder a sua identidade própria, aquele que se percebe como parte integrante do patrimônio humano universal. A sua cultura particular é parte da cultura universal e a cultura universal é

parte de sua cultura particular.

Concluindo, uma pedagogia emancipatória há que ser incluyente, contrapondo-se, portanto, ao projeto neoliberal, comprovadamente excluyente. Enquanto a pedagogia neoliberal se pauta nos valores do mercado e se apresenta como “a única alternativa”, mostrando-se por conseqüência extremamente autoritária, a pedagogia emancipatória é direcionada pelos valores da solidariedade dos despossuídos e dos inconformados, propondo-se à pluralidade que respeita as diferenças.





CURRÍCULO ESCOLAR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ALGUMAS REFLEXÕES.

Antonio Carlos da Silva*



* Professor dos Departamentos de Educação e Letras das Faculdades Integradas Plínio Leite – Pedagogo da Rede Pública e integrante do grupo de Pesquisa da Doutora Célia Linhares, ESE - UFF.

REVISITANDO O CURRÍCULO

O currículo escolar deve ser compreendido como um espaço de construção social do saber, que carrega concepções diversificadas de homens e de mundo, que se orientam em função de objetivos estabelecidos em cada momento histórico, onde cada sociedade e seus dirigentes elaboram e indicam propostas que, em geral, desejam legitimar os seus interesses. Vejamos que a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu Artigo 26, indica a exigência de uma parte diversificada do currículo para o atendimento das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Na atualidade, em decorrência da crise da civilização, o currículo surge para o processo educativo como mais um desafio que exigirá do educador escapar de uma postura ingênua e aproximá-lo como instrumento que necessita ser revisitado permanentemente de modo crítico e reflexivo a partir da observância de algumas categorias, que possibilitem à atividade educativa responder às exigências que são colocadas para a formação humana nesta etapa.

Devemos, antecipadamente, esclarecer que não podemos apostar na realização de um currículo que se proponha sustentar as estratégias agendadas pelas políticas neoliberais defensoras e implementadoras do treinamento do trabalhador para o atendimento de uma economia globalizada onde o trabalho se

manifesta como uma nova faceta de excludência. Pois se até há pouco o trabalhador era expropriado dos bens por ele mesmo produzido, hoje o capi-talismo assume marcas cruéis no cenário mundial que já resultam em aglomerados humanos sem empregos e sem perspectivas, ao retirar dos indivíduos a possibilidade do trabalho enquanto atividade criadora que recria a natureza e refaz a condição humana. É preciso estarmos vigilantes a medidas anunciadas como requisitos para ingresso na modernidade que se ocultam em discursos ilusórios, que argumentam sobre a necessidade de qualificar a mão-de-obra para alcançar o Eldorado tão prometido em um tempo onde as novas previsões já divulgam o fim do emprego. Ou seja: as sociedades sem empregos, restando à classe popular, distante do cumprimento de antigas promessas, reinventar, a cada dia alternativas para afirmar a sobrevivência negada diante do enxugamento do Estado e da redução de ofertas de políticas públicas.

Mas, em qual currículo devemos apostar? Quais as pistas que vamos encontrando?

Recente publicação organizada pelas pesquisadoras Célia Linhares e Regina Leite Garcia (Linhares, C. e Garcia, R. L., 1996) reúne o pensamento de alguns intelectuais neste final de século e leva à reflexão do quanto é urgente a construção de um novo currículo que avance da descrença à crítica, revelando que o conhecimento não é neutro, com o propósito de possibilitar ao educando a clareza que existem muitas

perspectivas e percepções, não apenas a versão dominante do saber.

O currículo deve, como sugere o depoimento do educador americano Michael Apple às pesquisadoras brasileiras, escapar da imposição dominante e a sua construção deve circular para além dos muros escolares, convocando educadores, educandos, pais e ativistas comunitários para sua definição. Assim, vamos rompendo com a tradição dominante do saber escolar como sendo o saber da elite, escapando de uma bagagem enciclopedista. Afinal, desejamos que uma nova política de definição curricular não aposte na reprodução do conteúdo, mas que possa torná-lo socialmente comprometido com as manifestações da vida, com a riqueza do cotidiano que nos bate à porta através das experiências das crianças, dos jovens e dos adultos que freqüentam os nossos bancos escolares.

**NÃO
PODEMOS
APOSTAR
NA REALIZAÇÃO
DE
UM CURRÍCULO
QUE
SE PROPONHA
SUSTENTAR
AS ESTRATÉGIAS
AGENDADAS
PELAS
POLÍTICAS
NEOLIBERAIS.**

O CURRÍCULO ESCOLAR DEVE SER COMPREENSÍVEL COMO UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SABER.

Atividades realizadas recentemente com grupos de professores da rede pública dos municípios de Niterói e de Duque de Caxias nos dão notícias de docentes cada vez mais reflexivos, atentos e críticos com relação aos conteúdos e com os demais componentes do currículo.

Na atual configuração social, é importante que, enquanto profissionais de ensino comprometidos com uma sociedade incluyente, possamos eleger o currículo como instrumento que conserva armadilhas, mas que também sugere pistas e possibilidades para realizarmos as intervenções necessárias na condução do fazer educativo, onde a esperança não possa perder o endereço. Como já advertiu Paulo Freire ao verificar o quanto é oportuno estabelecer uma cumplicidade entre a esperança e o sonho que realimentam a luta, no caso dos educadores, é necessário ancorá-los à prática para perseguir a transformação.

Logo, ao pensar o currículo, gostaria de fazê-lo convocando a valiosa contribuição de Neidson Rodrigues que, já no início dessa década, nos alertava sobre o que denominou *currículo necessário*. Necessário para dar conta da formação dos indivíduos sem comprometer-se

com a sua desumanização. Tal possibilidade de currículo nos indica a necessidade de rever as categorias como *Cultura, Poder e Conhecimento*, entre outras que transitam no exercício da prática educativa.

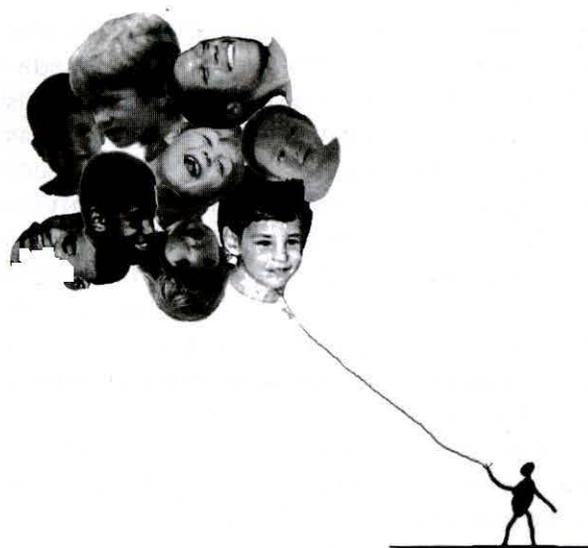
É fundamental admitir a cultura como fruto da realização criadora do homem, onde não existe cultura superior ou inferior. Porém, um universo de manifestações que são válidas em determinados momentos para determinados grupos sociais, sobretudo na sociedade brasileira, que se configurou com os valores preponderantes do colonizador, mas que também não conseguiu ocultar os muitos traços dos embates e das resistências de um povo que mesmo aviltado, conseguiu afirmar os seus valores, as suas credências, os seus hábitos e as suas linguagens. Tradições que venceram o tempo somente com a manutenção da oralidade e que, mesmo ausente dos compêndios, nos fornecem um caldeirão cultural que se tem tornado impossível não vivenciá-lo e, agora, nos cobra a sua contemplação.

Revisitar o currículo exigirá uma nova concepção de poder que deverá ser elaborada pelos usuários da escola como entendimento de que o poder deve ser exercido para atender a realização plena da vontade humana, e não para inibir ou reduzir a condição dos sujeitos históricos, ou seja, a verdadeira vocação do homem.

Implicará romper com a visão de que política e poder não se realizam de modo digno e ético. Assim como compreender que não se fortalecerá a participação, indicando que a atividade

política e o poder devem ser desprezados. Já não podemos deixar de enxergar a organização de movimentos sociais que se alargam nos campos e nas cidades, indicativos da exigência do processo de redemocratização da sociedade, bem como a paixão de governar exercida por administrações gestadas no diálogo, na parceria e na apropriação das diferenças. Política e poder não são questões que podemos ocultar do currículo. Na verdade, são elementos indissociáveis, que precisam fomentar discussões no interior das escolas através da redefinição dos processos decisórios que perpassam a prática educativa. Sobretudo agora, quando a LDB contempla a convocação dos professores para elaboração do projeto pedagógico e a manutenção dos conselhos escolares com representação da comunidade.

O CURRÍCULO DEVE ESCAPAR DA IMPOSIÇÃO DOMINANTE E A SUA CONSTRUÇÃO DEVE CIRCULAR PARA ALÉM DOS MUROS ESCOLARES, CONVOCANDO EDUCADORES, EDUCANDOS, PAIS E ATIVISTAS COMUNITARIOS PARA A SUA DEFINIÇÃO.



como sabiamente ensina Paulo Freire, que educandos e educadores precisam se conhecer e reconhecer na construção do saber onde o conhecimento deve ser um mecanismo para elaboração de uma prática emancipatória. Portanto, para isso o currículo escolar necessita

ser considerado como instrumento político-pedagógico desvelador de possibilidades.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A exigência de revisitar o currículo como possibilidade de elaborar uma prática emancipatória nos aponta uma outra que se define no encontro com formação de profissionais da escola.

A falência do sistema público de educação e o consequente comprometimento do futuro das crianças e dos jovens já povoam as páginas dos jornais mais populares, apontando a problemática da prática educativa que ainda constitui um grande nó nesta virada do milênio.

Compreender

e superar a problemática do ensino não pode parecer tão simples, como julgam muitos que arriscam como palpite o esgotamento da produção literária e apostam, tão somente, na implementação de medidas mais práticas para romper com os conflitos do campo educacional. No entanto, é bom estar alerta, pois tal postura pode concorrer para a geração de ações que, pelo seu caráter imediatista, acabarão por agravar mais a crise do que realmente avançar na sua ordenação.

No acompanhamento da crise do sistema educacional, vamos verificando uma denúncia, que transita da literatura pedagógica aos jornais de circulação nacional, sobre o descrédito no sistema público que conserva em cena antigos protagonistas. Juntamente com um amplo elenco, a prática docente também protagoniza, no cenário educacional, momentos de crise. Deste modo, a temática da formação dos professores não pode escapar da pauta que necessita ganhar fôlego nas discussões.



Já o conhecimento, elemento gerador da trama curricular, precisará buscar interlocuções com o tempo histórico, pois sabemos todos que há um passado em nosso presente que nos condena, mas que também pode nos libertar. Será necessário ter clareza que não se poderá responder à problemática ensino-aprendizagem com dicas simplificadas de pacotes que, a cada instante, atropelam a prática educativa ou de programas elaborados por empresas que resultam na retirada da autoria do fazer dos professores na escola. Ina Von Binzer, educadora alemã que no século passado esteve junto a famílias e a instituições, educando crianças e jovens brasileiros, registra, com muita propriedade, em suas cartas a exigência de localizar uma pedagogia própria que pudesse corresponder às exigências de cada experiência, revelando que abandonou, de imediato, o manual que conservava em sua bagagem por ser estranho à nossa cultura. Logo, vejamos,

**POLÍTICA E PODER
NÃO SÃO QUESTÕES
QUE PODEMOS
OCULTAR DO
CURRÍCULO. NA
VERDADE, SÃO
ELEMENTOS
INDISSOCIÁVEIS,
QUE PRECISAM
FOMENTAR
DISCUSSÕES NO
INTERIOR DAS
ESCOLAS.**

Mas, o que há de novo no campo da formação docente?

A busca do inédito tem ocupado boa parte da atividade humana para atender a satisfação de necessidades que se sofisticam e são criadas a cada instante de acordo com a dinâmica do modo de produção.

No campo da pesquisa enquanto atividade da ciência, a busca da compreensão dos fenômenos concorre para a produção de um novo saber, que tem por finalidade primeira responder à necessidade de orientação do homem para o enfrentamento mais fortalecido e sensato diante das manifestações da sociedade.

Quais são as tendências que se manifestam na formação dos profissionais da escola?

O professor surge, passo a passo, como o novo vilão, sendo apontado como despreparado para reinventar o campo pedagógico e construir a competência escolar do seu alunado. Sendo assim, diante de um universo tecnológico avançado, o professorado vai perdendo o seu espaço e a sua dignidade,

para assegurar sua sobrevivência e a confirmação enquanto profissional. Já se tornou comum assistir o professor como protagonista de sátiras que mais servem para desqualificá-lo do que para denunciar o quanto é agonizante o quadro desta categoria dos profissionais do ensino.

Inseridos nos últimos três anos em uma atividade de pesquisa que se ocupa do estudo da formação dos professores¹, vamos construindo a clareza sobre o quanto é necessário ampliar o olhar para compreender a definição das políticas de formação, que ameaçam ganhar consistência, exigindo de todos uma atitude reflexiva.

Em âmbito mundial, vamos agrupando notícias que registram a indicação de uma deliberada reorganização dos sistemas educacionais, resultando também na formulação de novas propostas para a formação dos professores. Neste universo, já é possível constatar o anúncio de medidas que apontam o deslocamento da formação dos profissionais da escola das universidades para os institutos superiores de formação de professores e investimentos para o treinamento em serviço.

Diante da polifonia presente no campo pedagógico, é oportuno defendermos uma política que possa fortalecer a qualificação dos professores, investindo na formação no interior da universidade que, mesmo diante de algumas dificuldades, ainda se fundamenta nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, concorrendo de modo mais preparado para a habilitação dos profissionais da escola.

No que diz respeito ao treinamento em serviço, devemos estreitar a produção pedagógica das experiências dos docentes que realizam as suas atividades nas unidades escolares, aproximando universidade e escola básica.

Quanto à capacitação continuada, podemos apostar no quanto a manutenção desta ação colabora para a elevação da qualidade do trabalho e para a redefinição de um projeto político-pedagógico da escola pública.

Revisando a literatura que trata a questão da formação dos professores, vamos localizar o anúncio da formação continuada desde os anos 70. Mas, somente a partir dos anos 80, podemos reunir experiências isoladas que convocam a capacitação continuada no interior dos próprios estabelecimentos de ensino.

**JUNTAMENTE
COM UM
AMPLO ELENCO, A
PRÁTICA DOCENTE
TAMBÉM
PROTAGONIZA, NO
CENÁRIO
EDUCACIONAL,
MOMENTOS DE
CRISE. DESTE MODO,
A TEMÁTICA DA
FORMAÇÃO DOS
PROFESSORES NÃO
PODE ESCAPAR DA
PAUTA QUE
NECESSITA GANHAR
FÔLEGO NAS
DISCUSSÕES.**

A criação dos Centros Integrados de Ensino (os CIEPs) inaugura uma nova rotina no trabalho docente quando repensa o fazer dos professores no seu próprio Regimento Interno e dispõe sobre o programa de capacitação dos professores em atividades de estudo e de planejamento.

A experiência dos CIEPs amplia as possibilidades da manutenção da capacitação continuada dos profissionais da escola em outros espaços. A seguir a esta iniciativa, vamos identificando outras, que lançaram mão da capacitação continuada no interior da escola, como ocorre nos municípios de Niterói e Duque de Caxias, ambos do estado do Rio.

Assim como os CIEPs, a rede pública municipal de Niterói criou escolas de quarenta horas para os professores, distribuindo suas atividades entre prática educativa, planejamento e estudo. Já a rede pública de Duque de Caxias assegurou em sua política educacional a promoção de reuniões pedagógicas assistidas pelos especialistas de educação que foram contratados por concurso público para, entre outras funções, dinamizarem estes encontros, que objetivam a definição de um projeto pedagógico e a capacitação dos profissionais da escola.

Mas, se no conjunto das políticas de formação de professores, podemos reunir experiências que vão se validando na rotina das escolas e na ação de seus profissionais, outras requerem a nossa crítica por anunciarem estratégias que situam a qualificação junto a fronteiras, que são muito estreitas,

entre a formação e a deformação. Vejamos o quanto podem ser ameaçadoras para a categoria dos profissionais da educação as indicações defensoras da formação a distância que, por vezes pasteuriza as experiências.

Acompanhando os currículos e programas dos cursos de formação de professores podemos constatar como a qualificação dos profissionais do ensino ainda requer uma nova estruturação, onde possamos escapar das dimensões, que ora centram-se na norma, na técnica, na dimensão humana ou no contexto social, para avançar no desafio de uma política multidimensional na formação do educador.

Como professores atuando na formação dos profissionais da escola no ensino de 2º e 3º graus, vamos convivendo, a cada período, com o esvaziamento dos cursos e com a desmotivação dos alunos, que já não se deixam seduzir pelo campo pedagógico. Parece que a alegria de ensinar-aprender perdeu o endereço e, agora, a nossa tarefa inicial é encontrar novos remetentes, pessoas que apostem no magistério e na construção da identidade de seus profissionais.

Como fazer professores?

Na literatura sobre o campo pedagógico e nos movimentos sociais, vamos recuperando colaborações que nos ajudam a repensar a formação de professores.

Sabemos que, embora seja pertinente a elaboração de novos currículos e programas nos cursos de licenciatura, esta ação não se valida por si mesma. Os currículos e programas necessitam ganhar interlocução com o tempo his-

tórico, redefinindo o perfil dos educadores e de sua ação.

A construção da competência docente exigirá um novo elenco de disciplinas e atividades que concorram para que o professor adquira uma relação instituinte com o saber, na qual possa aliar o conhecimento às experiências dos sujeitos para recriar as possibilidades de transformação.

Uma nova política para os cursos de formação de professores deverá perseguir a qualificação de profissionais que exerçam uma consciência crítica e reflexiva sobre o processo educacional. Educadores que escapem da denúncia para o anúncio de novas possibilidades da educação, desenvolvendo as habilidades de pesquisa, de autoria de sua prática, de utilização das novas tecnologias e de cumplicidade com a própria formação permanente. Será necessário ainda a clareza de que há diversas instâncias que concorrem para a formação e a deformação dos profissionais de ensino.

BIBLIOGRAFIA

LINHARES, Célia e GARCIA, Regina Leite (orgs.). *Da mistificação da escola à escola necessária*. São Paulo: Cortez, 1996.

BINZER, Ina Von, *Os Meus Romanos*. Paz e Terra, 1982. RJ.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. Paz e Terra, 1992.

RODRIGUES, Neidson. *Da Mistificação da Escola à Escola Necessária*. Cortez, 1992.

Políticas de formação de professores e Reinvenção da Escola. Projeto de pesquisa coordenado pela Prof^a. Dr^a. Célia Linhares da Faculdade de Educação da UFF.



COOPARJ - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE PARAFUSOS DO RIO DE JANEIRO

Lia Vargas Tiriba*



* Prof.^a da Faculdade de Educação UFF/RJ, pesquisadora do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação, colaboradora do PACS.

BREVE HISTÓRICO

Os 44 cooperados da COOPARJ estavam entre os 289 trabalhadores que compunham o quadro de funcionários da Fábrica de Parafusos Águia, cujos empresários, a partir de abril de 95, iniciaram um processo de desmonte e abandono do empreendimento, ignorando assim o pagamento de salários e o cumprimento dos demais direitos trabalhistas. Dada a situação de descaso dos empresários (que nem mesmo chegaram a demitir seus empregados), os trabalhadores moveram, em pequenos grupos, uma série de ações trabalhistas, reivindicando as máquinas como indenização. Neste processo, saíram vitoriosos os trabalhadores, ainda que os empresários da Águia houvessem supervalorizado o preço de cada uma das máquinas, diminuindo assim o valor real das indenizações. Depois de quase 8 meses sem salário, e ávidos por satisfazer suas necessidades mínimas de sobrevivência, alguns trabalhadores deram início à venda das máquinas, geralmente por um preço muito inferior ao mercado. Face a tamanha inquietação, na conversa com um e outro, os trabalhadores iam discutindo alternativas para aquela situação. E foi então que a proposta de formação de uma cooperativa foi aceita, muito embora por um número reduzido de trabalhadores, ou seja, menos de 20% do total deles. Um dos motivos era a possibilidade de poder *“trabalhar com os nossos colegas e nossas máquinas. Se pegasse outro (emprego), até fazer amizade,*

demora. Todo mundo aqui se conhece” (Manuel). Elpídio acrescenta ainda que, considerando a situação em que *“todo mundo estava desamparado, desempregado, para nós seria mais fácil criar alguma coisa, já que tínhamos as máquinas”*.

OS 44 COOPERADOS DA COOPARJ ESTAVAM ENTRE OS 289 TRABALHADORES QUE COMPUNHAM O QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA FÁBRICA DE PARAFUSOS ÁGUIA...

A cooperativa estava formada legalmente, restava encontrar um espaço físico, minimamente adequado para colocar as máquinas e dar início à produção. Além de um espaço, era preciso manter a força para resistir: *“Quando nós estávamos procurando galpão, ninguém tinha dinheiro. Eu tinha dois Reais no bolso, passamos comendo banana, compramos banana e dividimos”* (Alcântara). *“Não pensávamos que íamos passar por tanto, mas não desistimos. Meu Senhor (Deus) quer eu como cabeça e não como cauda. Eu via união de todos, todo mundo carregando as máquinas, isso me motivou”* (Alcides).

De acordo com os depoimentos, o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, que havia acompanhado a luta, não

se posicionou favorável à utilização de um galpão pertencente a seu patrimônio, uma vez que considerava um equívoco a perspectiva do cooperativismo como estratégia de luta dos trabalhadores. Considerando a divisão interna do movimento sindical quanto ao apoio ou não às cooperativas que vêm surgindo no Rio de Janeiro, os trabalhadores da COOPARJ lamentam que a maioria dos dirigentes metalúrgicos cariocas tenha “esquecido” que os antigos funcionários da Águia haviam participado e contribuído durante muitos anos com a entidade de trabalhadores e que *“se o sindicato se unisse às cooperativas faria um melhor negócio”* (Alcântara).

Também vale aqui destacar que, posteriormente, aqueles que se sensibilizaram com a formação da cooperativa, por unanimidade, não aceitaram a proposta de integração de um empresário à COOPARJ. A contradição entre capital e trabalho, que haviam experimentado ao longo de suas vidas, os levou a concluir que não valia a pena *“substituir um patrão pelo outro”* (Alcântara), e que a entrada de um empresário na cooperativa poderia contribuir para criar as condições necessárias para a reprodução das mesmas relações de trabalho que se desenvolviam na Fábrica de Parafusos Águia.

Enfrentando todas as adversidades e depois de buscar intensamente um espaço para dar início à produção, os trabalhadores conseguiram transferir as máquinas da Águia, instaladas no bairro de Jacaré (município do Rio de Janeiro), para um

galpão alugado em Jardim Gramacho (município de Duque de Caxias). Nesta etapa procuraram a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Numa reunião com a Área de Geração de Trabalho e Renda desta ONG, ficou decidido que se montaria, com o apoio do SAAP/FASE, um planejamento de emergência, que desse conta das primeiras dificuldades de organização da gestão para a produção junto com a diretoria da cooperativa, e um outro módulo que auxiliaria na motivação e mudança comportamental do conjunto dos cooperados. Desde então, a FASE vem acompanhando a COOPARJ. Posteriormente, a coo-

operativa passou a fazer parte do Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, onde fez parte da mesa de relatos de experiências no Primeiro Encontro Estadual do Fórum, que ocorreu em outubro de 96. Segundo Sandra Mayrink Veiga, da FASE, “... o fundamental é termos a certeza de que os

trabalhadores são plenamente capazes de formar e tocar a sua fábrica e/ou negócio no sistema cooperativado e que esta é uma das soluções para o desemprego e para uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias. Não há nisso nenhuma visão romântica, sabemos das dificuldades para se alcançar a eficiência, eficácia e efetividade

necessárias para o sucesso de um empreendimento, mas nossa experiência nessa área tem demonstrado que o futuro desse modo de organização econômica dos trabalhadores é promissor. O dia que os sindicatos acordarem para isso, poderemos talvez ter um avanço mais rápido.

“Há muitos empecilhos a serem superados tais como: 1) a ausência ainda de redes formadas pelas cooperativas; 2) uma estrutura oficial de representação pouco democrática e participativa; 3) a falta de um banco de dados com as informações necessárias para se conhecer a situação dos mercados de consumo final, com suas



preferências e motivações e as especificidades de cada etapa do processo produtivo e que permita a possibilidade de cooperação, intercâmbio e complementaridade intercooperativas. Há também uma legislação inadequada; uma carga tributária equivocada; critérios inteiramente inapropriados para o acesso ao crédito

por parte dessas cooperativas; a inexistência de centros nos municípios que possam oferecer uma capacitação adequada para os cooperados junto com marketing, apoio jurídico, design de novos produtos, etc. No entanto, todos esses são pontos que estão em debate no Congresso, em alguns governos municipais e alguns sindicatos, na sociedade civil, na imprensa, etc.

O caminho a ser trilhado é longo, mas nós da FASE acreditamos que este é parte de um caminho para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil, baseado numa economia solidária e popular. Como disse Paul Singer (Revista Proposta nº

72: Fase; 1997)

‘A Economia Solidária aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar as bases de novas formas de organização da produção à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a eco-

nomia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente. ...O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido

pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade”.

O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO CONSIDERAVA UM EQUÍVOCO A PERSPECTIVA DO COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE LUTA DOS TRABALHADORES.

As primeiras 12 toneladas de arame (principal matéria-prima para a fabricação dos parafusos) foram pagas à vista com o dinheiro dos próprios trabalhadores, através da retirada do FGTS que havia sido depositado pelos antigos patrões antes do processo de desmonte e abandono da fábrica.

OBJETIVOS DO GRUPO:

Para os trabalhadores que estão diretamente na “boca da máquina”, produzindo 3 linhas de parafusos, que variam em 930 tipos de diâmetro, comprimento e formato de cabeça, “o objetivo é melhorar a vida” (Jorge). Paulo, operador de máquinas, com 18 anos de experiência de trabalho na Fábrica de Parafusos Águia, acrescenta à questão da sobrevivência, a dificuldade de reingresso no mercado de

trabalho: “*isso aqui é nossa sobrevivência; o mercado de trabalho não aceita a gente devido à nossa idade avançada*”. Para Evaldas, presidente da cooperativa, o objetivo primeiro é resolver os problemas imediatos de sobrevivência, o que ainda está muito difícil. Depois “*vêm os sonhos: fazer a cooperativa virar uma fábrica*” de grande porte, à altura do que foi a Fábrica de Parafusos Águia. No entanto, isto não significa “*reimplantar a Águia*”, mas provar para a sociedade que, embora os trabalhadores venham sendo excluídos do direito a educação, eles têm competência para gerir seu próprio trabalho. De acordo com Alcântara, que trabalhou 28 anos na Águia e atualmente é diretor comercial da COOPARJ, “*nós ouvimos de pessoas formadas que nós não tínhamos competência de formar uma cooperativa. Isso dói na gente! Nós queremos mostrar que nem sempre o estudo eleva o homem e faz ele chegar nos objetivos que ele quer. Todos nós queremos provar que nós temos capacidade de fazer a cooperativa funcionar e chegar ao porte de uma grande empresa*”. Antônio, operador de máquinas, complementa esta idéia dizendo que o “*sonho é a gente crescer; ser uma grande firma, é subir na vida trabalhando, produzindo e atendendo o cliente direito*”.

O segundo sonho é criar uma comunidade composta dos trabalhadores da COOPARJ e seus familiares, construindo casas para todos num mesmo espaço físico. Além de proporcionar moradias para todos os

cooperados, a intenção “*é familiarizar, é que a empresa seja tocada pelas mulheres, por todo mundo, por toda a família, de maneira que toda a comunidade fique envolvida com este tipo de trabalho*” (Alcântara). Diferentemente do espírito de “*família*” veiculado pelas empresas capitalistas, os trabalhadores querem formar, de fato, uma “*família COOPARJ*” em outros moldes: ao invés de cada um comprar isoladamente sua casa própria, preferem se manter unidos num ambiente familiar, comunitário, onde os filhos vão crescendo e, aos poucos, assumindo a idéia do cooperativismo. Sidnei, que trabalhou durante 22 anos e meio na Águia como operador de máquina de rosquear, reafirma esta idéia quando diz que “*a COOPARJ não vai parar, se a gente parar, nossos filhos continuam*”.

FALTAM
DADOS E
INFORMAÇÕES,
HÁ UMA
LEGISLAÇÃO
INADEQUADA;
UMA
CARGA TRIBUTÁRIA
EQUIVOCADA;
CRITÉRIOS
INTEIRAMENTE
INAPROPRIADOS
PARA O ACESSO
AO CRÉDITO
POR PARTE
DESSAS
COOPERATIVAS.

MEIOS DE PRODUÇÃO:

a) Na Produção: 10 prensas automáticas de deformação a frio; 11 laminadoras de rosca; 7 fendadoras automáticas; 1 forno de cementação gasosa; 2 compressores; 1 centrífuga.

b) Na Usinagem e Manutenção: 1 afiadora Vigoreli, 1 plaina limadora; 1 máquina de serra de braço hidráulica; 1 máquina de furar de coluna; 1 máquina de furar de bancada.

c) No Laboratório Metalográfico: 1 durômetro; 1 projetor de perfil; 1 máquina de ensaio de tração-compressão.

Obs.: 1) Os números e tipos de máquinas e equipamentos acima citados correspondem ao maquinário que atualmente está em funcionamento, representando apenas 50% do total do maquinário pertencente à cooperativa. 2) As máquinas e equipamentos em regime de comodato pertencem a antigos funcionários da Fábrica de Parafusos Águia, os quais - por motivos particulares - não são sócios da cooperativa.

NÚMERO DE MERCADORIAS PRODUZIDAS:

Em agosto de 96 foram produzidos 5 mil centos/mês.

Em janeiro de 97 foram produzidos 70 mil centos/mês, dos quais foram comercializados 50 mil centos.

Meta: 100 mil centos/mês.

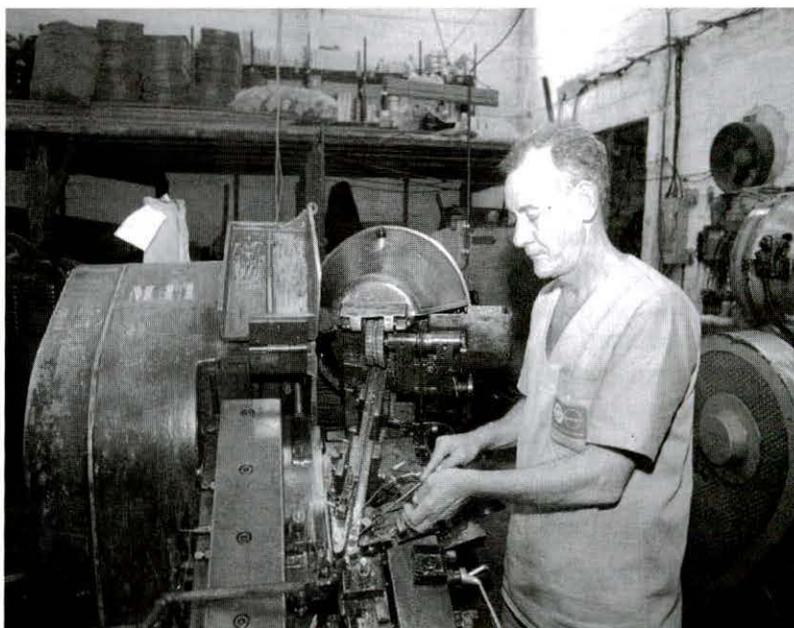
Capacidade atual: 200 mil centos/mês.

Capacidade potencial: 400 mil centos/mês (com todas as

máquinas e equipamentos instalados).

A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO DO TRABALHO

Historicamente relegados às tarefas de execução, agora que são os trabalhadores mesmos os proprietários dos meios de produção, mais do que nunca, é preciso desenvolver as capacidades para administração e gestão do empreendimento.



Conforme o depoimento do presidente da cooperativa, “*não se pode mudar as coisas de um dia para o outro*” (Evaldas), assim os trabalhadores têm funções fixas, as quais foram preestabelecidas levando-se em consideração o **know-how** adquirido nas tarefas que cada um dos trabalhadores desempenhava anteriormente na Fábrica de Parafusos Águia. O presidente da cooperativa assume a coordenação geral dos trabalhos e cada um dos demais

diretores coordena sua área específica de atuação (comercial, financeira, industrial e administração). Na produção, encontram-se as oficinas de estamparia, fenda, laminação, manutenção e empacotamento, todas elas sob a coordenação do diretor industrial. A possibilidade de desempenhar outras tarefas é consequência tanto da necessidade de substituição de mão-de-obra como da necessidade de reforço às tarefas “alheias”. Apesar de haver responsáveis por cada um dos setores, Sidnei

(empacotamento) diz que “*aqui todo mundo é a mesma coisa, ninguém é mais que ninguém (...). Todo mundo é responsável com o que faz, todo mundo vê a qualidade, todo mundo ajuda um ao outro.*” Gilberto, técnico em mecânica, com 17 anos de trabalho na Águia, ressalta que “*agora não temos patrão. Nós é que conduzimos as coisas. É uma questão de honra (...). Hoje ficamos de cabeça quente juntos*”. Adalton, da laminação,

também reforça essa idéia dizendo que “*embora cada um tenha sua função, todo mundo ajuda o outro (...) agora não tem hierarquia. Aqui todo mundo é responsável pelo que faz*”.

**NO QUE DIZ
RESPEITO ÀS
DELIBERAÇÕES
FUNDAMENTAIS
SOBRE OS RUMOS
DA VIDA
EM COOPERATIVA,
A ASSEMBLÉIA
É A INSTÂNCIA
MÁXIMA DE
DECISÃO. ALÉM
DA ASSEMBLÉIA
ORDINÁRIA, OS
TRABALHADORES
REALIZAM
ASSEMBLÉIAS
E REUNIÕES
PERIÓDICAS,
GERALMENTE
SEMANAIS.**

A função de Inspetor de Qualidade, que no capitalismo vem sendo exercida como forma de controle do trabalho, é feita por um trabalhador, o qual também executa outras tarefas nas horas vagas. Para o conjunto dos trabalhadores, sua função é “*de auxiliar, é tirar dúvidas quanto à dimensão, quanto à qualidade*” (Alcântara). Embora não tenham incorporado o atual espírito dos programas de “Qualidade Total” (hoje tão em voga na administração capitalista), aprenderam na Águia que “*qualidade não se*

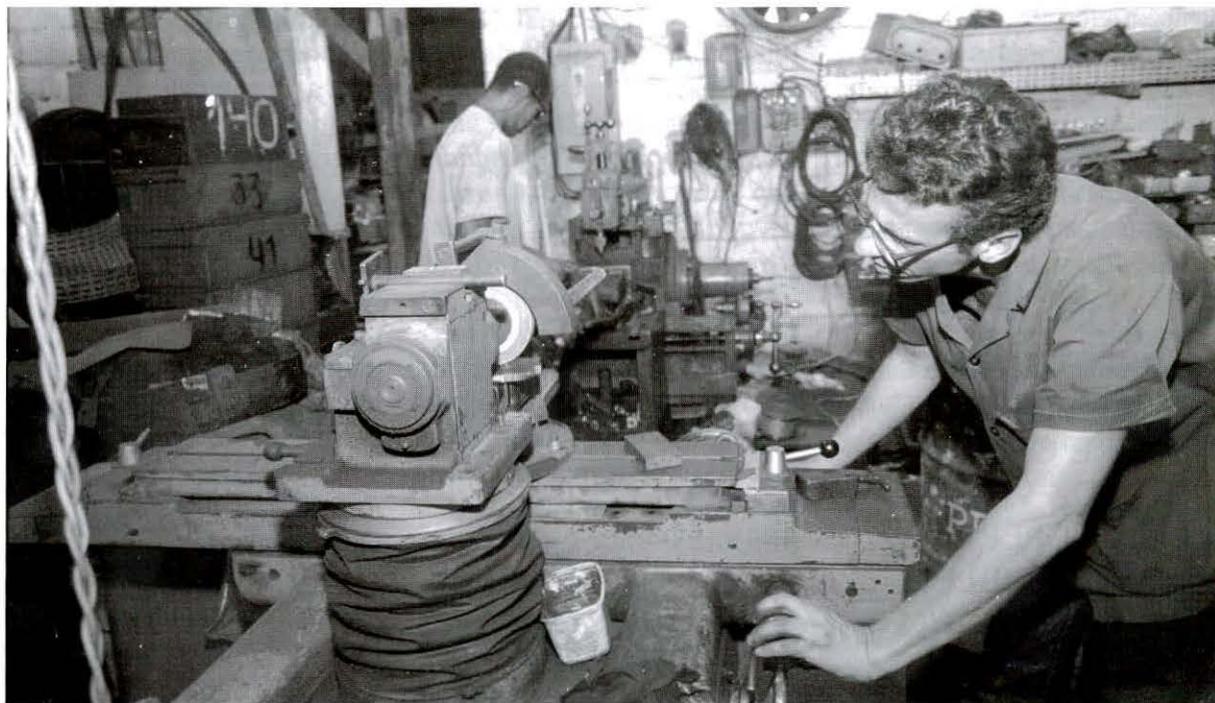
controla, se faz” (Evaldas). Para Antônio, operador de máquinas, “*na Águia, tinha muita cobrança, e por causa da pressão, fugia a qualidade. Era uma correria! Agora... devagar a gente faz perfeito (...) todo mundo fiscaliza todos, como uma maneira de ajudar para que saia uma produção de primeira*”. Agora, não mais dominados pelo ritmo alucinante das máquinas, e existindo uma motivação coletiva para garantir a qualidade dos produtos, todos os trabalhadores também vêm desempenhando, na prática, a “função de inspetores”.

No que diz respeito às deliberações fundamentais sobre os rumos da vida em cooperativa, a assembleia é a instância máxima de decisão. Além da assembleia ordinária, que, de acordo com o estatuto geral do cooperativismo, deve ser convocada apenas uma vez ao ano, os trabalhadores realizam assembleias e reuniões periódicas, geralmente semanais. As reuniões de diretoria também são uma instância importante de deliberação, tendo como pressuposto que as opiniões dos trabalhadores devem estar ali contempladas. Buscando criar mais um instrumento de comunicação entre os cooperativados, a diretoria elaborou, por iniciativa própria, um questionário para avaliação dos caminhos e das perspectivas do empreendimento. Embora apenas oito trabalhadores tenham devolvido o questionário, consideramos a amostra bastante significativa, dado o empenho dos trabalhadores quanto à explicitação de suas críticas.

Indicando sugestões para o melhor desempenho da cooperativa, a maioria dos trabalhadores enfatizava que, considerando a inexperiência da diretoria, estava satisfeita com a coordenação do trabalho. Outros indicavam que deveria haver mais diálogo entre a própria diretoria, que alguns diretores deveriam mostrar mais empenho e “*aprender a ouvir mais e aceitar opiniões*”, uma vez que “*isto é vital para a união e a prosperidade*”. Outros, enfatizavam que “*é preciso cobrar mais do cooperado*”. “*A cooperativa está indo bem, mas falta mais união e compreensão de todos*”; “*tem que haver mais entrosamento entre alguns, mais dedicação pelo interesse geral, para benefícios dos cooperativados*”.

**AS RELAÇÕES
ENTRE OS
TRABALHADORES
NO COTIDIANO DA
PRODUÇÃO**

No dia-a-dia, as relações entre a coordenação geral e os trabalhadores, e vice-versa, não se dão apenas por intermédio dos coordenadores de área, mas fundamentalmente de forma direta. Embora as funções e tarefas estejam previamente estabelecidas, os trabalhadores vão mais além do cumprimento de suas tarefas específicas, participando e interferindo em outras atividades do processo de trabalho; socializando suas experiências e conhecimentos. “*Se um tiver que varrer, varre... se o setor de finanças*



tiver que empacotar, empacota.. não tem problema nenhum !!!" (Evaldas). Em geral, são os próprios trabalhadores que, na boca-da-máquina, tentam decidir sobre os impasses do dia-a-dia. Quando não conseguem, pedem ajuda a alguém de fora de seu setor específico; este, além de resolver o problema, lhes ensina como solucioná-lo, para que futuramente, diante de uma mesma situação, possam tornar-se autônomos na sua resolução. Também os trabalhadores responsáveis pela administração participam das tarefas do setor de produção, quer porque a dinâmica do processo de trabalho exige o incremento da produtividade, quer porque o tempo socialmente necessário para o desempenho das tarefas administrativas o permitiu. O mesmo ocorre em relação aos trabalhadores da produção que, através do auxílio aos companheiros de seu setor específico,

ou mesmo aos companheiros do setor de administração, materializam o espírito da ajuda mútua, da solidariedade... materializam, enfim, um dos princípios fundamentais do trabalho cooperativo. Quando é necessário o desempenho de alguma tarefa que não dominam, é então a hora de ensinar e de aprender, é hora de socializar as habilidades e conhecimentos gerais sobre a produção.

É importante destacar que, se de um lado a COOPARJ não cria nenhum tipo de comissão e nenhuma outra instância intermediária de organização dos trabalhadores, de outro, é preciso considerar que é exatamente a informalidade das relações interpessoais/profissionais que vem garantindo a constituição de relações de trabalho de forma participativa e solidária. Não existindo hierarquia nas relações cotidianas, se qualquer trabalhador "*tiver que largar a má-*

quina, larga e vem conversar" (Evaldas). Mesmo assim, o depoimento de um dos trabalhadores sinaliza a importância de lideranças: "*O Evaldas tem o direito que nós demos a ele. Cabe ele acabar de ajustar o pessoal (...)* Cooperativa é um caso de *cooperação entre o grupo*" (Elpídio).

Quanto à concepção de trabalho, ela vai além da própria produção material de parafusos; dentre as atividades que compõem o dia-a-dia da cooperativa, também são consideradas como trabalho as assembléias, as reuniões e a formação profissional. "*Até mesmo a conversa que estamos tendo agora com vocês (entrevista), é trabalho. Mesmo que a máquina esteja parada, é trabalho, uma vez que é com o objetivo de melhorar a cooperativa*" (Evaldas). Não é a diretoria da cooperativa quem estipula o tempo de trabalho.

Cada um dos trabalhadores decide sobre seu horário, considerando suas necessidades e disponibilidades individuais, além das próprias necessidades objetivas da produção. Neste sentido, *“não é tocar a sineta e agora começa todo mundo a trabalhar !!! Qual a hora do almoço? Eles mesmos resolvem, eles mesmo fazem o horário”* (Evaldas). De acordo com a diretoria, os trabalhadores demonstram responsabilidade não apenas em relação ao cumprimento das tarefas, como também quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos por cada um, individualmente e, fundamentalmente, com a qualidade e o ritmo que são necessários para a produção. *“Se, por um acaso, alguém não respeita o horário, a qualidade ou não cumpre as tarefas, o próprio colega do lado cutuca”* (Evaldas). No entanto, dado que a construção da autonomia é um processo, Elpídio (operador de máquinas) acrescenta que *“tem certas pessoas que são mais difíceis para entender a moral da história. Se é uma cooperativa, em tudo ele tem que dar uma parte. Ainda não chegamos no ideal de todo mundo fazer tudo, mas isso pode corrigir. Cada um tem seu ritmo para chegar lá”*. Para alguns trabalhadores que estão diretamente vinculados à produção, a flexibilidade de horário não se constitui como algo positivo, principalmente no que diz respeito à diretoria: *“Toda a diretoria deveria chegar na cooperativa no horário comercial”*; *“(…) precisa chegar mais cedo para dar o exemplo e desempenhar*

melhor o seu serviço”. Outro cooperado pensa que o horário de trabalho deveria ser rígido: *“gostaria que a COOPARJ tivesse uma carga horária com hora de pegar e hora de largar, para todos iguais”*.

**A COOPARJ
NÃO CRIA NENHUM
TIPO DE
COMISSÃO E
NENHUMA OUTRA
INSTÂNCIA
INTERMEDIÁRIA
DE ORGANIZAÇÃO
DOS
TRABALHADORES,
MAS É A
INFORMALIDADE
DAS RELAÇÕES
INTERPESSOAIS/
PROFISSIONAIS
QUE VEM
GARANTINDO
A CONSTITUIÇÃO
DE RELAÇÕES
DE TRABALHO
DE FORMA
PARTICIPATIVA
E SOLIDÁRIA.**

Consideram que, se o espírito do trabalho coletivo já existia na Águia, este espírito era o resultado do egoísmo coletivo que, estimulado pelos empresários, movia a competição entre cada uma das equipes de produção. Na COOPARJ, aprenderam que, diferentemente da cooperação capitalista que se configura como um elemento indispensável para valorização

do capital, o trabalho - de fato - cooperativo tem como essência e como pressuposto a constituição de relações de trabalho baseadas na solidariedade e na ajuda mútua, não mais impostas, mas voluntárias. Neste sentido, a flexibilidade da organização do trabalho assume um novo caráter político, não mais de dominação, mas de relações que privilegiam a hegemonia do trabalho sobre o capital. Também as reuniões e assembleias são momentos importantes de interferência do conjunto de trabalhadores nos rumos técnicos e políticos da produção: *“Até quanto se vai comprar de arame para fazer o parafuso, todo mundo interfere”* (Alcântara).

**FORMAÇÃO/
SOCIALIZAÇÃO DO
SABER**

A quase totalidade dos trabalhadores tem 1º grau completo; alguns têm o 2º grau incompleto, apenas 1 trabalhador tem curso superior, outros são analfabetos. Considerando que a grande maioria não teve o direito de acesso e permanência na escola de modo a completar sua educação básica, tem sido a própria fábrica o espaço onde eles vêm adquirindo as habilidades e conhecimentos relativos ao mundo da produção. No dia-a-dia de trabalho, buscam aprender com os outros companheiros, seja por necessidade, seja por curiosidade. Para Jairo, diretor de produção, *“profissionalmente tem muita gente boa, mas na realidade no dia-a-dia de trabalho, todo dia, estamos*

aprendendo uma coisa nova, pois a gente nunca sabe tudo. Tem que estar sempre crescendo no dia-a-dia com a máquina. A própria máquina te ensina, você vai se aperfeiçoando, não pára de aprender, nem de crescer”.

**... A FLEXIBILIDADE
DA
ORGANIZAÇÃO
DO TRABALHO
ASSUME UM
NOVO CARÁTER
POLÍTICO, NÃO MAIS
DE DOMINAÇÃO,
MAS DE
RELAÇÕES
QUE PRIVILEGIAM
A HEGEMONIA
DO
TRABALHO
SOBRE
O CAPITAL.**

Levando para a cooperativa a bagagem de conhecimentos e habilidades adquiridas na Águia, reconhecem os interesses capitalistas que norteavam os objetivos dos empresários em relação a sua formação profissional. Embora *“fiquem na COOPARJ a qualidade e todos os ensinamentos da Águia, a gente sabe que eles tinham cursos lá dentro, mas que só eram para beneficiar a firma. Eles deveriam ter cursos para beneficiar as pessoas e não a firma (...) o objetivo deles era dar um curso para fortalecer a fábrica”* (Alcântara). Agora, norteados por seus interesses coletivos, tem sido na cooperativa onde têm permitido a si

mesmos o direito de ampliar e articular os diferentes saberes sobre a produção, assim *“houve aumento de conhecimento. Houve trabalhador que na Águia não soldava, hoje ele solda muito bem. Se tivesse oportunidade de fazer um curso de solda no SENAI seria excelente”* (Evaldas).

Entre os diretores da cooperativa, não existe dúvida de que a “força de vontade” é uma condição básica para enfrentar as condições de trabalho na fábrica. Também não há dúvidas de que a experiência prática adquirida é um elemento fundamental para se dar prosseguimento ao trabalho na COOPARJ: *“pôxa... o trabalhador é capaz de pegar uma firma falida e continuar a fazer porque é ele quem trabalha, não é o dono (o empresário) que faz a firma trabalhar”* (Jairo). No entanto, o que é bastante polêmico é a necessidade ou não da escola enquanto uma instância de mediação entre o conhecimento teórico e o conhecimento prático adquirido e produzido no chão-de-fábrica. Questiona-se o saber científico e inclusive a importância de saber ler e escrever, como conhecimento mínimo necessário para o trabalho:

- *“Tem muitas pessoas que não sabem ler, mas sabem ver medida muito melhor do que quem sabe ler (...) só tem que ter habilidade manual... Tem que ter força de vontade. Nem sempre precisa saber de matemática. (...) O valor pessoal vale muito mais que tudo”* (Jairo).

- *“Eu acho importantíssimo*

o estudo. O cara que tem determinado nível de instrução tem mais facilidade de se desenvolver em alguma coisa. (...) Além do dinamismo, tem que ter nível de instrução. As pessoas aqui que têm curso técnico são totalmente diferentes dos outros que não têm, no modo de pensar e agir” (Alcântara).

**LEVANDO PARA
A COOPERATIVA
A BAGAGEM
DE
CONHECIMENTOS
E HABILIDADES
ADQUIRIDAS
NA ÁGUIA,
RECONHECEM
OS INTERESSES
CAPITALISTAS
QUE
NORTEAVAM
OS OBJETIVOS
DOS EMPRESÁRIOS
EM RELAÇÃO
A SUA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL.**

Além de habilidades e conhecimentos específicos para o desempenho de uma determinada tarefa (o que pode ser aprendido na própria fábrica), Jairo também considera que é importante ter acesso aos fundamentos do cooperativismo, *“pois muitos trabalhadores são induzidos a ser um cooperativado, sem de fato compreender seu significado. É importante que todos saibam o que significa uma*

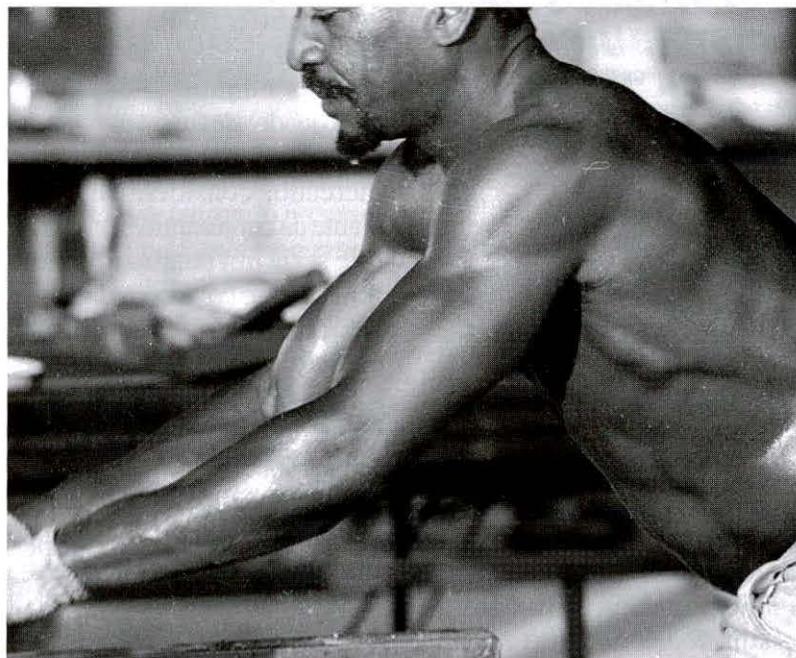
cooperativa". No entanto, até o momento, não existe nenhum investimento por parte da diretoria da cooperativa no sentido de promover o crescimento profissional e a formação integral dos trabalhadores. A formação fica restrita ao próprio processo de trabalho onde, informalmente, socializam seus conhecimentos. "Não tivemos oportunidade de direcionar para formação porque não sobrou tempo para isso" (Alcântara).

SOBRE O PRODUTO E AS RELAÇÕES DE MERCADO

Os parafusos são comercializados no estado do Rio de Janeiro (Grande Rio, Campos, Friburgo, Niterói e Petrópolis) e Paraná, para empresas (fábrica de móveis, de alumínio, etc.), para atacadistas e varejistas. Além de grandes indústrias, como Mitto, Nacional de Rebites e Ceflan, concorrem no mercado com a Megafix e a Sofix, que importam parafusos de Taiwan. Em relação aos concorrentes, os preços ainda estão um pouco acima do mercado, pois "se baixamos os preços, vamos gerar sérios problemas financeiros para a cooperativa" (Alcântara). Na corrida pela competição no mercado, não se abre mão da qualidade, nem de um preço que não inviabilize a continuidade do empreendimento. Além do investimento em novas máquinas e equipamentos, sabem que uma das condições para conseguir competir no mercado seria aumentar a carga horária e a intensidade do trabalho, porém

levando em conta a capacidade humana, respeitando as oito horas de trabalho, pois "chega um momento que ao invés da produção subir, ela cai (...) A nossa vivência de fábrica nos dá facilidade de detectar rapidinho quando a pessoa não tem mais como produzir. (...) A partir das oito horas de trabalho, se o trabalhador pegar mais duas horas, na verdade ele só rende mais meia hora. As uma hora e meia ele está esgotado e enrola, ele não produz. Depois das oito horas de trabalho, ele está esgotado porque não é só as oito horas, tem a condução para chegar no trabalho" (Jairo). Para aumentar a produção e garantir a competitividade no mercado também indicam a possibilidade de organizar, futuramente, diferentes turnos de trabalho, através da "contratação" de novos trabalhadores, os quais, passados 5 anos, passariam a ser cooperativados, conforme os estatutos da COOPARJ. "Ele tem 5 anos para mostrar que é bom" (Jairo).

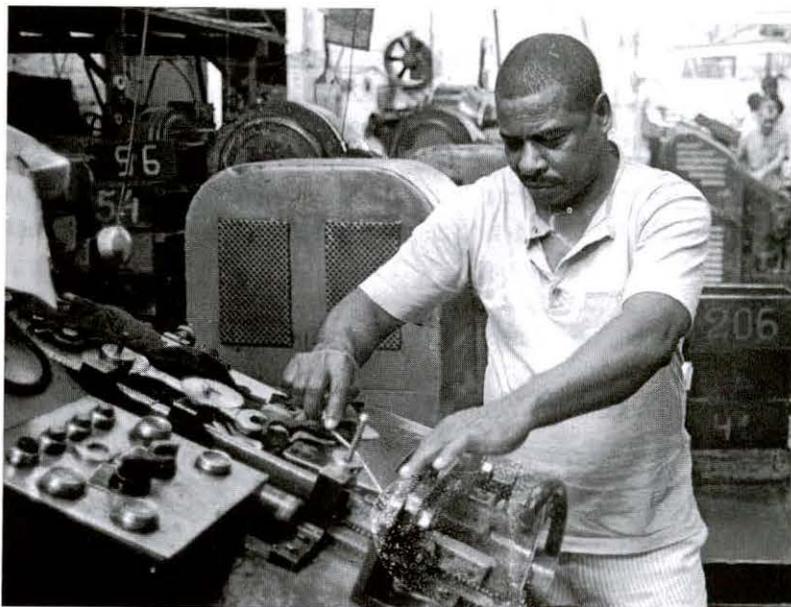
Os critérios de qualidade dos parafusos da COOPARJ têm como referência a qualidade dos parafusos Águia, a qual se estabeleceu no mercado durante 50 anos. Ela se comprova na própria utilização do produto: não quebra, não enferruja, é durável, não apresenta nenhum defeito. Dado o longo tempo de trabalho "na falecida" (Águia), que durou entre 11 e 30 anos, "nós temos registrado todos os tipos de defeitos que podem aparecer no parafuso. No dia-a-dia, isso já está no sangue" (Alcântara). Negando a lógica do mercado capitalista, que visando o lucro máximo, leva as indústrias a produzir parafusos "cada dia mais descartáveis" (Alcântara), a COOPARJ tenta competir no mercado mantendo os antigos parâmetros técnicos de qualidade. À esta qualidade também de acrescenta o fator "atendimento ao consumidor". No ato da comercialização, além de se enfatizar a qualidade dos parafusos da COOPARJ, há um esforço de sensibilizar o con-



sumidor quanto à natureza do trabalho cooperativo e às dificuldades do empreendimento, que recém inicia. Além de manterem relações comerciais com os grandes consumidores, estimulam o crédito aos pequenos comerciantes, tentando fugir das armadilhas do mercado capitalista: *“Tem alguns (consumidores) que eu vou e falo assim: esse cara tem capital mas está querendo explorar. Para esse nós não vamos fornecer. (...) Estamos deixando de vender para esse que é urubu do mercado, que espera a gente estar quase na morte para poder comprar. E já começamos a espalhar para os pequenos revendedores que compram desse urubu. Esse urubu nós vamos desestabilizar devagarinho, a gente está começando”* (Alcântara). Reconhecendo que nas duras regras do mercado, o fato é que nesta competição, *“ele não precisa, nós é que precisamos sobreviver”* (Alcântara).

CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS PRODUZIDAS

De acordo com o estatuto da cooperativa, no fim de cada ano efetua-se o rateio igualitário das sobras/lucro. Quanto ao número de cotas que cada um dos 44 cooperativados detém na COOPARJ, reconhecem que cada um dos trabalhadores tenha investido diferentes quantias, de acordo com os diferentes valores das indenizações da Fábrica de Parafusos da Águia. Mesmo assim, todos detêm o mesmo



número de cota, sem negar que, no futuro, a COOPARJ deva restituir àqueles trabalhadores que, no momento de sua fundação cooperativa, tenham investido com uma quantia superior aos demais. Em outras palavras, independe do valor que cada um tenha investido, todos têm os mesmos deveres e direitos no empreendimento coletivo.

A proposta inicial era que houvesse 4 níveis salariais, que variariam entre R\$1.200,00 e R\$1.700 (entre 9,37 a 12, 28 salários mínimos), de acordo com quadro de funções. Embora o valor estivesse muito acima do mercado, consideravam que, diante da conjuntura econômica, este seria um patamar mínimo para garantir condições dignas de vida para si e seus familiares. No entanto, a realidade da cooperativa os fez optar por uma remuneração mais baixa, existindo apenas 2 níveis salariais; a assembléia de trabalhadores, por unanimidade, considerou que apenas a diretoria, dada a sua responsabilidade, deveria receber um salário maior (R\$

700,00, ou 5,4 salários mínimos). Quanto aos operários, independentemente de suas funções e qualificações, o salário seria igual para todos (R\$ 500,00, ou 3,9 salários mínimos). É importante destacar que, desde a sua fundação em janeiro de 96 até fevereiro de 97, ainda não havia sido possível o recebimento integral das remunerações mensais, mas apenas a retirada de alguns vales. Em junho de 97, os trabalhadores já haviam conseguido retirar, cada um, o valor de R\$ 250,00 (1,9 salários mínimos). Embora o trabalho na COOPARJ represente a principal fonte de renda, no momento atual, a maioria dos trabalhadores vem vivendo graças a ajuda da esposa e da família em geral, uma vez que investiram todas as suas economias, tendo contraído dívidas para poder investir na cooperativa. Alguns já usufruem de aposentadoria parcial ou integral, que embora com um valor irrisório, contribuiu para amenizar o estado de carência econômica.

O QUE A EXPERIÊNCIA VEM ENSINANDO PARA A VIDA DOS TRABALHADORES?

Uma das perguntas do questionário elaborado pela diretoria para os cooperativados em geral, onde os mesmos não precisavam necessariamente se identificar, foi: "Depois deste período que já passamos, se pudesse voltar atrás, faria tudo de novo?" Dentre oito trabalhadores que responderam, apenas dois disseram que não, com a seguinte argumentação: "*porque eu não tenho outra fonte de renda e a cooperativa está demorando muito para acontecer*"; "*porque eu não teria e não tenho condições de manter a minha família*". Apesar das sérias dificuldades no processo de estruturação da cooperativa, o que não vem permitindo que os cooperativados usufruam, desde já, dos frutos do seu trabalho, alguns trabalhadores consideram que a experiência tem valido a pena. Se tivessem que repetir a experiência, levariam consigo a bagagem até então acumulada: "*eu voltaria, mas com um pessoal reduzido e com pessoas mais responsáveis*"; "*só colocaria cooperativado que soubesse exercer sua profissão e pessoas que se empenhassem bastante*". Outros vêm aprendendo que o sucesso de um empreendimento tem como pré-requisito algumas iniciativas de ordem administrativa e financeira: "*se organizar melhor para que haja uma boa administração e se programar, comprando o necessário para que as dívidas*

não fiquem pesadas"; "*aquecer as vendas, escutar e atender às necessidades e às prioridades do cliente (no possível, de comum acordo)*".

É importante destacar que todos os depoimentos dos cooperativados que trabalham diretamente na produção, por nós entrevistados, são muito significativos no sentido de que nos ajudam a perceber suas visões sobre as antigas relações patrão/empregado, sobre o novo sentido do trabalho em suas vidas, bem como a possibilidade de construção de formas diferentes de relacionamento com os próprios colegas, com as máquinas e equipamentos de trabalho e o próprio produto do trabalho. De forma geral, nos ajuda a perceber a relevância da experiência da COOPARJ em suas vidas, como trabalhadores e como pessoas. Paulo, operador de máquinas, com uma experiência de trabalho de 18 anos na Fábrica de Parafusos Águia, relata que o trabalho na cooperativa "*é gratificante porque para o patrão a gente não tem valor. Aqui a gente dá o valor à gente mesmo. Temos liberdade no trabalho, trabalhamos com a cabeça fresca. (...) Estamos tentando recomeçar e não cair mais no conto de fadas como nós caímos, achando que o patrão era exemplar; no fim, a gente vê que ele é um cupim de ferro. (...) Gosto do que faço. Eu adoro o que eu faço. A máquina comigo está trabalhando melhor.*" (Grifo nosso)

Gilberto, técnico em mecânica, 17 anos na Águia retrata a forma diferenciada em

que os trabalhadores da COOPARJ vão construindo o relacionamento entre eles e o próprio trabalho. "*Hoje, somos irmãos, somos uma família. Hoje o que mais importa é a honestidade (...). Hoje, a gente se interessa, a gente sabe tudo o que acontece. Hoje, não é só ganhar dinheiro (...). É gostoso, é delicioso vir trabalhar, é delicioso vir para cá (...) eu me emocionei quando vi a primeira caixa de parafuso. A cooperativa veio para mudar, para mostrar para o patrão que não é ele só. O patrão tem que aprender a não ser egoísta; o trabalhador é ser humano e deve ter a chance dele também ter um carro. Com esse espírito que temos aqui, o patrão vai ver que vamos produzir muito mais. A cooperativa veio para mostrar que a união faz a força.*"

É bastante significativo o depoimento de Manuel (operador, com experiência de 18 anos na Águia) quando se refere à relação com o produto de seu trabalho e à experiência de liberdade que está vivendo na sua atual trajetória profissional: "*fico contente em ver o parafuso na loja. Lá (na Águia), eu era empregado, aqui é nosso (...) Você sendo empregado é igual um animal preso. Ninguém nunca vai esquecer o que passou aqui. Tá marcado na vida de cada um.*"

Adalton traz uma experiência de trabalho na Águia de 22 anos. Ele relata sua relação com o espaço de trabalho, sua satisfação de estar na COOPARJ e sua expectativa em relação à família: "*Eu aqui sinto que é minha casa. Fico aqui de*



segunda a sábado. Sinto vontade de crescer. Amanhã, um dia melhor virá. Estou trabalhando no que é meu, tentando fazer um futuro melhor. Dar uma vida melhor para minha família”.

Tendo trabalhado 2 anos e meio na Fábrica de Parafusos Águia, Jorge expressa enfaticamente o que a cooperativa representa para ele: “A cooperativa foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Podem me pagar milhões para trabalhar com patrão que eu não vou.”

Elpídio, operador de máquinas, na Águia durante 22 anos; enfatiza em seu depoimento a coragem e a necessidade de confiança em si mesmo para abraçar o desafio do cooperativismo popular: “é muito bonito, tem que ter coragem, amor pelo trabalho... Na Águia, eu operava sete máquinas, aqui eu posso operar quatorze, mas o lucro é nosso. Eu me decepcionei com o patrão. Eles chuparam o meu sangue... o meu não, o nosso. Primeiro,

aqui eu não vejo a cara do patrão; segundo, não tem que dar satisfação; terceiro, estou dando valor a mim mesmo. Eu não vou mais dar lucro para o patrão (...) ele ganhou muito dinheiro com o meu trabalho (...) Será que o Brasil estava preocupado para há dez anos atrás tomar esta atitude? Qualquer caminho é caminho. Nós descobrimos este caminho maravilhoso. Cooperativa de produção é diferente. Esta é uma das primeiras do país. Eu já vi as coisas não darem certo de cima para baixo, mas de baixo para cima tem que dar certo.”

AVANÇOS, DIFICULDADES, DESAFIOS...

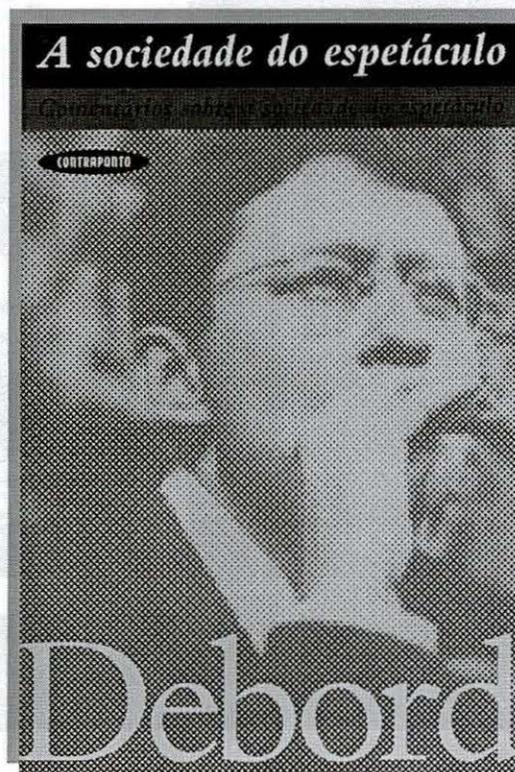
Considerando o pouco tempo de existência do empreendimento, avaliam que o grande avanço foi exatamente a própria organização dos trabalhadores no processo de implantação e funcionamento da cooperativa, a qual vem, pau-

latinamente conquistando um espaço no mercado. Enfrentam muitas dificuldades como: o não apoio das instituições governamentais para com os pequenos empreendimentos; a falta de capital de giro para manter um estoque que permita atender satisfatoriamente a demanda; a acirrada competição no mercado. Levando em consideração os problemas familiares causados pela dificuldades econômicas, a intenção é, com a ajuda da FASE, convocar as esposas dos trabalhadores para sensibilizá-las quanto à importância em se seguir investindo na cooperativa, mesmo considerando o problema atual da falta de remuneração. Mesmo depois de passada a situação crítica e ter envolvido os familiares e outros trabalhadores no espírito do cooperativismo, sabem que a realização do sonho não se dá do dia para noite, mas requer um longo processo, cujo resultado os 44 cooperativados talvez não possam usufruir em vida. Com a preocupação de preparar os filhos para que, posteriormente eles possam dar continuidade ao empreendimento, acreditam que a COOPARJ vai se transformar numa “grande empresa, mas não vai ser com a direção que está aqui, a gente vai estar fora (...) A primeira diretoria é que rala mais (...) Uma coisa que me preocupa bastante é que muitos já estão aposentados, outros já estão chegando na aposentadoria. Daqui a pouco o pessoal vai largar isso aqui. E como é que vai ficar a cooperativa? Quando alguém traz o filho dele aqui eu vibro” (Evaldas).

PROPOSTA RECOMENDA PROPOSTA RECOMENDA

“O primeiro mérito de uma teoria crítica é fazer parecerem ridículas, de imediato, todas as demais. (...) Além disso, uma teoria concebida com a finalidade de se tornar geral deve evitar aparecer como visivelmente falsa; logo, não se deve expor ao risco de ser desmentida pela sequência dos fatos. Mas também é preciso que seja uma teoria perfeitamente inadmissível. Que ela possa declarar mau, diante da estupefação indignada de todos que o acham bom, o próprio âmago do mundo existente, do qual ela descobriu a natureza exata. A teoria do espetáculo satisfaz a essas exigências”.

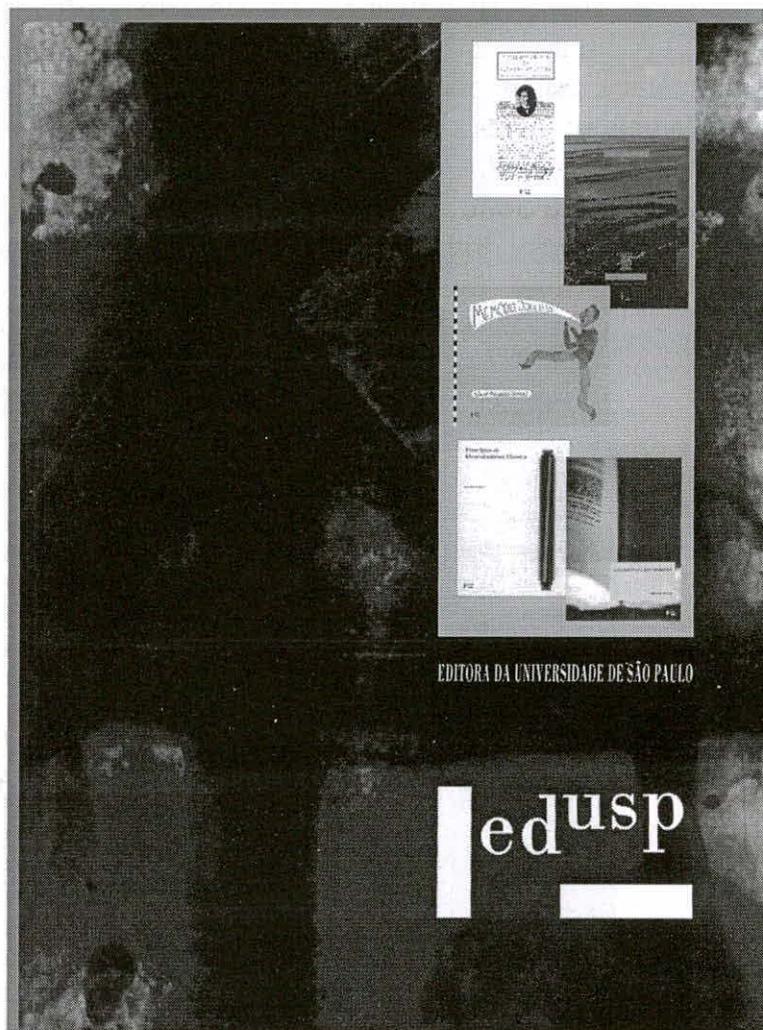
Guy Debord



Na sua primeira edição brasileira pela Editora Contraponto e com tradução de Estella dos Santos Abreu, este é um livro fundamental para todos que pretendem desvendar este final de século que a muitos está deixando perplexo. Escrito em 1968, *A Sociedade do Espetáculo* antecipou o século XXI com a sua falsificação geral da vida comum produzida de maneira sistemática pela mídia que invade todas as fronteiras e conquista todos os domínios, da arte à economia, da vida cotidiana à política.

Contraponto Editora Ltda.
Caixa Postal 56066 – CEP 22292-970
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel/Fax (021) 2750751
e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

PROPOSTA RECOMENDA PROPOSTA RECOMENDA



Recomendamos aos nossos leitores que entrem em contato com a Editora da Universidade de São Paulo e solicitem o seu catálogo de publicações por este trazer um grande número de excelentes trabalhos que por vezes não conseguem atingir uma grande divulgação.

Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP
Av. Prof. Luciano Gualberto, Trav. J. n° 374, 6° andar
Cidade Universitária – Ed. da Antiga Reitoria
CEP 05508-900 São Paulo – SP
Tel. (011) 8184160 – Fax. (011) 2116899

PROPOSTA 75

ECONOMIA SOLIDÁRIA II

No próximo número, estaremos dando continuidade ao tema da Economia Solidária. A atualidade do debate sobre o assunto e a riqueza das experiências concretas que vêm se realizando no sentido de superar os efeitos do desemprego e do desenvolvimento com exclusão social ultrapassam em muito os limites de um número apenas. Assim, **Proposta 75** dará prosseguimento às questões que levantamos no presente número.

Cunca Bocayuva tratará da questão de uma Plataforma para a proposta de uma Economia Solidária. César Benjamin abordará a problemática do espaço nacional como lugar de formulação e implementação de políticas de desenvolvimento global. Tania Zapata refletirá sobre a experiência de sucesso do Banco do Nordeste em termos de iniciativas locais de geração de trabalho e renda. Wanderley Guilherme dos Santos situará historicamente a participação do ator sindical na política brasileira. Sandra Mayrink Veiga abordará a temática do Cooperativismo Popular. A avaliação sobre os programas de apoio ao crédito popular em andamento no Brasil será objeto do artigo de Ricardo Mello e Caio Márcio Silveira. As experiências do Chile e Nicarágua serão tratadas por Luis Razeto e Orlando Nuñez. A entrevista de Jairo Carneiro e um artigo de Cleusa Regina de Barros Prates nos trarão a atual experiência da organização do Cooperativismo no Rio Grande do Sul.

Esperamos, desta forma, estar contribuindo, no campo do debate e da divulgação das diferentes experiências realizadas pelos setores populares, para o fortalecimento prático de uma proposta de construção de uma Economia Solidária.

Até lá!

próximo número

FASE - 35 anos educando para o desenvolvimento e a cidadania

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ

Tel: (021) 286-1441 • Fax: (021) 286-1209

BRASIL SÉCULO XXI

*Os Caminhos da Sustentabilidade
Cinco Anos depois da Rio-92*



Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais
para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

FASE

Os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. FASE. 1997.

Esta publicação apresenta 17 relatórios setoriais produzidos pela sociedade civil durante o XII Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento que Reúne mais de 300 organizações.

ONDE ADQUIRIR:

**FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel: (021) 286-1441 • Fax: (021) 286-1209**